

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Roberto Antônio Finatto

**AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL E A  
EMERGÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE  
AGROECOLÓGICA - PELOTAS/RS**

Florianópolis  
2010



Roberto Antônio Finatto

**AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL E A  
EMERGÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE  
AGROECOLÓGICA - PELOTAS/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Walquíria Kruger Corrêa.

Florianópolis  
2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da  
Universidade Federal de Santa Catarina

F491t Finatto, Roberto Antônio

As transformações no espaço rural e a emergência da agricultura familiar de base agroecológica - Pelotas/RS [dissertação] / Roberto Antônio Finatto ; orientadora, Walquíria Krüger Corrêa. - Florianópolis, SC, 2010.

121 p.: il., grafs., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Agricultura familiar - Pelotas (RS). 3. Agroecologia. 4. Desenvolvimento rural - Pelotas (RS). I. Correa, Walquíria Kruger. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

**As transformações no espaço rural e a  
emergência da agricultura familiar de base  
agroecológica em Pelotas/RS.**

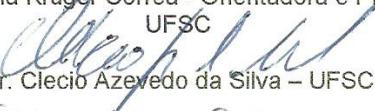
**ROBERTO ANTONIO FINATTO**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua  
forma final para obtenção do título de

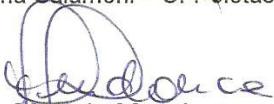
**MESTRE EM GEOGRAFIA**

**Banca Examinadora**

  
Dra. Walquíria Krüger Corrêa - Orientadora e Presidente –  
UFSC

  
Dr. Clecio Azevedo da Silva – UFSC

  
Dra. Giancarla Salamoni – UFPelotas

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Magaly Mendonça  
Coordenadora do PPGG/UFSC

Florianópolis, 05 de março de 2010.



*Com amor,  
aos meus pais.*



## AGRADECIMENTOS

À Professora Walquíria Corrêa pela dedicação com que orientou a pesquisa. Agradeço, ainda, pela sua amizade ao longo do curso, sempre se mostrando solícita às minhas inquietações.

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela oportunidade e auxílio no desenvolvimento da dissertação.

À CAPES/REUNI pela concessão da bolsa durante todo período do mestrado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC pelos fundamentais conhecimentos compartilhados, de modo especial, à Prof<sup>a</sup>. Leila Dias. Ao Prof. Ademir Cazella do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas - CCA/UFSC e ao Prof. David José Caume do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política pelas importantes discussões realizadas.

Aos colegas de mestrado da turma de 2008 pelo salutar convívio acadêmico, principalmente ao Roberto F. Goerl.

Aos meus pais Mário e Ivete Finatto, aos meus irmãos Taciane e Franciel, e a minha avó Cezira pelo apoio e incentivo em todos os momentos. Mesmo distantes, suas presenças são constantes.

Aos amigos e às amigas criadas ou mantidas durante esta trajetória, de modo especial à Dávia Talgatti, ao Ezequias Weber, à Joice Konrad, Caroline Voltolini e à Fabiana Galiote.

À professora Giancarla Salamoni, grande responsável por despertar meu interesse pela pesquisa e na temática aqui apresentada e por sempre me incentivar a prosseguir na trajetória acadêmica.

Aos professores Clécio Azevedo da Silva e Nazareno José dos Campos pelas oportunas sugestões ao projeto na etapa da qualificação.

Aos representantes das cooperativas e associações que trabalham com a agroecologia no município de Pelotas, aos agricultores e aos informantes qualificados entrevistados pela seriedade com que participaram da pesquisa.

Ao Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais da Universidade Federal de Pelotas pelo auxílio necessário ao trabalho de campo.

A todos que contribuíram para a construção deste trabalho, seja por meio de críticas/sugestões, de indicação de bibliografias e demais recursos que possibilitaram a conclusão da pesquisa.

*“Os riscos que se apresentam a humanidade, criados pela civilização, restituem ao homem a aventura de retomar seu destino e controlá-lo. O que ele antes fazia temendo aos deuses aos quais já não teme, com medo das pragas, que já controla, submetidos ao desconhecido, que já conhece, agora o homem terá que fazer diante dos riscos que criou. Terá que enfrentar um deus maluco chamado homem, [...] e tentar desvendar um desconhecido chamado ele mesmo, seu sistema econômico, sua relação com a natureza, a essência de seu processo civilizatório.”*

(Buarque, 1990)

## RESUMO

O processo de globalização da economia promoveu transformações profundas no espaço rural. Merece destaque o papel do Estado para direcionar o desenvolvimento da agricultura e inseri-la no mercado globalizado. A agricultura familiar que pouco se beneficiava das políticas públicas voltadas para o setor agrícola no Brasil, passou a receber maiores incentivos a partir da década de 1990, sobretudo com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Neste mesmo período, além das atividades produtivas agrícolas, o espaço rural passou a diversificar suas funções com a agroindustrialização familiar, o turismo rural, a preservação ambiental e a produção agroecológica. A agroecologia emergiu como uma estratégia de produção na agricultura que concilia geração de renda, preservação ambiental e valorização social do agricultor. A agricultura familiar tornou-se o principal *locus* para o desenvolvimento deste sistema de produção, visto que, as características particulares da organização familiar melhor comportam os princípios e práticas agroecológicas. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo *analisar o processo de emergência e organização do sistema de produção agrícola de base agroecológica no município de Pelotas, evidenciando seu significado para a reprodução da agricultura familiar*. Para a efetivação da pesquisa adotaram-se os seguintes métodos: revisão bibliográfica para construção dos pilares teóricos e realização de entrevistas (semi-estruturadas) com os agricultores familiares de base agroecológica e os informantes qualificados do município que desenvolvem atividades voltadas ao fomento da produção. Além disso, efetuou-se pesquisa de preços dos produtos agroecológicos, seguindo-se a análise dos pontos de comercialização no município. O sistema de produção agroecológico foi iniciado no município na década de 1980, envolvendo, inicialmente, um número reduzido de agricultores. Com o avanço das iniciativas ocorreu a organização dos produtores em associação e cooperativas. Apesar dos problemas enfrentados, a agroecologia se tornou uma alternativa viável, possibilitando geração de renda, redução dos impactos ambientais e dos riscos em relação à saúde dos agricultores e consumidores. Sendo assim, reforçam-se as possibilidades de expansão da agroecologia, mas, para tanto, se faz necessário um maior apoio do poder público.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento rural.

## ABSTRACT

The economy globalization process led to deep changes on the rural area. The role of the state to drive the development of agriculture and include it into the globalized market deserves to be highlighted. The family farms that before benefited little from the public policies for the agriculture sector in Brazil, started to receive more benefits in the 1990s, especially with the “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF” foundation. In the same period, besides the agricultural activities, the rural area started to diversify its functions with the family agroindustrialization, rural tourism, environmental protection and agroecological production. The agroecology emerged as an agricultural strategy of production that conciliates income generation, environmental protection and the farmer social valorisation. The family farms became the main *locus* for the development of this production system, considering that the particular characteristics of the family organization better hold the principles and agroecological practices. Therefore, the present work aimed to analyze the emergence and organization process of the agroecologically-based productive system in the Pelotas municipality, evidencing its role for the family farms reproduction. The research adopted the following methods: bibliographic review for the construction of the theoretical pillars that orients the research, and interviews (Semi-Structured) with family farmers of agroecological base and qualified consultants of the municipality that develop activities in the area of production foment. Besides that, the prices of agroecological products were surveyed, followed by an analysis of their trading areas and organization of the production in the municipality. The agroecological production system started to develop in the municipality in the 1980s, evolving initially a reduced number of farmers. With the advance of the initiatives the farmers’ organization became association and cooperatives. Despite the problems faced on trading, the agroecology became an alternative for viable income, making possible to reduce environmental impacts and the risks related to the health of the farmers and consumers. Therefore, the possibility of expanding the agroecology are reinforced, but for that, more support from the public sector is necessary.

**Keywords:** Family farm, agroecology, rural development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa de localização do Município de Pelotas.....	41
Figura 02	Representação do relevo e dos usos do espaço rural no município de Pelotas/RS.....	44
Figura 03	Brotos de alfafa em diferentes estágios de crescimento e, embalados para a comercialização na feira-livre de produtos ecológicos.....	55
Figura 04	Paisagem das áreas de produção de base agroecológica de Pelotas.....	69
Figura 05	Principais produtos comercializados nas feiras-livres do município de Pelotas/RS.....	69
Figura 06	Instalações e animais para produção de leite agroecológico em uma unidade produtiva.....	70
Figura 07	Equipamentos de tração animal utilizados na produção agroecológica.....	72
Figura 08	Paisagem de uma área de produção de base agroecológica com destaque para os equipamentos de irrigação.....	73
Figura 09	Feiras-livres de produtos de base agroecológica do município de Pelotas/RS.....	80
Figura 10	Sede da cooperativa Sul-Ecológica e principais produtos comercializados em seu ponto de venda.....	84
Figura 11	Sede da Cooperativa de consumidores Teia Ecológica e principais produtos comercializados em seu ponto de venda.....	84
Figura 12	Antigo ponto de comercialização de produtos de base agroecológica da Cooperativa ARPASUL.....	85

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Produção de alimentos pela agricultura familiar no Brasil (em %). .....	32
Gráfico 02	Principais fontes de renda das unidades de base agroecológica de Pelotas/RS.....	56
Gráfico 03	Área das unidades produtivas no município de Pelotas.....	67
Gráfico 04	Preço (em reais) dos produtos comercializados nas feiras-livres de Pelotas.....	82
Gráfico 05	Principais dificuldades encontradas na produção e comercialização dos produtos na opinião dos agricultores.....	86

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Sistema orgânico no Brasil: área cultivada e número de produtores/2006.....	38
Tabela 02	Valor total (em reais) dos produtos de base agroecológica comercializados pelas cooperativas de Pelotas para o programa PAA.....	79

## LISTA DE SIGLAS

<b>ARPASUL</b>	Cooperativa de Pequenos Agricultores Agroecologistas da Região Sul Ltda.
<b>ARPA-SUL</b>	Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul
<b>CAE</b>	Centro de Agricultura Ecológica
<b>CAPA</b>	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
<b>CETAP</b>	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
<b>EMATER</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EMBRATER</b>	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>MECOM</b>	Museu Etnográfico da Colônia Maciel
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>SUL ECOLÓGICA</b>	Cooperativa Sul-Ecológica de Agricultores Familiares Ltda
<b>SNCR</b>	Sistema Nacional de Crédito Rural
<b>UFPeI</b>	Universidade Federal de Pelotas
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>iii</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>iv</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. GLOBALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO .....</b>	<b>7</b>
1.1 Política de desenvolvimento e modernização agrícola: 1960-1980 .....	8
1.2 A política de desenvolvimento pós 1990 e as novas funções do espaço rural .....	13
<b>2. AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICO CONCEITUAIS .....</b>	<b>19</b>
2.1 Agricultura camponesa e agricultura familiar: traços que as diferenciam .....	19
2.2 Agricultura familiar: conceituação e estratégias de reprodução	28
2.3 A agroecologia como possibilidade de desenvolvimento rural sustentável.....	33
<b>3. O MUNICÍPIO DE PELOTAS: ASPECTOS GEOECONÔMICOS E TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO RURAL .....</b>	<b>40</b>
3.1 Traços da ocupação .....	40
3.2 Transformações recentes no espaço rural .....	43
3.3 Agroecologia: ações e práticas para um novo sistema de desenvolvimento rural no rio grande do sul.....	48

<b>4. EMERGÊNCIA E ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA DE PELOTAS/RS.....</b>	<b>53</b>
4.1 Agricultores familiares: características e concepções em relação à agroecologia .....	54
4.2 Associativismo e cooperativismo: novas práticas sociais na produção agroecológica.....	59
4.3 Organização do sistema de produção agroecológico.....	66
4.4 Políticas públicas e conversão agroecológica.....	73
4.5 Produção agroecológica: estratégias e espaços de comercialização .....	77
4.6 Desafios e perspectivas para a produção de base agroecológica	85
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>95</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>110</b>

## INTRODUÇÃO

As formas técnicas e sociais de produzir na agricultura sofreram significativas transformações ao longo do tempo. Com o aprimoramento da técnica<sup>1</sup>, as paisagens agrícolas foram alteradas pelo trabalho humano, tornando-se carregadas de objetos artificiais. “Assim, a paisagem criada se distancia da paisagem natural numa extensão que é proporcional ao nível da técnica usada na ação da seletividade. A determinante é a busca contínua do aumento da produtividade” (MOREIRA, 2007, p. 42).

Devido aos avanços dos processos da globalização, a técnica, a ciência e a informação (SANTOS, 2008a) assumiram importância fundamental na agricultura. O processo produtivo passou a ser caracterizado pelo uso de insumos artificiais, buscando reduzir a dependência aos fatores naturais que se apresentavam como limitantes ao aumento da produtividade.

No espaço rural brasileiro as alterações da base técnica da agricultura, ocorreram, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Marcadas pela forte influência do Estado, as transformações atrelaram-se a distintos interesses e formas de ocupação e usos do espaço geográfico brasileiro. O processo de reestruturação produtiva do espaço rural (ELIAS, 2002; 2007) desencadeado pela modernização, configurou espaços agrícolas caracterizados pelo uso intensivo de capital e elevados índices de produtividade.

Para viabilizar este processo, o Estado incentivou pesquisas voltadas para a agricultura e a posterior difusão dos conhecimentos gerados por meio dos serviços de extensão rural. Como resultado, deve-se destacar que o aumento dos índices de produtividade foi acompanhado pelo aumento no uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes selecionadas ou geneticamente manipuladas em determinados cultivos.

Em seus efeitos sociais, a modernização da agricultura acentuou a diferenciação social entre os agricultores. Reflexo disso foi a exclusão, sobretudo daqueles que, por não possuírem dinheiro para modernizarem-se, ficaram à margem do processo. Assim, uma importante parcela dos agricultores familiares, devido às dificuldades

---

<sup>1</sup> “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço” (SANTOS, 2008, p.29).

para se reproduzir econômica e socialmente, foi obrigada a buscar outras fontes de renda fora da agricultura, intensificando o êxodo rural.

As políticas do Estado que sustentaram este modelo de desenvolvimento na agricultura, predominante na década de 1960 e 1970, entraram em declínio nos anos 80 motivadas pelas novas configurações políticas e econômicas internas e em nível internacional. Simultâneo a este processo, intensificaram-se as ações de inúmeras organizações e movimentos sociais, ligados em grande parte, ao movimento ambientalista, ampliando a gama de reivindicações e questionando o papel do Estado nos rumos do desenvolvimento da agricultura.

A agricultura familiar brasileira que, até então, havia recebido pouca atenção das políticas públicas - visto que os projetos de modernização foram concebidos e direcionados aos médios e grandes proprietários rurais - passou a manifestar suas reivindicações por meio de organizações como sindicatos, cooperativas e associações de agricultores.

Dentro deste contexto, emergiu um conjunto de mudanças, relacionadas às políticas públicas e às estratégias de (re)produção na agricultura familiar. Assim, na década de 1990, modificou-se a política de desenvolvimento rural e a agricultura familiar passou a receber maiores incentivos. Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF ocorreu uma maior diversificação das atividades no espaço rural, sobressaindo-se o turismo, a agroindustrialização de base familiar e a produção agroecológica. Além disso, pulverizaram-se pelo espaço nacional novas práticas de associativismo e cooperativismo para promover e fortalecer estas iniciativas de geração de renda no campo.

No contexto da presente pesquisa, destaca-se a emergência da agroecologia, considerada como “[...] uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 1998, p.18). A agroecologia é uma importante forma de produção agrícola, sendo valorizada por utilizar técnicas alternativas de produção e pelo resgate de elementos da agricultura tradicional.

A possibilidade de redução dos impactos ambientais na agricultura pelo uso de insumos alternativos e o ideário da sustentabilidade que se vincula à proposta agroecológica, fez com que este sistema de produção conquistasse espaço crescente. Dessa forma, a

agroecologia se consolidou como uma importante atividade produtiva e vem garantindo a reprodução socioeconômica de várias famílias em determinados pontos do campo brasileiro.

No caso do município de Pelotas, *lócus* desta pesquisa, a produção agrícola de base agroecológica<sup>2</sup> emergiu como possibilidade para geração de renda de agricultores descapitalizados. Neste sentido, destaca-se a importância das iniciativas desenvolvidas por organizações como a Pastoral Rural, ligada à Igreja Católica e, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, ligado à Igreja de Confissão Luterana no Brasil, além de organizações não governamentais para difundir a agroecologia, articular a formação de grupos e capacitar os agricultores no município.

O desenvolvimento da produção agroecológica no município de Pelotas se processou atrelado a um contexto global de mobilização social que passou a questionar a viabilidade da agricultura convencional. Sua dinâmica de funcionamento (produção, comercialização, organização) gerou um espaço de interação marcado por singularidades, resultando em novas formas de organização sócio-espaciais.

O município de Pelotas está inserido nas redes de articulação e fomento à agroecologia por meio de organizações específicas, principalmente cooperativas e associações de agricultores. Este município é sede de organizações atuantes na região sul do Rio Grande do Sul, centralizando encontros e reuniões com o intuito de articular os agentes localizados nos demais municípios da região sul do estado. Além disso, Pelotas é o município mais populoso da região, contando com 339.934 hab. (IBGE, 2009), representando um expressivo mercado consumidor para os produtos de base agroecológica.

Dar relevo a estas transformações do espaço municipal representa um esforço no sentido de contribuir para o fortalecimento das iniciativas, como meio de incentivar a agricultura familiar de base agroecológica. Fomentar o debate sobre esta forma de produção representa, ainda, a possibilidade de avançar nos estudos sobre o processo de reorganização produtiva em curso no espaço rural brasileiro atrelado à emergência de novas estratégias de reprodução da agricultura familiar.

---

<sup>2</sup> Neste trabalho optou-se pelo uso do termo “*produção agrícola de base agroecológica*”, pois, acredita-se que, a produção agrícola, para ser considerada efetivamente agroecológica - que, no caso, pode ser sinônimo de sustentável - ainda precisa avançar em muitos aspectos (sociais, econômicos, culturais, etc.). O uso do termo “*de base agroecológica*” apresenta-se mais apropriado à realidade estudada, pois ao mesmo tempo em que dá visibilidade à forma de produção, ressalva seu potencial de sustentabilidade.

Com este propósito, delimitou-se como objetivo principal da pesquisa *analisar o processo de emergência e organização do sistema de produção agrícola de base agroecológica no município de Pelotas, evidenciando seu significado para a reprodução da agricultura familiar.*

Com o intuito de contemplar o objetivo principal, buscou-se de maneira mais pontual, *recuperar o processo histórico de inserção da agroecologia no município de Pelotas/RS; Caracterizar o sistema de produção agroecológico; Identificar as formas de organização dos produtores de base agroecológica; Analisar as estratégias de comercialização para os produtos de base agroecológica e apontar os desafios e perspectivas para a produção no município.*

Os procedimentos metodológicos da pesquisa pautaram-se em revisão bibliográfica, fundamentada na leitura de livros, teses, dissertações, artigos e documentos que abordam a temática em questão, visando a construção dos pilares teóricos que nortearam a pesquisa. Para conhecimento da organização da produção de base agroecológica, foi realizada pesquisa em fontes primárias e secundárias, nas bases cadastrais das entidades que fomentam a agroecologia no município e em publicações relacionadas ao tema.

Os procedimentos para o estudo de caso centraram-se na análise qualitativa. A pesquisa qualitativa se apresenta apropriada aos objetivos propostos, pois, a finalidade deste tipo de pesquisa “não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2003, p.68).

Diante disso, a entrevista foi o principal recurso utilizado no campo para evidenciar a realidade empírica. A entrevista é importante, pois “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação” (GASKELL et al., 2003, p.65). Investigar as transformações ocasionadas no espaço rural por meio da inserção da produção de base agroecológica no município remete, de imediato, a consulta aos agentes que vivenciaram este processo e são seus atuais protagonistas.

O trabalho de campo no município foi realizado em duas etapas. Primeiro, no mês de julho de 2008 visando aprofundar o conhecimento sobre a organização da produção agrícola familiar de base agroecológica, conhecer o funcionamento das cooperativas e da associação (coletar informações secundárias e estabelecer os primeiros contatos). A segunda etapa foi realizada em maio de 2009. Este

momento foi marcado pela realização de entrevistas que, juntamente com a observação e análise da organização da produção, permitiram a obtenção das informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa.

As entrevistas - baseadas em roteiros semi-estruturados (apêndices A e B) - foram realizadas com informantes qualificados<sup>3</sup> ligados às três instituições que desenvolvem a produção de base agroecológica no município, a saber: Cooperativa Sul-Ecológica, Cooperativa ARPASUL e a Associação ARPA-SUL, e com alguns agricultores da produção de base agroecológica. Foram realizadas 05 entrevistas com informantes qualificados e 10 com os agricultores<sup>4</sup>. Entre os agricultores, buscou-se entrevistar àqueles que não se localizam fisicamente próximos (apêndice C). Foram entrevistados agricultores feirantes, não-feirantes e outros que estão iniciando a produção de base agroecológica<sup>5</sup>.

No que concerne à escala de análise e representação adotada nesta pesquisa, delimitou-se como recorte espacial o município de Pelotas. Entretanto, isso não impediu que se considerassem as relações mais amplas desenvolvidas nos diferentes contextos - regional, nacional e global - que influenciaram e permitiram o surgimento da agroecologia naquele determinado espaço.

A apresentação da pesquisa está estruturada em 04 capítulos, além desta parte introdutória e das considerações finais.

---

<sup>3</sup> Begnis et al. (2007) escrevem, com base em Patton (2002), que “as entrevistas com informantes qualificados permitem avançar na compreensão de temas ausentes ou não revelados com a aplicação de outras técnicas, em especial o sentimento coletivo, percepções e estratégias comuns ao grupo de agentes envolvidos. Informantes qualificados são entendidos como aqueles que têm uma qualificação específica, seja pela vivência, seja pelo conhecimento sobre a temática” (Begniss et al, 2007, p.315). No caso da presente pesquisa, consideraram-se “informantes qualificados” os representantes das entidades de fomento à agroecologia no município, os agrônomos e técnicos agrícolas que desenvolvem trabalhos de extensão com os agricultores e os produtores que iniciaram as atividades produtivas no município.

<sup>4</sup> Entre os entrevistados, 03 informantes qualificados são agricultores no município. Neste caso, a entrevista realizada teve como base a aplicação dos dois roteiros semi-estruturados.

<sup>5</sup> Gaskell (2003), ao escrever sobre a quantidade necessária de entrevistas para a realização de pesquisa qualitativa, assinala: “um ponto-chave que se deve ter em mente é que, permanecendo todas as coisas iguais, mais entrevistas não melhoram necessariamente a qualidade, ou levam a uma compreensão mais detalhada. Há duas versões para esta afirmação. Primeiro há um número limitado de interações, ou versões da realidade. Embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem das mentes individuais; em alguma medida elas são o resultado de processos sociais. [...] Em segundo lugar, há a questão do tamanho do *corpus* a ser analisado” (GASKELL, 2003, p.70 e 71). Assim, um número excessivo de informações/entrevistas poderia prejudicar sua sistematização e estimular uma análise superficial do material coletado.

O *capítulo 01* analisa os processos gerais relacionados à globalização e modernização da agricultura no campo brasileiro, com destaque para o importante papel do Estado nos rumos do desenvolvimento agrícola e agrário no país. Ainda, são realizadas algumas reflexões sobre a emergência de novas estratégias produtivas (agrícolas e não-agrícolas) e políticas no espaço rural, principalmente no contexto da agricultura familiar.

No *capítulo 02* realiza-se uma discussão conceitual dos termos agricultura familiar e campesinato, buscando situar o debate científico em torno dos conceitos balizadores da pesquisa aqui apresentada. No mesmo capítulo, se faz uma discussão sobre a agroecologia, envolvendo a gênese e as principais correntes teóricas relacionadas à temática.

A caracterização do espaço geográfico do município de Pelotas é realizada no *capítulo 03*, onde são apresentadas as principais transformações do espaço rural do município e a emergência de novas estratégias produtivas. Finalizando a discussão, resgata-se o surgimento da agroecologia no estado do Rio Grande do Sul para, posteriormente, contextualizar a emergência da agricultura de base agroecológica em Pelotas.

O *capítulo 04* apresenta a organização sócio-espacial da agricultura familiar de base agroecológica do município de Pelotas. Neste sentido, recupera-se o histórico da agroecologia no município e sua organização no período atual. Além disso, destaca-se o papel das políticas públicas para a agroecologia, as estratégias de comercialização e os desafios e perspectivas da produção do município.

Finalmente, apresentam-se as considerações finais acompanhadas de algumas propostas de intervenção para o caso analisado.

# 1. GLOBALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

Ao se analisar o espaço geográfico, do qual o rural é parte, deve-se levar em conta dois elementos fundamentais: os fixos e os fluxos<sup>6</sup>. A interação entre fixos e fluxos expressa a realidade geográfica, formando, assim, o espaço. Se esta interação pode ser percebida no desenvolvimento histórico da humanidade, cabe salientar que, no momento presente, os fluxos são cada vez mais rápidos, numerosos, amplos e diversos; os fixos, por sua vez, para possibilitarem a fluidez no espaço, são cada vez mais artificiais e presos ao solo (SANTOS, 2008a).

Esta dinâmica não pode ser dissociada da globalização, uma das principais marcas do tempo presente, sendo impulsionada pelo capitalismo e pelo avanço do meio técnico-científico-informacional<sup>7</sup> produzindo implicações na economia em nível global. Ao analisar a relação sociedade, Estado e a produção do espaço, Andrade (1984, p. 19 e 20) afirma que, “se é forçado a reconhecer que o espaço geográfico é o produto da ação da sociedade, transformando o meio natural, em função de determinados interesses e que o Estado é o veículo utilizado pela sociedade para se chegar a estes fins”.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Estado tornou-se um importante agente articulador do desenvolvimento econômico no Brasil, com destaque no setor agropecuário. Num contexto desenvolvimentista, surgiram inúmeras iniciativas para promover a modernização tecnológica da agropecuária nas décadas de 1960-70. Este modelo que atingiu os grandes e médios produtores rurais buscou incentivar as monoculturas e artificializar do processo produtivo, objetivando o aumento da produtividade nos cultivos e nas criações. Com efeito,

---

<sup>6</sup> Para Santos (2008, p. 61 e 62) “os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam”.

<sup>7</sup> De acordo com Santos (2008), o termo *meio técnico-científico-informacional* representa o período iniciado após a Segunda Guerra Mundial e se estende até o momento presente. Representa “o meio geográfico onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção” (SANTOS, 2008, p. 235).

diante das técnicas agrícolas adotadas e das formas de implantação do modelo agravaram-se muitos problemas ambientais e socioeconômicos.

Diante disso, a partir da década de 1990, modificou-se a concepção de desenvolvimento e ganhou destaque o conceito de desenvolvimento rural sustentável. No contexto da agricultura, o marco principal é a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. As políticas públicas, frente a uma demanda emergente, buscaram diversificar as estratégias de produção no espaço rural, incluindo-se aí a agroecologia. Contudo, o Estado não minimizou sua influência no incentivo à agricultura capitalista.

## 1.1 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: 1960-1980

O espaço rural como parte da totalidade-mundo está sujeito ao movimento de produção e às implicações advindas do processo de globalização<sup>8</sup>. Segundo Ianni (2001, p.11), “a globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial” buscando atingir os lugares que oferecem condições propícias à geração e maximização constante do lucro.

O Brasil participa deste processo e, no espaço rural, seu marco histórico foi a Revolução Verde que difundiu em todos os países um padrão tecnológico para modernizar a agricultura e, com isso, atender a demanda de reprodução do capital.

Como agente articulador, o Estado brasileiro criou as estratégias necessárias para o desenvolvimento da agricultura capitalista, tendo como alvo os grandes proprietários de terras por serem detentores de maior capital para investir e adquirir as inovações tecnológicas. Desse modo, com o golpe militar de 1964, o Estado passou a intervir na economia e, com a elaboração do Estatuto da Terra, moldou os rumos do desenvolvimento agrícola no território nacional.

Delgado (2001) lembra que a idéia de desenvolvimento agrícola estabelecido no Brasil após o golpe de 1964, baseava-se no pensamento funcionalista norte-americano, sempre considerando os papéis clássicos

---

<sup>8</sup> Santos (2007) destaca três formas de globalização existentes, ao que o próprio autor denomina de três mundos num só. Por meio destas formas, segundo o autor, deveríamos visualizar o processo de globalização contemporâneo: o mundo tal como nos fazem crer: a globalização como fábula; o mundo como é: a globalização como perversidade; e o mundo como pode ser: por uma outra globalização.

da agricultura no desenvolvimento econômico. Assim, caberia à agricultura o cumprimento das seguintes funções: “liberar mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano” (DELGADO, 2001, p.162).

Ao analisar o papel do Estado na agricultura brasileira nas décadas de 1960 e 70, Gonçalves Neto (1997), destaca que as decisões políticas para o setor se atrelavam mais aos interesses da política econômica global e do setor urbano-industrial, do que ao desenvolvimento da agricultura. As estratégias implementadas visavam o crescimento da indústria ligada à agricultura, por meio, sobretudo, da alteração da base técnica, pois a agricultura brasileira não poderia comprometer o desenvolvimento econômico do país com sua estrutura técnica atrasada.

Assim, para viabilizar a modernização da agricultura

“[...] criam-se institutos de pesquisa e de assistência técnica, estabelece-se um sistema nacional de crédito rural e incentiva-se a utilização de técnica e insumos modernos, o que propicia a integração da agricultura ao circuito industrial” (GONÇALVES NETO, 1997, p.145).

No que concerne ao crédito para viabilizar a inserção das tecnologias industriais, criou-se Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, no ano de 1965. Este instrumento centralizava as agências financeiras do país, como bancos públicos, privados, cooperativas e demais entidades de crédito. Como relembra Ehlers (1996, p. 39) para a expansão do pacote tecnológico “[...] o governo criou linhas especiais de crédito atreladas à compra de insumos agropecuários, mecanismo que ampliou a dependência do setor produtivo agrícola em relação ao setor produtor de insumos”. Além disso, em meio ao “milagre econômico” da década de 1970, houve a abertura do mercado de implementos agrícolas, sementes e insumos agroquímicos. A agricultura passou a exercer uma nova função, ou seja, a criação de um mercado para a indústria de insumos agrícolas (EHLERS, 1996).

Os bancos, por sua vez, concediam financiamentos aos produtores rurais que pudessem oferecer amplas garantias, excluindo grande parte dos agricultores familiares comumente detentores de menos capital e, portanto, sem as garantias exigidas para a firmação dos

contratos. Sobre a criação do SNCR e seus objetivos, Fürstenau (1987) afirma:

outro item que fez parte dos objetivos do SNCR, aparecendo explicitamente no texto da lei que cria o sistema, refere-se à destinação de recursos aos pequenos produtores. Essa era uma proposta apenas formal das autoridades já que desde o início o sistema promoveu a concentração dos recursos nas mãos dos médios e grandes produtores, especialmente dos grandes (FÜRSTENAU, 1987, p.145).

Com o intuito de aprofundar as pesquisas agropecuárias no Brasil, criou-se, em 1972 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Já para os serviços de extensão rural foi criada, em 1974, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater, extremamente importante no processo de modernização, cabendo aos técnicos e agrônomos a função de orientar a difusão das inovações tecnológicas.

Como relembra Gonçalves Neto (1997, p. 202) “os extensionistas rurais [...], complementam a ação dos centros de pesquisa e experimentação, tanto públicos como privados, exercendo o papel de ponte entre estes centros e os produtores”. Entretanto, o caráter seletivo do processo de modernização se faz presente ao direcionar os serviços de extensão rural aos grandes proprietários de terras que possuíam maior capital para investir e adquirir as inovações.

Para permitir a difusão do conhecimento com base nos parâmetros da agricultura industrial, Ehlers (1996) assinala que, na década de 1960, as principais escolas de agronomia do Brasil alteraram sua estrutura curricular privilegiando as disciplinas de ensino e pesquisa voltadas para o modelo agrícola convencional. Estas alterações refletem o interesse em atingir elevados índices de produtividade por meio do intenso uso de fertilizantes artificiais, agrotóxicos, mecanização e sementes selecionadas ou manipuladas geneticamente.

Por meio deste conjunto de ações e instrumentos, a partir da década de 1970, intensificou-se a modernização do campo brasileiro. O avanço da técnica permitiu o preparo do solo em espaços anteriormente impróprios para a agricultura, a adubação e os corretivos agrícolas provindos da indústria química, possibilitaram maior controle da natureza e a expansão da fronteira agrícola para a região norte do Brasil. Nas palavras de Elias (2002, p.25), “hoje, multiplicam-se os espaços da

produção e das trocas globalizadas, inclusive os espaços agrícolas, os quais passam por inúmeras metamorfoses, pois são extremamente suscetíveis de aceitação do capital tecnológico”.

Nesse sentido, a globalização da economia provocou transformações profundas no sistema produtivo da agropecuária (ELIAS, 2002). Uma característica importante foi a inserção da agricultura nos circuitos econômicos de produção, passando a integrar o complexo agroindustrial - CAI<sup>9</sup>. A agricultura subordinou-se aos interesses da indústria e dos mercados consumidores situados em espaços cada vez mais distantes de onde os produtos são cultivados. Galvão (1995) afirma que o CAI foi considerado como a expressão mais moderna da agricultura no país, ele “[...] corporifica a modernização agropecuária como processo altamente dinâmico, porém extremamente seletivo, do qual se excluem muitos grupos sociais e regiões do país” (GALVÃO, 1995, p.108).

Pode-se afirmar que o processo de modernização da agricultura brasileira foi marcadamente conservador na manutenção da estrutura fundiária concentrada<sup>10</sup> e na seletividade dos agricultores beneficiados com os incentivos e investimentos estatais, delineando um quadro agrário de intensas desigualdades sociais. Nas palavras de Delgado,

o caráter heterogêneo da agricultura brasileira – do ponto de vista técnico, social e regional – foi preservado e até mesmo aprofundado nesse processo de modernização. Em certo sentido, pode-se visualizar nele um pacto agrário modernizante e conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial (DELGADO, 2001, p.165).

---

<sup>9</sup> Complexo agroindustrial pode ser definido como “o conjunto de processos técnico-econômicos sócio-políticos que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes” (MULLER, 1982, p. 48).

<sup>10</sup> O índice de Gini, utilizado para demonstrar o nível de concentração de terras no Brasil, é elucidativo para dar visibilidade aos contrastes da estrutura agrária brasileira. O índice que varia de zero a um, foi de 0,857 em 1985; 0,856 no ano de 1995 e em 2006 ficou em 0,872. Os dados comprovam como, historicamente, o acesso a terra no espaço brasileiro ocorreu de forma desigual, privilegiando determinados segmentos em detrimento de uma grande massa de agricultores (IBGE, 2009).

O padrão tecnológico da Revolução Verde calcado em monoculturas altamente mecanizadas e altos investimentos em insumos modernos excluiu grande parte dos agricultores familiares. Estes, ficaram a margem dos benefícios governamentais e foram obrigados a vender suas terras, migrando para outras regiões do país ou para os centros urbanos em busca de empregos. Como resultado deste processo, houve aumento da concentração fundiária no campo brasileiro. Neste contexto, segundo Ehlers (1996, p.41), “a intensa transferência do campo para a cidade, associada a um processo de industrialização poupador de mão-de-obra, fez crescer a sub-ocupação, o desemprego e a marginalidade na periferia das cidades”.

Além disso, a modernização tecnológica agravou os problemas relacionados à exploração dos recursos naturais, expressos, segundo Gliessman (2005), nos seguintes indicadores: degradação do solo (erosão, compactação, contaminação por agrotóxicos, perda da fertilidade, etc.), desperdício e uso exagerado de água, poluição do ambiente (por meio do uso de agrotóxicos<sup>11</sup>, fertilizantes e sais), perda da diversidade genética (devido a uniformidade da base genética das plantas cultivadas), perda do controle social sobre a produção agrícola e alta dependência de insumos externos e artificiais<sup>12</sup>.

Assim, se por um lado, as modernas técnicas possibilitaram a elevação dos índices de produtividade, acentuaram os problemas ambientais pelo intensivo uso de insumos artificiais. Segundo Wanderley (2000, p.95), “o sucesso, inegável, da modernização da agricultura gerou, paralelamente suas próprias crises”. É importante notar ainda que, a década de 1980, foi marcada pela crise no modelo produtivista de desenvolvimento agrícola, principalmente pela incapacidade do Estado manter os elevados índices de financiamentos para a agricultura.

As exigências externas, como as do Fundo Monetário Internacional – FMI, para o país reduzir o crédito rural a juros

---

<sup>11</sup> No caso brasileiro, Gonçalves Neto (1997) aponta que entre 1964 e 1979, o consumo aparente de defensivos agrícolas aumentou em cinco vezes e a produção nacional destes insumos cresceu dez vezes no período.

<sup>12</sup> Cabe destacar que Gliessman (2005) ao apontar a insustentabilidade da agricultura convencional devido aos inúmeros problemas gerados, defende a necessidade de formas alternativas de fazer agricultura, como a agroecologia. Mais adiante, será dado destaque especificamente a esta temática.

subsidiados contribuíram para minimizar o apoio do poder público no desenvolvimento da agricultura moderna. Assim, “o processo de eliminação gradativa detonado em 1980 atinge pleno êxito em 1984, quando os financiamentos à agricultura passam a ser repassados a uma taxa de juros semelhante à de mercado” (FÜRSTENAU, 1987, p.153). Para Gonçalves Neto,

o governo brasileiro enredou-se de tal forma no compromisso do crédito subsidiado que, quando do esgotamento de suas fontes fornecedoras e da impossibilidade de se determinar novas, desarticulou toda a imensa rede envolvida com a produção agropecuária, ao tentar desvencilhar-se deste fardo (GONÇALVES NETO, 1997, P.224).

O cenário econômico da década de 80, aliado às pressões dos movimentos sociais, entidades de classe vinculadas à agricultura e agentes políticos contribuíram para que se fizessem alterações nas políticas governamentais, buscando maior espaço para a agricultura familiar.

## 1.2 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PÓS 1990 E AS NOVAS FUNÇÕES DO ESPAÇO RURAL

A década de 1990 foi marcada por alguns fatores decisivos para mudar os rumos do desenvolvimento rural. A partir deste período, a agricultura familiar brasileira recebeu maior atenção institucional com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no ano de 1996. Cabe salientar, que o PRONAF representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação à agricultura familiar como uma categoria social diferenciada dos demais produtores. Assim, fruto das pressões do movimento sindical rural que ocorriam desde o final da década de 1980, o programa buscou fornecer crédito aos agricultores que enfrentavam problemas para se reproduzir no campo<sup>13</sup> (SCHNEIDER, et. al., 2004).

---

<sup>13</sup> Embora o PRONAF seja considerado de fundamental importância para a reprodução da agricultura familiar, existem alguns problemas que impedem seu melhor aproveitamento, ocasionando, por vezes, a exclusão de determinados grupos de agricultores familiares que não possuem renda mínima para ter acesso ao crédito. Outros problemas são analisadas com maior detalhamento por Sacco do Anjos (2003).

O PRONAF “tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar e contribuir, dessa forma, para gerar emprego e renda nas áreas rurais e urbanas e para melhorar a qualidade de vida dos produtores familiares” (BUAINAIN, 2007, p.91). Guanziroli (2007) destaca que um dos principais impactos do PRONAF “foi o de permitir que os agricultores familiares investissem em sua atividade e ampliassem as áreas plantadas” (GUANZIROLI, 2007, p. 324).

Deve-se ressaltar que embora a agricultura familiar tenha ganhado espaço nas políticas estatais, o Estado não minimizou sua influência no incentivo à agricultura capitalista. As transformações ocasionadas no campo brasileiro refletem a intrínseca ligação entre a lógica do capital e a lógica das políticas públicas executadas. Por isso, a nova política que vem orientando as ações do governo após a década de 1990, baseia-se em dois componentes: “de um lado, no fortalecimento da competitividade da agricultura empresarial, e, de outro, no fortalecimento da agricultura familiar” (BUAINAIN, 2007, p.90). Neste contexto, Carneiro (1997) afirma que,

há décadas relegada a segundo plano e até mesmo esquecida pelo Estado, a agricultura familiar e a sua base fundiária – a pequena propriedade – têm sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade – setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira (CARNEIRO, 1997).

Abramovay (2007), em seu livro *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, mostra como nos países capitalistas avançados, a agricultura familiar foi a base para o desenvolvimento da agricultura moderna. Para tanto, evidencia como o Estado criou as condições necessária, tanto no campo como na cidade, para que os agricultores familiares pudessem modernizar-se ou buscar outras alternativas econômicas. Assim, enquanto que os países capitalistas avançados mostraram a importância de fazer a Reforma Agrária e promover o desenvolvimento da agricultura familiar, no Brasil, os investimentos da iniciativa privada e do Estado foram canalizados para a modernização e formação das empresas rurais capitalistas (ETGES, 2001).

Com a alteração na agenda política do Estado, a meta das políticas públicas pós 1990 foi diversificar e renovar as atividades

agrícolas e não-agrícolas, difundir novas técnicas e aproveitar as potencialidades específicas de cada lugar. Em vista deste cenário, como assinala Moreira (2005, p.38), o espaço rural brasileiro “passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais”.

Os agricultores que se inserem nestas novas estratégias de usos do espaço e geração de renda, necessitam assumir novas funções, diversificar e controlar novas atividades, por isso,

os agricultores familiares situam-se num contexto de grandes e urgentes transformações do meio rural; novas atividades econômicas surgem no cotidiano dessa população (indústrias, turismo, lazer, comércio, artesanato, serviços profissionais especializados, etc.), ao mesmo tempo em que a atividade agropecuária é mais dinâmica, exigindo um produtor cada vez mais “empresário” (FAUTH, 2008, p. 51).

O espaço rural contemporâneo apresenta-se, assim, como um espaço complexo e híbrido (MARAFON, 2009; GALVÃO, 1995). Pode-se afirmar que “[...] há inúmeras interações espaciais e redes geográficas, formadas pelas empresas que integram os complexos agroindustriais, compostos por atores heterogêneos, como empresas, produtores rurais, turistas” (MARAFON, 2009, p.332).

Surgem, portanto, inúmeras atividades produtivas e funções atribuídas ao espaço rural ancoradas, em muitos casos, em princípios do desenvolvimento sustentável. O poder público, articulado com os representantes dos movimentos sociais e das organizações não governamentais, busca fomentar e dar a assistência necessária para a consolidação destas iniciativas.

A ação do Estado, agora descentralizada, contribuiu para que o espaço rural ganhasse novos conteúdos, novos contornos, diversificando-se não só as formas de produção, mas também suas funções.

Um importante conjunto de propostas voltadas ao desenvolvimento rural surgidas neste período são aquelas que se articulam em torno da dimensão territorial<sup>14</sup> do desenvolvimento. Elas

---

<sup>14</sup> As definições de território e territorialidade são numerosas. Resgatar estas discussões fugiria aos objetivos do trabalho. Para a análise do território e do desenvolvimento territorial aqui

vêm conquistando maior espaço nas políticas públicas e buscam incorporar potencialidades específicas, entendidas como recursos, dos distintos territórios rurais.

Para Wanderley (2000, p.117) uma “dimensão importante do desenvolvimento territorial é, por conseguinte, a valorização do patrimônio natural e cultural de cada localidade”. A autora ainda assinala que “mediante esta valorização, será possível reafirmar uma identidade local que, longe de significar o reforço de particularismos xenófobos, pode constituir um alicerce sólido para a construção de um projeto local de vida social” (2000, p.117). Nesta perspectiva “[...] o desenvolvimento rural passa pela **construção de novos territórios**, isto é, pela capacidade que terão os atores econômicos locais de manejar e valorizar ativos específicos às regiões em que habitam” (ABRAMOVAY, 1999, p.64).

O principal mérito do desenvolvimento territorial é o de que ocorre – ou deveria ocorrer – um processo horizontal nas tomadas de decisões. A verticalidade imposta por meio de padrões de desenvolvimento externos e impróprios às características locais seria superada e, “os atores reagrupam-se em função dos problemas produtivos a serem resolvidos numa escala meso-econômica distinta das escalas individual e global” (PECQUEUR, 2006, p.95).

De acordo com Pecqueur (2005, p.12) o desenvolvimento territorial “se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico”. Dessa forma, ele pode ser definido como “todo processo de mobilização dos atores que leva à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (PECQUEUR, 2005, p.12).

Entretanto, para a efetivação desse processo é necessária a existência de elementos de coesão social que permitem fazer com que os atores criem relações de cooperação e confiança, favorecendo o sucesso da estratégia adotada. Nesse sentido, Putnam (1996) destaca a importância do capital social, entendido como as “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem

---

enfocada, pode-se considerar que, “o território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado” (HAESBAERT e LIMONAD, p. 10, 1999); Ou, ainda, o território pode ser considerado “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, p. 144, 1993).

para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p. 177). Ainda, “a noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta” (ABRAMOVAY, 2003, p. 86).

Portanto, de acordo com Abramovay (2003), o capital social é fundamental, pois permite fazer com que se obtenham benefícios que, isoladamente não seriam possíveis de atingir. A existência de capital social, construído e reforçado por ações de cooperação, torna-se um elemento fundamental para articular os atores locais na configuração de propostas de desenvolvimento territorial.

Saquet e Spósito (2008) ao ressaltarem a perspectiva de desenvolvimento que articula produção de mercadorias, valorização do lugar com recuperação e preservação ambiental afirmam que,

a organização política e o envolvimento dos sujeitos, a formação/educação, o planejamento e gestão, as redes de cooperação, a valorização das identidades, entre outros processos, são fundamentais na redefinição da produção e de outros aspectos da vida cotidiana, numa concepção de desenvolvimento que envolve, necessariamente, o rearranjo das relações de poder (SAQUET e SPÓSITO, 2008, p.15).

Nesse sentido, “a exploração desta **nova dinâmica territorial** supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 1999, p.50).

A produção agroecológica pode ser considerada como recurso territorial capaz de promover desenvolvimento, visto que, “o desenvolvimento territorial apóia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma certa região” (ABRAMOVAY, 2003, p. 94).

Os exemplos de expansão da agroecologia têm se mostrado profícuos quando inseridos em uma dinâmica de cooperação entre os agricultores que trabalham na produção. A expansão da produção e a abertura de novas redes de comercialização estão intimamente relacionadas com a capacidade de organização em cooperativas e

associações dos agricultores. Essa característica remete às possibilidades de desenvolvimento territorial, pautado em potencialidades locais.

Esta possibilidade concretiza-se em meio às novas exigências do capitalismo contemporâneo, onde os territórios tem suas características (re)valorizadas e, na medida em que estas, são identificadas e sistematizadas, podem servir de “produto” para promover o desenvolvimento dos territórios rurais.

Há uma dupla relação que atende a uma dinâmica de mercado, mas, em certa medida, pode promover novos espaços de desenvolvimento, aqui entendidos, como territórios. Pecqueur (2006, p.83) afirma que “o fato territorial, não percebido no período fordista, aparece hoje sob múltiplas formas, em função dos contextos produtivos onde ele se manifesta”. Cabe, portanto, identificar e utilizar este “fato territorial” para a promoção do desenvolvimento territorial, beneficiando, acima de tudo os agricultores e suas demandas locais. Por isso, a agricultura familiar pode representar o “elemento-chave” para a construção e consolidação destas inovadoras propostas.

Com o objetivo de diminuir o impacto ambiental das atividades agrícolas e valorizar o saber/fazer do agricultor familiar, a agroecologia pretende atingir a sustentabilidade na agricultura. Devido às suas características específicas, a agricultura familiar tornou-se o principal *locus* para o desenvolvimento dessa forma de produção.

Diante disso, cabe discutir quais foram as principais transformações sofridas pela agricultura familiar ao longo do tempo, identificando assim, as características que a aproximam (ou a distanciam) da produção agroecológica e das novas propostas de desenvolvimento.

## **2. AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICO CONCEITUAIS**

O segmento de produção agrícola familiar tem conquistado importantes espaços de reprodução no sistema capitalista contemporâneo. A diversidade de características da agricultura familiar presente no campo brasileiro revela a heterogeneidade dos agricultores que, em meio a uma economia globalizada, diversificam constantemente suas estratégias de (re)produção a fim de garantirem renda e permanecerem no campo.

Diante desse quadro, podem-se identificar formas familiares altamente integradas ao mercado, desenvolvendo agricultura empresarial e, outras que, continuam a reproduzir traços históricos da organização camponesa na agricultura.

A *produção agrícola de base agroecológica* adquire notável importância neste caso ao ser considerada uma estratégia de reprodução econômica para muitos agricultores familiares. Com o intuito de diversificar sua produção, minimizar o impacto ambiental e o uso de insumos artificiais no processo produtivo, os agricultores têm se mostrado motivados para o desenvolvimento desta prática agrícola em determinados pontos do território brasileiro. A agroecologia se contrapõe ao modelo produtivo da revolução verde, principalmente, ao inserir nas práticas agrícolas propostas de manejo que considerem as especificidades dos agroecossistemas locais.

Devido à necessidade de compreender como a agricultura familiar desenvolveu-se e, por ela ser a promotora do sistema de produção de base agroecológica no município de Pelotas - *lócus* da presente pesquisa - faz-se necessário realizar algumas considerações no intento de aproximar as reflexões teóricas ao objeto de estudo.

### **2.1 AGRICULTURA CAMPONESA E AGRICULTURA FAMILIAR: TRAÇOS QUE AS DIFERENCIAM**

A delimitação teórica dos conceitos utilizados na pesquisa assume importância fundamental, uma vez que, os debates acerca do campesinato e da agricultura familiar divergem e criam tipologias de análise variadas. No decorrer do texto serão apresentadas, portanto, algumas reflexões teóricas, consideradas referências para o estudo desta

temática. Busca-se evidenciar *que traços camponeses ainda podem ser identificados na dinâmica da agricultura familiar contemporânea*.

Historicamente, na produção do espaço agrário, as formas sociais familiares de produção e organização do trabalho sempre exerceram importância fundamental. A composição do grupo familiar na agricultura e sua racionalidade foram e, continuam sendo elementos essenciais para a compreensão da agricultura contemporânea.

Ao analisar a permanência do modelo camponês de produção no espaço agrário atual, Fernandes (2004) escreve que, “em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista” (FERNANDES, 2004, p.28).

Entretanto, se há consenso entre os estudiosos de que as formas camponesas de produção são marcadas por características particulares e que elas existiram em diversas partes do mundo, há inúmeras divergências teóricas quanto a sua permanência, transformação ou submissão ao jogo de forças sociais, políticas e econômicas do período atual. Para melhor compreender este debate, faz-se necessário recuperar algumas concepções que caracterizam as formas familiares de produção na agricultura e analisar as suas distintas manifestações associadas ao contexto histórico em que foram desenvolvidas.

Mendras (1978), já fazia uma diferenciação entre o camponês e o agricultor<sup>15</sup>. Para o autor, o agricultor é aquele tipo de produtor que vive em uma sociedade industrial, tem sua produção comandada pelo mercado, sem produção para o autoconsumo e sem autonomia em relação a outros grupos ou organizações sociais.

Por sua vez, as sociedades camponesas são marcadas por cinco traços básicos: a autonomia da coletividade camponesa diante da sociedade que a domina - porém tolera suas originalidades; a importância do grupo doméstico na organização da vida econômica e social da coletividade; a existência de um sistema econômico de autarcia relativa, sem distinção entre consumo e produção; uma coletividade com relações internas de interconhecimento e de relações débeis com outras coletividades circunvizinhas e, a existência da função decisiva no papel de mediação dos notáveis entre os camponeses e a sociedade envolvente (MENDRAS, 1978).

Os camponeses estariam, portanto, inseridos em uma sociedade que reforça suas características e confere particularidades ao grupo e ao seu modo de vida, alicerçado fortemente na família. Quanto ao mercado,

---

<sup>15</sup> O referido autor diferencia, ainda, o camponês do selvagem.

embora presente é acessado apenas quando o grupo ou o camponês sentir necessidade, não exercendo influência na organização da unidade camponesa. “O eterno problema da vida do camponês consiste, portanto, em contrabalancear as exigências do mundo exterior, em relação às necessidades que ele encontra no atendimento às necessidades de seus familiares” (WOLF, 1976, p.31). Neste caso, segundo o autor citado, ele pode seguir duas trajetórias: ou incrementar sua produção, ou reduzir seu consumo.

Ao fazer uma análise antropológica do camponês, Wolf (1976) afirma:

para quem está de fora, o camponês é visto, fundamentalmente, como uma fonte de trabalho e bens, com os quais o grupo superior poderá aumentar seu fundo de poder. Mas o camponês é, a um só tempo, o agente econômico e o cabeça da família. Sua propriedade *tanto é uma unidade econômica como um lar* (WOLF, 1976, p.28).

Esta diversidade de funções confere à unidade de produção agrícola uma identidade particular que envolve sentimentos de pertencimento e identificação do camponês com lugar em que vive. O alicerce central para o camponês é a sua unidade produtiva que é planejada de acordo com as necessidades e anseios da família.

Entretanto, com o desenvolvimento do modo capitalista, este modelo clássico de camponês certamente sofreu transformações. Na medida em que o agricultor aumentou os vínculos com o mercado, sua estrutura e organização produtiva sofreram alterações.

As análises efetuadas por Marx<sup>16</sup> (1985; 1986), Kautsky (1980) e Lênin relacionadas ao campesinato, caracterizam-se pela fatalidade do destino camponês. Cada um em seu tempo e, motivados por contextos empíricos específicos, permitem tecer interpretações sobre o possível destino do camponês no desenvolvimento do sistema capitalista. De maneira bastante genérica pode-se dizer, com base nestes autores e em neomarxistas estudiosos do campesinato que, “[...] no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção”

---

<sup>16</sup> Abramovay (2007, p.41) afirma ser “impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos de Marx”. Mesmo assim, é possível traçar algumas considerações sobre o comportamento do camponês nos moldes capitalistas de produção, com base no pensamento marxista.

(ABRAMOVAY, 2007, p.63). O mercado tornou-se um elemento central na reorganização do camponês, ao ampliar sua dependência com o mercado e perder autonomia, o camponês transformou-se.

Segundo os autores citados, o camponês poderia ser classificado como uma *classe social em transição* seja rumando para a burguesia - ao se tornar detentor dos meios de produção - ou se juntando à massa do proletariado por meio da exploração da sua força de trabalho. A lógica camponesa e os traços específicos desta forma de produção, como salientadas por Mendras e Wolf, seriam dissolvidas pelas imposições e necessidades de adaptação frente ao capitalismo, ocasionando a transformação da sociedade camponesa. Engels também afirma que “o desenvolvimento da forma capitalista de produção rompeu o nervo vital da pequena exploração na agricultura; a pequena produção agrícola está decaindo e marcha irremediavelmente para a ruína” (ENGELS, 1982, p.60 *apud* ABRAMOVAY, 2007, p.56).

Kautsky dedicou seus trabalhos à análise da superioridade da grande propriedade agrícola em relação à pequena e, ao processo de aproximação da indústria com a agricultura. Para o autor, “a indústria capitalista se reveste de tão grande superioridade, de molde a eliminar rapidamente a indústria doméstica do camponês que produz para seu próprio uso” (KAUTSKY, 1980, p.31). A unidade camponesa entraria, assim, num processo de dependência cada vez maior do mercado para suprir suas demandas internas. Na visão de Kautsky, o mercado seria ainda mais instável que o ambiente natural, desestabilizando a unidade camponesa diante da incapacidade do camponês de interferir nele.

Por outro lado, autores como Alexander Chayanov (1974) e Jerzy Tepicht<sup>17</sup> se contrapõem daqueles anteriormente citados ao proporem destino diferente para o campesinato no desenvolvimento do capitalismo. Ao centrarem suas análises em diferentes aspectos *internos* da família, buscaram demonstrar a intrínseca capacidade de organização e adaptação do camponês às adversidades do sistema econômico, evidenciam, portanto, sua permanência e reprodução. Abramovay (2007) destaca que, de acordo com a visão destes autores o campesinato não pode ser considerado “simplesmente um forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível

---

<sup>17</sup> Tepicht chega a considerar o campesinato como um *modo de produção*, devido ao fato dele ter existido em praticamente todas as formações sociais historicamente conhecidas (ABRAMOVAY, 2007).

encontrar as leis de reprodução e do desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 2007, p.69).

Entretanto, Chayanov e Tepicht, também têm consciência das transformações que o campesinato deverá sofrer, podendo levá-lo em alguns casos, à extinção. Essa afirmação encontra respaldo no interesse de Chayanov em criar cooperativas para estimular os agricultores na Rússia a modernizarem-se e nas afirmações de Tepicht de que as bases da organização camponesa se apóiam em princípios que o próprio capitalismo tende a eliminar (ABRAMOVAY, 2007).

Uma importante contribuição de Chayanov foi a criação da *teoria da diferenciação demográfica*. Por meio dela, o autor buscou demonstrar como a família é orientada em suas estratégias de (re)produção pelo número de pessoas que contabilizam como força de trabalho disponível. A disponibilidade de mão-de-obra regula a quantidade de terra a ser adquirida e cultivada, bem como, as aspirações que o agricultor projeta pra o seu futuro. O equilíbrio entre braços e bocas seria uma busca constante na agricultura familiar. Assim, “la composición familiar define ante todo los limites máximo y mínimo del volumen de su actividad económica [...]” (CHAYANOV, 1974, p. 47). O mesmo autor segue afirmando que,

por eso es que el limite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada com la máxima intensidad. De la misma manera, el volumen más bajo está determinado por el total de beneficios materiales absolutamente esenciales para la mera existencia de la familia (CHAYANOV, 1974, p. 47).

Para Chayanov, a produção familiar na agricultura não se apresenta como uma forma residual, mas com capacidade de se organizar no interior do sistema capitalista de produção, de acordo com suas possibilidades e particularidades.

Estas são algumas das principais análises efetuadas sobre o campesinato e sua organização no histórico desenvolvimento do capitalismo. Mas, apesar da sua crucial importância para o entendimento da forma social camponesa de produção, é evidente sua incapacidade de explicar fenômenos contemporâneos que metamorfoseiam continuamente o campesinato.

A diversidade de formas e funções do espaço rural e da agricultura torna-se compreensível somente se considerarmos o contexto político e econômico em que se desenvolvem. Abramovay, ao analisar as contribuições dos clássicos posteriores a Marx, chega a afirmar que elas muito têm a nos dizer se considerarmos o contexto histórico e intelectual onde suas idéias foram formuladas, mas nada “se tomarmos suas idéias como expressões conceituais de categorias universalmente existentes no capitalismo” (ABRAMOVAY, 2007, p.47).

Neste mesmo sentido, Van der Ploeg (2008), identifica quatro lacunas na tradição dos estudos camponeses, são elas: o fato de dividirem o mundo em duas partes (desenvolvida e subdesenvolvida), os camponeses serem considerados como atraso ao desenvolvimento (o que justificava sua predominância nos países subdesenvolvidos); a desconsideração do *modo camponês* de fazer agricultura e a pouca atenção dada às especificidades na sua relação com a natureza, considerada como algo dado; o fato de considerar o camponês como um agente subordinado ou considerado como “vitima passiva” da sociedade e, por último, as poucas análises sobre a diversidade das formas de produção agrícola que o processo de modernização da agricultura desencadeou<sup>18</sup>.

Diante disso, o autor sugere uma definição abrangente da condição camponesa<sup>19</sup> (relacionado ao *modo camponês* de fazer agricultura). O modo camponês de fazer agricultura estaria intrinsecamente ligado à condição camponesa, que apresenta as seguintes características,

[...] (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-

---

<sup>18</sup> Como pode ser constatado, o autor toma como base para sua análise vários estudos relacionados ao camponês e não somente aqueles considerados clássicos. Para sanar estas lacunas, Van der Ploeg (2008) cita algumas mudanças necessárias, principalmente de cunho teórico. Finaliza afirmando que “a definição de camponês como um não (ou ainda não) empresário – ou como em fase de desaparecimento – é, sem dúvida, deficitária” (VAN DER PLOEG, 2008, p. 39).

<sup>19</sup> Embora, a nosso ver, a definição do autor não seja apropriada para analisar muitos casos da agricultura brasileira relacionada ao segmento familiar de produção, o esforço em “atualizar” o conceito da condição camponesa, inserindo elementos contemporâneos na análise justifica seu uso neste trabalho.

produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (VAN DER PLOEG, 2008, p. 40).

Para o autor a co-produção é “um dos elementos definidores do campesinato mais importantes, diz respeito à interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva” (VAN DER PLOEG, 2008, p. 40). Essa definição da “condição camponesa” agrega novas funções e comportamentos ao campesinato oriundas de um processo de transformação do espaço rural em nível mundial.

As específicas relações com o mercado é uma característica importante do modo camponês de fazer agricultura. Van der Ploeg (2008) afirma que “estas relações são parte de um conjunto mais amplo de relações que ligam o campesinato ao mundo exterior, o qual é estruturado pelos camponeses de forma a permitir o máximo de flexibilidade, mobilidade e capacidade de escapar ao controle” (VAN DER PLOEG, 2008, p.33).

Para o autor citado, o distanciamento do mercado pelo modo camponês de produção ocorre por meio da adoção de alguns mecanismos, tais como: a utilização comum de máquinas agrícolas, os recursos necessários são preferencialmente produzidos pelo trabalho e não mobilizados imediatamente no mercado, quando possível as trocas socialmente reguladas e a reciprocidade tem preferência em relação às transações de mercado, os instrumentos necessários às atividades tendem a possuir durabilidade técnica maior que a durabilidade econômica - garantida pelo uso cuidadoso dos mesmos; os recursos ecológicos disponíveis favorecem a menor dependência de insumos artificiais externos e dos mercados a ele associados (VAN DER PLOEG, 2008).

Ainda, “é muito freqüente encontrar procedimentos institucionais que fazem a mediação do funcionamento imediato dos mercados correspondentes *de uma forma que torna os custos financeiros*

*(e os custos de transações) consideravelmente mais baixos” (VAN DER PLOEG, 2008, p.71).*

Um traço importante da produção camponesa e que cria características particulares na unidade produtiva é que, “para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro” (WANDERLEY, 2001, p.27). Sobre o processo de transição, Wolf (1976) acrescenta: “cada substituição de um membro da velha geração por outro coloca em questão a existência da unidade familiar camponesa como estava constituída previamente” (WOLF, 1976, p.103).

A compreensão sobre o papel do camponês na contemporaneidade comporta inúmeras interpretações. De acordo com Van der Ploeg (2008) “um dos “buracos negros” criados pela ciência tem ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isso significa que o fenômeno camponês tem sido relegado para lugares remotos, escondido na história e na periferia” (VAN DER PLOEG, 2008, p.33). Para o autor, o papel do camponês foi desconsiderado pela própria ciência que privilegiou outras formas sociais de produção na agricultura, minimizando a importância social e econômica do camponês.

Apesar dos posicionamentos teóricos não serem necessariamente os mesmos, tanto Wanderley como Van der Ploeg, defendem a existência do campesinato no mundo atual<sup>20</sup>. A autora afirma: “[...] o campesinato, mesmo que tenha perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno” (WANDERLEY, 2001, p.32)

Certamente o modelo clássico camponês sofreu intensas transformações, porém, isso não o coloca num lugar de submissão frente ao movimento econômico capitalista. Pelo contrário, reforça sua capacidade de inovação e de maleabilidade, pois ao mesmo tempo em que se diversifica, consegue preservar traços identitários que lhe são historicamente específicos.

Wanderley (2001) destaca, por exemplo, que a agricultura camponesa pode ser compreendida como uma das formas sociais da agricultura familiar pela intrínseca relação entre propriedade, trabalho e família. “No entanto, ela tem particularidades que a especificam no

---

<sup>20</sup> Cabe destacar que idéia de camponês em Van der Ploeg, é mais abrangente daquela desenvolvida por Wanderley.

conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 2001, p.23).

Ao defender a análise do camponês enquanto classe e identificar a sua resistência, permanência e reprodução no interior do modo capitalista de produção, Oliveira (1991, p.49) destaca que “[...] foi o próprio capital que instituiu a apropriação camponesa da terra, como consequência evidente da crise do trabalho escravo. Portanto, a apropriação camponesa da terra é fruto das contradições e da lógica do capital”. Neste sentido, o contexto histórico brasileiro criou um campesinato diferenciado do tipo europeu, ao que alguns autores (ALMEIDA, 2008; FERNANDES, 2004) classificam como um *desenraizado*.

Diante disso, o modelo do campesinato reflete a trajetória política e social da agricultura brasileira. O modelo colonial, a dominação da grande propriedade, a escravidão e a existência de terras livres possíveis de serem ocupadas por posse configuraram as particularidades do campesinato brasileiro (WANDERLEY, 2001). Segundo Almeida (2006, p.228) “[...] a sua luta para entrar na terra, seu desejo de enraizamento, tem sido a marca de sua diferenciação em relação ao campesinato de origem no feudalismo, portanto parcelar, do tipo europeu”.

Ao criticar o uso do termo agricultor familiar em detrimento de camponês<sup>21</sup>, Fernandes (2004) afirma: “no Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra” (FERNANDES, 2004, p.27).

Finalmente, para que seja possível avançar no debate relacionado à agricultura familiar, concordamos com Wanderley quando, ao caracterizar a agricultura familiar brasileira e a trajetória do

---

<sup>21</sup> Há uma significativa discussão sobre a pertinência do uso do termo camponês ou agricultor familiar para caracterizar as formas sociais de produção com base no trabalho familiar. Certamente, a escolha de um, ou de outro termo, se filia às posições políticas e ideológicas específicas. Enquanto alguns autores defendem a permanência/resistência do campesinato na sociedade atual e, portanto, a necessidade do uso do termo *camponês*, outros acreditam que o termo *agricultor familiar* é mais apropriado para representar e analisar a forma social de produção familiar na agricultura, principalmente diante das transformações ocorridas com o processo de modernização e globalização. Uma discussão específica e voltada para o caso brasileiro sobre o uso dos conceitos pode ser encontrada em Fernandes (2004).

campesinato, assim conclui: a agricultura familiar “[...] guarda ainda muito dos seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que “enfrentar” os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque fragilizada, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, [...] com suas próprias forças” (WANDERLEY, 2001, p.52).

## 2.2 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITUAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO

O conceito de agricultura familiar emergiu nos estudos acadêmicos na década de 1990 para dar conta das novas dinâmicas pelas quais a agricultura camponesa estava passando, ou seja, sua maior inserção na economia de mercado globalizada. Caume (2009) afirma que esta categoria substituiu termos até então muito utilizados, como agricultura de baixa renda, pequena propriedade, agricultura de subsistência, entre outros.

Diante disso, o conceito de agricultura familiar tornou-se amplo e pode abarcar situações distintas em que a família representa a principal força de trabalho empregada na unidade produtiva. Assim, conforme Wanderley (2001, p.52) “essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais”. Lamarche(1993)<sup>22</sup> assim caracteriza a agricultura familiar,

a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho

---

<sup>22</sup> Lamarche (1998) cria quatro modelos teóricos de agricultura familiar com base no grau de dependência ao mercado e na lógica familiar da unidade, são eles: *modelo empresa*: caracterizado por relações de produção minimamente familiares, a mão-de-obra utilizada se resume a do proprietário da unidade eventualmente ele se usa de trabalho assalariado para compensar a demanda de trabalho, há dependência tanto tecnológica quanto financeira, os sistemas de cultivo são intensivos e a produção é destinada totalmente ao mercado; *Modelo empresa familiar*: a principal característica é a grande importância dada à família na unidade produtiva, a lógica de trabalho, de reprodução e a mão-de-obra presente estão intimamente relacionadas à família, possui alta dependência ao mercado; *Modelo agricultura camponesa e de subsistência*: trata-se de estabelecimentos que produzem pouco, e utilizam técnicas tradicionais, sua lógica familiar é forte e possui fraca dependência ao mercado; *Modelo agricultura familiar moderna*: está constituído pelas unidades que se posicionam entre o modelo empresa familiar e a agricultura de subsistência; ao mesmo tempo em que buscam diminuir a importância do grupo familiar na propriedade buscam ampliar sua autonomia. O próprio autor adverte que os “modelos absolutos” são possíveis somente na teoria.

estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993, p. 15).

A presença da mão-de-obra do grupo familiar na execução das atividades agrícolas é fundamental para caracterizar uma unidade produtiva como familiar. Agregam-se a este fator, os elementos que a lógica familiar engendra, como: descentralização na gestão da unidade, presença de relações de ajuda mútua entre os agricultores fisicamente próximos e, em grande parte dos casos, o sentimento de pertencimento a terra e ao lugar onde vive.

Não se pretende aqui, fazer alusão a um “modelo ideal” de agricultor familiar que, sabe-se, seria possível apenas em nível teórico. Pretende-se sim, reconhecer os traços específicos da produção agrícola familiar que a diferem, principalmente, da agricultura capitalista.

O agricultor familiar moderno assumiu diversas formas organizacionais no espaço rural. Mesmo mantendo as particularidades do contexto histórico de cada país, pode-se afirmar que, em grande parte dos casos, “o agricultor moderno apresenta-se então como um personagem híbrido acumulando nele mesmo uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador” (JEAN, 1994, p.53). Esta habilidade em tornar-se um agricultor moderno, deve-se, em parte, ao fato de que os agricultores familiares “[...] são sensíveis aos estímulos de mercado, absorvem tecnologia moderna e produzem eficientemente podendo, portanto, produzir alimentos e matérias-primas em quantidade e qualidade requeridas pela expansão do setor urbano-industrial” (GUANZIROLI *et al.*, 2001, p. 16 e 17).

A posição de agricultor moderno assumida pela exploração familiar em muitos países do mundo, só foi possível diante do eficiente e sistêmico apoio das políticas estatais. Caume (2009) afirma que a presença da agricultura familiar empresarial na Europa, Estados Unidos e Japão não é resultado apenas da capacidade de transformação interna e externa dos agricultores, mas, sobretudo, uma opção política resultante do forte apoio do Estado.

Abramovay (2007, p.29) também afirma que “é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que

se constituiu a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas”. Pode-se dizer assim que,

as características que assumem as formas familiares de produção na agricultura contemporânea não são frutos de opções individuais, mas conseqüências dos constrangimentos impostos pelo contexto sócio-econômico e político em que os produtores estão inseridos (CAUME, 2009, p.21).

No espaço rural brasileiro constata-se que o segmento de produção agrícola familiar assumiu inúmeras formas de reprodução. Mesmo assim, o processo de modernização da agricultura (analisado no cap. 01) e a falta de incentivos para os agricultores familiares, em alguns casos, provocaram o que muitos teóricos marxistas previam: os agricultores foram obrigados a abandonar o campo e se aliar à massa de proletariados. Por não conseguirem se adequar às novas imposições do mercado, foram forçados a buscar outra fonte de renda, muitas vezes no espaço urbano das grandes metrópoles.

Entretanto, uma significativa parcela de agricultores manteve as características da exploração familiar, criou novas estratégias de produção e permaneceu no campo, sendo este o caso dos agricultores de base agroecológica de Pelotas, como será demonstrado posteriormente. É possível encontrar no Brasil, camponeses mantendo uma integração precária com os mercados, praticando agricultura em nível de subsistência e, ao mesmo tempo, o que Lamarche (1998) denomina de *modelo empresa familiar*, caracterizada pela alta dependência externa e significativa integração aos mercados.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006<sup>23</sup>, a agricultura familiar no Brasil soma 4.367.902 estabelecimentos agrícolas (84,4% do total), ocupando 24,3% da área dos estabelecimentos agrícolas. O Valor Bruto da Produção – VBP da agricultura familiar soma 54 bilhões de reais, o que corresponde a 38% do total. Um dado expressivo é a

---

<sup>23</sup> Estes dados derivam de uma metodologia desenvolvida em conjunto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e IBGE (com base na lei da Agricultura Familiar 11.326, de 24 de julho de 2006). Assim, considera-se familiar o estabelecimento ou empreendimento rural que não ultrapassa quatro módulos fiscais, onde a mão-de-obra utilizada nas atividades é predominantemente da família, a maior parte da renda é oriunda do estabelecimento e das atividades agrícolas desenvolvidas e, o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família (MDA, 2009). A mesma pesquisa classifica os estabelecimentos em familiares e não familiares.

quantidade de mão-de-obra ocupada na agricultura familiar totalizando 12,3 milhões de pessoas (74,4%). Comparativamente, os estabelecimentos não familiares empregam 4,2 milhões, ou seja, 25,6% do pessoal ocupado na agricultura brasileira.

O nordeste é a região do país onde há o maior número de estabelecimentos familiares (50%), já o Centro-oeste detém o menor percentual com 5% do total de estabelecimentos. A região sul possui 19% do número total de estabelecimentos, a sudeste 16% e a norte 10%. No que se refere à área ocupada pelos estabelecimentos familiares, o nordeste é responsável por 35%, o Centro-Oeste por 12%, o Sul e Sudeste por 16% e o Norte por 21% da área total dos estabelecimentos.

A agricultura familiar brasileira é marcada por uma heterogeneidade de características tanto de sua estrutura organizacional interna (disponibilidade de mão-de-obra, descentralização da gestão da unidade, entre outros), quanto pela diversidade dos produtos cultivados e animais criados.

Em relação à produção de alimentos pela agricultura familiar (gráfico 01) merece destaque a mandioca, o feijão, o leite e os suínos. Com base nos dados disponíveis também é possível perceber a grande importância social da agricultura familiar, sobretudo em relação ao elevado emprego de mão-de-obra no campo. Sua eficiência produtiva não pode ser questionada, visto que, dispondo de apenas 24,3% da área dos estabelecimentos é responsável por 38% do VBP produzido pela agricultura brasileira (IBGE, 2009).

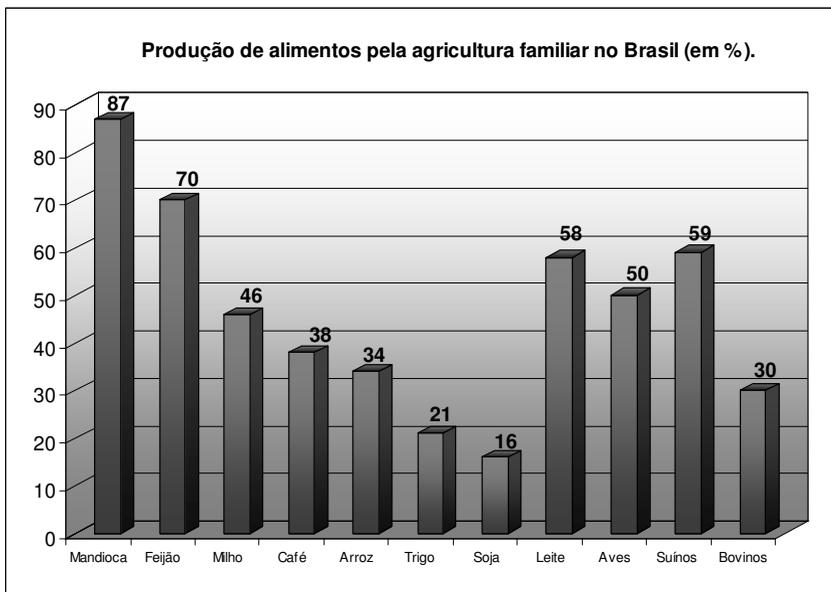


Gráfico 01 – Produção de alimentos pela agricultura familiar no Brasil (em %).  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Agropecuário –  
 Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA.  
 Organizado por: Roberto A. Finatto, 2009.

A diversidade das formas de reprodução da agricultura familiar encontrada no campo brasileiro demonstra que “esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar” (WANDERLEY, 2003, p. 48). Diante disso, “[...] o que caracteriza hoje o perfil da “categoria socioprofissional” dos agricultores é a diversidade das situações, tanto quanto de estratégias adotadas” (WANDERLEY, 2000, p. 122).

O processo de globalização aliado ao interesse e necessidade dos agricultores de diversificarem suas atividades agrícolas (e não-agrícolas) cria novas formas de produção e novas paisagens no espaço rural contemporâneo. A agroecologia se insere neste contexto como uma nova forma de produção, viabilizando a reprodução socioeconômica de parte da agricultura familiar no campo brasileiro.

## 2.3 A AGROECOLOGIA COMO POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O termo *agroecologia* surgiu na década de 1930 para representar a aproximação da ecologia com a agricultura. Porém, foi somente a partir da segunda metade do século XX, com o amadurecimento do conceito de ecossistema e de seu uso como estrutura básica para examinar a agricultura, que os estudos de “ecologia agrícola” ganharam maior espaço no meio acadêmico. Nas décadas de 1960 e 70 diversos estudos começaram a ganhar destaque ampliando e consolidando o uso do conceito (GLIESSMAN, 2005).

Os movimentos “rebeldes” surgidos na década de 1920 em várias partes do mundo certamente foram fundamentais para a consolidação de práticas agrícolas que valorizam os processos biológicos naturais em detrimento da adubação química<sup>24</sup> na agricultura. As principais vertentes deste movimento foram: a *agricultura biodinâmica* surgida na Europa em 1924; a *agricultura orgânica* difundida nos Estados Unidos a partir da década de 1940 com base em princípios desenvolvidos pelo inglês Sir Albert Howard e, a *agricultura biológica* baseada nas idéias do suíço Hans Peter Muller. No Japão também surgiu, em 1935, a *agricultura natural* amparada nas idéias de Mokiti Okada. Estas vertentes e suas práticas integraram o que se denominou de agricultura alternativa<sup>25</sup> (EHLERS, 1996).

O autor citado destaca também que o termo agroecologia é usado para denominar formas e práticas de agricultura alternativa. A agroecologia, segundo Ehlers (1996, p.50) pode ser considerada “uma disciplina científica que estuda os agroecossistemas, mas que, a partir dos anos 80, nos EUA e na América Latina, passou a ser empregada em alguns círculos para designar uma prática agrícola propriamente dita”.

Os debates sobre desenvolvimento sustentável<sup>26</sup> iniciados na década de 1970 e a necessidade de revisão nas estratégias de

---

<sup>24</sup> No começo do século XX os estudos de Justus Von Liebig, responsável pelas pesquisas sobre os químicos na agricultura, eram vistos com grande otimismo pela comunidade agrônoma (EHLERS, 1996).

<sup>25</sup> Ehlers faz um resgate histórico de cada uma das vertentes de agricultura alternativa citadas. Para ver mais consulte Ehlers, 1996. No presente trabalho, será dado foco especificamente para a agroecologia.

<sup>26</sup> Uma das principais definições de desenvolvimento sustentável foi criada pela Comissão de Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU e publicada no Relatório Brundtland de 1987 (p.09) como “o desenvolvimento que responde às necessidades do presente

desenvolvimento em nível global também favoreceram a disseminação da agroecologia como uma forma de agricultura alternativa. Gliessman salienta que

enquanto a sustentabilidade fornecia uma meta para focalizar a pesquisa agroecológica, a abordagem do sistema integral da agroecologia e o conhecimento do equilíbrio dinâmico proporcionavam uma base teórica e conceitual consistente para a sustentabilidade (GLIESSMAN, 2005, p. 56).

Apesar do conceito de sustentabilidade ser controverso, polêmico e muitas vezes mal definido, ele é útil para a agricultura, pois reconhece que ela é resultado de um processo de interação de muitos fatores (ALTIERI, 1998). Diante disso, agregam-se outros elementos além dos índices de produtividade, para a análise da eficiência produtiva da agricultura. Objetiva-se, assim, atingir eficiência produtiva aliada ao uso racional dos recursos naturais e sociais disponíveis.

A concretização da agroecologia enquanto proposta de desenvolvimento rural sustentável emergiu atrelada a diversos fatores e situações históricas articuladas em nível global. As implicações negativas do processo de modernização da agricultura, já discutido no capítulo 01, contribuíram para o fortalecimento da agroecologia. As mazelas sociais e ambientais geradas pelo modelo de desenvolvimento agrícola industrial intensificaram a atuação dos movimentos ambientalistas, organizações não governamentais, entre outras entidades, na contestação do modelo agrícola convencional. Para Ferraz e Silveira (2006),

a inadequação do modelo difundido pela Revolução Verde, bem como a aceitação internacional e a difusão do conceito de sustentabilidade, tem levado pesquisadores a uma crescente busca de modelos alternativos e sustentáveis para a agricultura (FERRAZ E SILVEIRA, 2006, p.812).

---

sem comprometer as possibilidades das gerações futuras” (*apud* MONTIBELLER-FILHO, 2008). Ehlers destaca que “não há dúvida de que as discussões sobre o desenvolvimento sustentável emergem de problemas sociais, econômicos e sociais provocados pelo industrialismo. Mas as distorções e contradições em torno dessa expressão refletem a existência de disputas ideológicas e de interesses distintos” (EHLERS, 1996, p.129).

Conceitualmente a agroecologia adquiriu vários significados, todos, entretanto, buscam incorporar as alterações na base técnica das práticas agrícolas, aliando a isso, os benefícios ambientais, econômicos e sociais gerados pela agroecologia.

Para Gliessman (2005, p.54) “a agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável [...]”. Altieri (1998, p.18) destaca que a agroecologia “[...] trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”.

No aspecto técnico, as práticas agrícolas adotadas na produção de base agroecológica, referem-se “a fertilização orgânica, à reciclagem de nutrientes, ao uso conservacionista do solo, à rotação de cultivos e criação, aos policultivos, ao manejo integrado e biológico de pragas e ao manejo da biodiversidade para o controle de pragas” (COSTA NETO, 1999, p. 312). Estas técnicas têm o objetivo de minimizar os efeitos agressivos sobre o ambiente natural. Ressalta-se, porém, os limites impostos à agricultura na busca por sustentabilidade, pois, a agricultura é, por definição, uma artificialização do meio natural (VEIGA, 1994).

A agroecologia busca promover transformações que extrapolam o aspecto produtivo. A meta é alterar as relações de comercialização da produção, não destinado-a apenas a um nicho de mercado, gerando também emprego e a permanência do agricultor no campo. A agroecologia busca, ainda, valorizar o modo de vida do agricultor, a cultura e o conhecimento acumulado ao longo das gerações. Ela “valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade” (GLIESSMAN, 2005, p. 54).

Ressalta-se que muitos pesquisadores e militantes de movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra/MST, Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA, etc.) são os maiores entusiastas acerca da capacidade de transformação e não têm dúvidas de que a agroecologia proporciona uma nova compreensão acerca das relações homem-natureza e pode servir de base para a criação de um novo pensamento coletivo e solidário de cooperação.

Caporal et. al (2006) assinalam que a “agroecologia se constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da

crise socioambiental da nossa época” (CAPORAL et. al, 2006, p. 175). Os mesmos autores afirmam que a agroecologia

mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência (CAPORAL, et al, 2006, p. 176).

Este viés transformador da agroecologia também é evidenciado na concepção de Gliessman (2005) quando afirma que

por um lado a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável (GLIESSMAN, 2005, p.56)

Entretanto, o que se observa é que a (re)valorização da agroecologia é parte de uma demanda do próprio desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Segundo Brandenburg (2004, p. 273) é “justamente o mercado que contribui para reorganizar o sistema produtivo e acena com a perspectiva de maior espaço para os produtos orgânicos<sup>27</sup>”. Há uma intrínseca relação entre o mercado e as novas possibilidades de produção orgânica, pois é ele que sustenta e permite a manutenção desta forma de produção alternativa na agricultura.

Diante desses elementos, há os menos entusiasmados no que refere à capacidade de transformação proporcionada pela agroecologia. Graziano da Silva afirma que “a importância maior de um movimento por uma agricultura sustentável não está na sua “produção da produção”, mas na “produção de uma nova concepção” de desenvolvimento

---

<sup>27</sup> Cabe destacar que mesmo Brandenburg utilizando o termo “produtos orgânicos”, ele vai ao encontro da nossa proposta de pesquisa, visto que, na literatura relacionada ao mercado e comércio de produtos oriundos da agricultura de base agroecológica, o termo produto orgânico é mais comumente utilizado.

econômico” (GRAZIANO DA SILVA, 2003). Nesse sentido o autor destaca que a maior importância do movimento deve-se ao fato dele promover uma reflexão sobre a relação homem-natureza e as relações sociais em seus diversos aspectos, criando, assim, consciência do conflito presente entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

Navarro (2008) pontua que a agroecologia congrega diversas iniciativas relacionadas às mudanças nas práticas agrícola, portanto ela

não representa mais do que um “nome fantasia” para englobar as diversas experiências, esforços, iniciativas e situações em que agricultores desenvolveram sistemas agrícolas onde prevalece manejo aperfeiçoado dos recursos naturais, sendo também menos dependentes de insumos agroindustriais. Seus praticantes modificam as práticas agrícolas movidos por intenções as mais variadas, na maior parte das vezes meramente em função do objetivo de reduzir custos de produção. Não implica, necessariamente, sequer uma “consciência ambiental”, embora esta possa, certamente, se desenvolver (NAVARRO, 2008, p.30)

Não há consenso entre os estudiosos acerca do potencial de transformação socioeconômico que a agroecologia proporciona. Mesmo assim, este sistema de produção encontra-se em expansão crescente no campo brasileiro.

Cabe destacar que a produção agroecológica se manifesta de diferentes formas. Em algumas situações, além das alterações nas técnicas agrícolas, ocorre a incorporação do saber/fazer dos agricultores formando-se uma consciência da necessária alteração nas relações homem-meio, em outros casos, a principal mudança é a simples incorporação de técnicas alternativas no processo produtivo.

Com base em Willer e Youssefi (2006), Saquet (2008) afirma que apesar do aumento significativo nos últimos anos, a produção orgânica<sup>28</sup> no Brasil abrange apenas 0,34% da área agricultável.

---

<sup>28</sup> As informações oficiais disponíveis sobre os sistemas de produção agrícola alternativo utilizam, de modo geral, o termo *produção orgânica* para designar o conjunto destes sistemas produtivos. Por isso, mesmo considerando que o termo *produção de base agroecológica* seja mais indicado para o presente estudo, adotou-se também o termo orgânico especialmente quando mencionado na bibliografia citada.

A região que detém a maior área ocupada com o sistema de produção agroecológico é a Centro-Oeste com 520.000 hectares, seguida da Região Sul com um total de 120.000. No caso da Região Centro-Oeste, com base nos dados apresentados (tabela 01), percebe-se que a produção é desenvolvida em larga escala já que, 750 produtores são responsáveis por 520.000 hectares cultivados, resultando numa área média de 693,3 hectares por produtor<sup>29</sup> (HESPANHOL, 2008).

**Tabela 01 - Sistema orgânico no Brasil: área cultivada e número de produtores/2006**

Regiões	Área (em ha)	%	Número de Produtores	%	Área Média (em ha)
Norte	8.000	1,0	600	4,0	13,3
Nordeste	72.000	9,0	1.950	13,0	36,9
Sudeste	80.000	10,0	1.500	10,0	53,3
Sul	120.000	15,0	10.200	68,0	11,7
Centro-Oeste	520.000	65,0	750	5,0	693,3
<b>TOTAL</b>	<b>800.000</b>	<b>100,0</b>	<b>15.000</b>	<b>100,0</b>	<b>53,3</b>

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 2006 *apud* Hespagnol 2008.

O sistema de produção orgânico no Brasil absorve basicamente dois tipos de produtores<sup>30</sup>. De um lado, os agricultores familiares que representam 90% do total, sendo estes, responsáveis por cerca de 70% da produção nacional, de outro, os agricultores empresariais que totalizam 10% dos produtores orgânicos (CAMARGO FILHO et al., 2004).

Saquet (2008) destaca alguns aspectos favoráveis à adoção da agricultura orgânica no Brasil, dentre eles pode-se destacar: a extensa área agricultável e as possibilidades de expansão da agropecuária no

<sup>29</sup> Hespagnol (2008) questiona se esta produção orgânica em larga escala pode ser considerada como sustentável a médio e longo prazo na perspectiva da agroecologia.

<sup>30</sup> De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, “apenas 1,8% dos estabelecimentos agropecuários praticavam agricultura orgânica no país, sendo que 42,5% destes produtores ligavam-se a associações, sindicatos ou a cooperativas” (IBGE, 2009).

território nacional, os fatores climáticos e edáficos favoráveis ao cultivo de variadas espécies, as possibilidades de comercialização no mercado interno e externo frente a uma demanda cada vez mais ampliada, a viabilidade da produção em pequenas áreas agrícolas e os benefícios ambientais gerados permitem a preservação do meio ambiente e a geração de renda no campo. Destaca-se, porém, que apesar destes elementos favoráveis, necessita-se fundamentalmente de políticas públicas adequadas a fim de estimular a exploração destas possibilidades presentes no território brasileiro.

Outro elemento importante é a significativa quantidade de agricultores familiares no Brasil. Os princípios da agroecologia tendem a ser melhor aplicados nas formas familiares de produção, por isso, esta característica do espaço rural brasileiro pode favorecer o aumento da produção agroecológica com base na agricultura familiar.

Em relação ao município de Pelotas, cabe destacar que, foi no segmento familiar de produção que a agroecologia se desenvolveu. A agricultura familiar do município passou por um processo de diversificação de suas atividades produtivas ao longo das últimas décadas, inclusive com a emergência da produção de base agroecológica.

### 3. O MUNICÍPIO DE PELOTAS: ASPECTOS GEOECONÔMICOS E TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO RURAL

O território do município de Pelotas (figura 01) situa-se entre os paralelos de 31 e 32 graus de latitude sul, estendendo-se de 31°20' a 31°48' caracterizado, assim, por uma latitude média, inserido na zona temperada do sul (ROSA, 1985). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2009), o município possui uma área territorial de 1.609 Km<sup>2</sup> e sua população totaliza 339.934 habitantes. A população relativa residente no meio rural do município corresponde a 4,92% dos habitantes, em contraste com os 95,08% do espaço urbano (ITEPA, 2008).

O município é marcado pela influência de colonizadores com nacionalidades diversas sobressaindo-se portugueses, alemães, italianos, pomeranos e franceses. Esta característica, somada às especificidades geomorfológicas do espaço geográfico pelotense favoreceram o desenvolvimento de atividades produtivas diversificadas, fundamentais para impulsionar o crescimento econômico do município.

#### 3.1 TRAÇOS DA OCUPAÇÃO

A ocupação do município ocorreu de forma definitiva em duas etapas distintas: a primeira, até o final do século XVIII, com a distribuição das sesmarias nas áreas de planície onde os portugueses desenvolveram a criação de gado, os açorianos também foram importantes neste momento; uma segunda fase, a partir de 1820, foi marcada pela ocupação da porção ao norte do território pelos imigrantes europeus não-portugueses, provenientes da Europa ou de outras áreas da província (SALAMONI, 1993).

A origem do município de Pelotas<sup>31</sup> possui intrínseca ligação com a produção do charque. Em 1780, quando o português José Pinto Martins, oriundo do Ceará, fundou a primeira charqueada às margens do Arroio Pelotas, estava dando início à uma atividade produtiva que se expandiu consideravelmente nos períodos posteriores, dando ao

---

<sup>31</sup> O nome do município originou-se da palavra *pelota*, termo de origem marroquina assimilado pelos indígenas rio-grandenses para designar uma canoa de couro utilizada na travessia dos rios e arroios. “Transferiu-se a denominação da embarcação ao arroio, do arroio à região, da região ao município” (MAGALHÃES, 1999, p.13).

município uma posição de destaque na economia gaúcha (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2009).

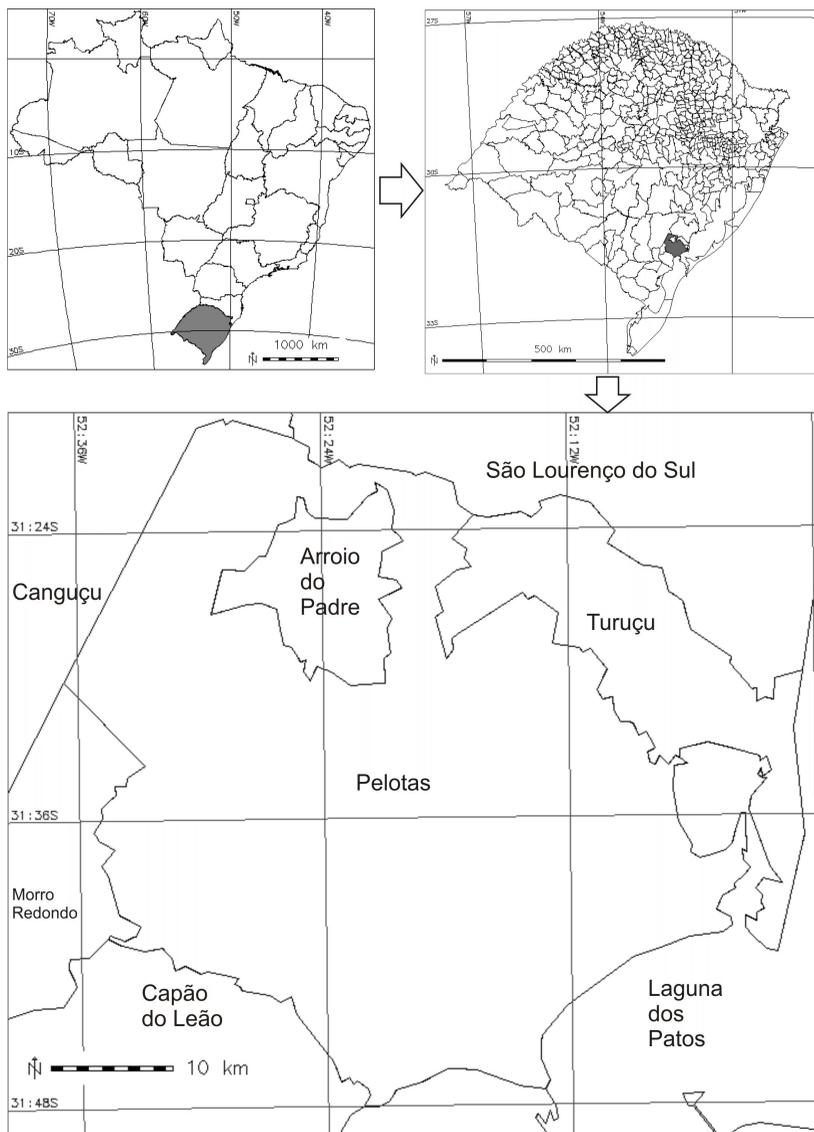


Figura 01: Mapa de localização do Município de Pelotas  
Organizado por: Ferreira, J. S., 2009.

As charqueadas impulsionaram a ocupação da área às margens do Arroio Pelotas, dando início à povoação que se tornaria, mais tarde, o município com o mesmo nome do arroio. Assim,

a Freguesia de São Francisco de Paula, fundada em 07 de Julho de 1812 por iniciativa do padre Pedro Pereira de Mesquita, foi elevada à categoria de Vila em 07 de abril de 1832. Três anos depois o Presidente da Província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, outorgou à Vila os foros de cidade, com o nome de Pelotas (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2009).

A indústria saladeril teve notável importância econômica na formação sócio-espacial do município, ela permitiu o progresso e uma efervescente vida cultural à cidade. Por isso, “à sombra das charqueadas, Pelotas transformou-se, de incipiente povoação, na cidade que será, durante todo o século XIX, uma das mais ricas e adiantadas da província” (MAGALHÃES, 1999, p. 20).

A riqueza oriunda das charqueadas, aliada ao ócio dos charqueadores (a safra durava apenas de novembro a abril) permitiram uma vida refinada, ou seja, “um contato com a Europa, o hábito da leitura, a frequência aos teatros e aos salões” (MAGALHÃES, 1999, p. 47). Ainda conforme o autor, a riqueza permitiu a construção dos sobrados na então vila que se formava próximo aos saladeiros, muitos deles projetados por engenheiros europeus.

Por outro lado, as charqueadas foram caracterizadas também pela significativa exploração da força de trabalho escrava. No ano de 1814, “para um total de 2.419 habitantes, havia 1.226 escravos” (op. cit. p.35).

Magalhães (1993) destaca que de 1860 a 1890 a cidade de Pelotas passou pelo período de maior expansão. Na década de 1880, Pelotas tinha população quantitativamente semelhante às cidades de Porto Alegre e de São Paulo. Porém, a partir da década de 1890, a indústria saladeril entrou em declínio, motivada, sobretudo por dois fatores: a revolução federalista que prejudicou o comércio do gado e o surgimento dos frigoríficos, substituindo as atividades das charqueadas.

Como relembra Magalhães (1993, p.109) “as atividades econômicas que nos anos seguintes a substituíram, em nível local, não tiveram força suficiente para sustentar, com a mesma intensidade e o

mesmo ímpeto, iguais padrões de prosperidade e riqueza”. O declínio das charqueadas cedeu lugar a uma nova dinâmica produtiva desenvolvida pelos imigrantes europeus. Nas palavras de Salamoni (1993 p.23) “os primeiros resultados físicos obtidos pela produção colonial, já se afiguravam para o governo como “saída”, em termos econômicos, para as atribuições enfrentadas pelas charqueadas e pela criação de gado”.

Nesse contexto, as atividades produtivas desenvolvidas pela agricultura familiar, juntamente com as lavouras patronais de arroz que se formaram no final do século XIX, tornaram-se as principais atividades produtivas primárias, após a decadência das charqueadas no início do século XX (GARCIA & SANTOS, 2005).

Assim, no período de 1940 a 1980 a agricultura do município passou por um processo de diversificação produtiva. Diante dos problemas com a produção de banha, que entrou em declínio, emergiram outras atividades produtivas como o fumo, figo, morango e aspargo, juntamente com a fundação de agroindústrias ligadas á fruticultura e à olericultura (GARCIA & SANTOS, 2005, p. 244). Os mesmos autores destacam que neste período, devido às inovações técnicas, a produção do arroz ampliou-se e foram fundadas importantes cooperativas para o processamento e comercialização do produto na região.

### 3.2 TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO RURAL

O município de Pelotas possui 3.603 estabelecimentos agropecuários que exploram atividades diversificadas. Isto se deve, em parte, às características geográficas peculiares do município. Inserido na Encosta do Sudeste, uma das regiões fisiográficas do Rio Grande do Sul, seu território “se estende das mais baixas ondulações da encosta oriental da Serra dos Tapes até a planície sedimentar da margem ocidental do Canal São Gonçalo” (ROSA, 1985, p.11). Estes fatores se refletem na estrutura agrária, marcada por distintas configurações espaciais. Assim,

na parte plana, a maior, encontra-se a cidade, as grandes indústrias, todos os serviços tipicamente urbanos e, ainda, as grandes propriedades (pecuária e lavoura de arroz, soja e milho). Na parte ocupada pela serra dos Tapes, estão os pequenos proprietários – os colonos – que

exercem a policultura e a pecuária de pequeno porte (GRANDO, 1990, p. 240).

Como pode ser observado na figura 02, as unidades agrícolas de menor dimensão territorial estão localizadas nas áreas de maior declividade (próximas a encosta do sudeste) onde os solos são rasos e geralmente de baixa fertilidade. Os cultivos são diversificados, sobressaindo: pêsego, fumo e hortigranjeiros, além da produção de base agroecológica. Por outro lado, na planície sedimentar se desenvolvem as lavouras empresariais. Nesta área, o solo é profundo e fértil, destacando-se a rizicultura como principal atividade econômica. Segundo o IBGE, (2009), Pelotas destaca-se na produção de arroz (8.100 hectares), pêsego (3.000 hectares) e na pecuária extensiva.



Figura 02: Representação do relevo e dos usos do espaço rural no município de Pelotas/RS.

Fonte: Google Earth, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto.

Uma parcela dos produtores rurais do município de Pelotas absorveu as tecnologias modernas difundidas no agro nacional. Nas décadas de 1970/1980, a indústria conserveira de pêsegos e, posteriormente, a indústria fumageira, tiveram papel importante na difusão das novas tecnologias.

Usando como base dados da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pelotas (1986), Costa (2006) assinala que no final da década de 1970 e início de 1980, o cultivo de pêssegos para conserva mobilizava aproximadamente cinco mil famílias em Pelotas e outros municípios próximos, época em que a produção atingiu seu clímax. No começo da década de 1980, existiam 27 fábricas de conservas em funcionamento na sede do município e 22 no interior, sendo responsáveis por 90% do pêssego em calda produzido no país (GRANDO, 1990).

Salamoni (1993, p.31) destaca que a cultura do pêssego pode ser “considerada um marco na integração da economia familiar ao capital industrial, encontrando alta receptividade nas unidades familiares que buscavam uma nova atividade agrícola com demanda no mercado”.

A autora ainda assinala que com a integração dos produtores à indústria, ocorreu uma significativa transformação nos padrões produtivos do espaço colonial pelotense, pois as atividades artesanais foram cedendo espaço às atividades modernas. Neste contexto, o agricultor se especializou e, na medida em que, se integrou ao setor urbano-industrial, perdeu autonomia, subordinando-se aos interesses da indústria e do mercado.

Entretanto, na década de 1980, a indústria conserveira de Pelotas começou a entrar em decadência, motivada, entre outros fatores, pela diminuição do poder aquisitivo da população aliada à “pequena diversificação da produção e o deficiente relacionamento com o setor primário” (BEGNIS; ZERBIELLI, 2004, p. 123 e 124).

Com a decadência das indústrias conserveiras, segundo Costa (2006, p.20) “a produção de fumo que já vinha sendo praticada em algumas propriedades, com amplo investimento das indústrias tabagistas ampliou-se vertiginosamente, especialmente nos municípios com maior índice de pequenas propriedades”. Desse modo, uma parcela dos agricultores familiares na busca por outras estratégias produtivas, passou a produzir fumo e integraram-se às indústrias tabagistas. O fumo ainda é representativo no município, seu cultivo ocupa uma área de 4.135 hectares (IBGE, 2007).

Garcia e Santos (2005) lembram que na década de 1980 o crescimento econômico da agricultura em Pelotas diminuiu e, a abertura do mercado brasileiro na década de 1990, ocasionou a entrada de produtos estrangeiros muitas vezes subsidiados em seus países de origem. Assim, diante da concorrência, os produtos locais acabaram

perdendo espaço, levando à falência várias agroindústrias. Os mesmos autores apontam que,

somente a partir de 1995 a agricultura de Pelotas começou a sua recuperação. A negociação de novas tarifas aduaneiras leva ao retorno de algumas agroindústrias, o que permite uma nova expansão da fruticultura (pêssego, principalmente). Há também uma retomada da produção de olerícolas (tomate, pimentão, berinjela) e frutas para a mesa. Da mesma forma permanecem em expansão as produções de leite e aves (GARCIA & SANTOS, 2005, p.245).

É importante notar que o segmento de produção familiar adaptou-se às novas demandas do mercado. Assim, quando houve incentivo por parte da indústria - financiamento, apoio técnico e garantia de comercialização da produção - os agricultores passaram a desenvolver atividades demandadas pelo mercado.

Neste sentido, estão emergindo atividades diversificadas no contexto da agricultura familiar do município. Uma atividade a ser destacada é o turismo rural, a presença de recursos específicos nos espaços rurais (tanto naturais como artificiais) pode servir de estratégia para fomentar novas atividades econômicas. Busca-se, assim, dar novas funções aos espaços rurais, sem perder, as tradicionais características da produção agrícola. Panis afirma que,

o turismo (no espaço rural) torna-se uma alternativa, na medida em que as atividades desenvolvidas venham a converter os rendimentos obtidos em iniciativas de desenvolvimento local e regional e de preservação da identidade cultural e produtiva das comunidades rurais, elementos também constituintes do patrimônio cultural (PANIS, 2008, p.12).

O espaço rural mostra-se assim carregado de novas territorialidades manifestadas no interesse da população citadina em conhecer a cultura e os modos de vida típicos do campo. “Os objetos antigos, antes considerados velhos e inúteis, passam a ser valorizados. Ganham valor o modo peculiar de falar, o vestuário, as festas e o saber” (BIANCHINI, 2006, p. 243).

No caso do município de Pelotas, as iniciativas atreladas à valorização do espaço rural para fins turísticos, mesmo que sejam incipientes, representam a refuncionalização de espaços antes explorados somente com atividades agrícolas. Ao analisar os atrativos turísticos no Distrito do Rincão da Cruz, município de Pelotas, Panis (2008, p.10) observa que “a existência do patrimônio material e imaterial, somado aos aspectos da valorização da natureza, tende a se tornarem atrativos às atividades de turismo e lazer”.

O autor ainda ressalta que “nas últimas décadas, na região colonial de Pelotas, tem-se verificado a ampliação da oferta turística, aproveitando-se da disponibilidade de patrimônio natural e do uso dos bens culturais remanescentes como atrativos aos visitantes” (op. cit. p.161).

A exploração da vitivinicultura – característica das áreas de colonização italiana – a presença de um restaurante e de um significativo patrimônio arquitetônico construído pelos imigrantes italianos aliados à paisagem natural (cachoeiras, riachos, mata nativa, etc.), coloca esta localidade em destaque nas iniciativas que buscam promover o turismo na zona colonial do município<sup>32</sup>.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o espaço rural pelotense vem passando por transformações oriundas do interesse e necessidade dos agricultores familiares em diversificar suas estratégias produtivas, constituindo nos termos de Galvão (1995) e Marafon (2009) um espaço complexo e híbrido.

Além disso, merece destaque a emergência da *produção de base agroecológica* - objeto de análise deste estudo - que também representa uma nova estratégia de reprodução para uma parcela dos agricultores familiares. As iniciativas de produção com base na agroecologia, surgidas na década de 1980, foram impulsionadas pelas experiências que estavam em curso em diferentes áreas do Rio Grande do Sul.

---

<sup>32</sup> Destaca-se também a presença do Museu Etnográfico da Colônia Maciel nesta localidade. Resultado de um projeto desenvolvido pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL juntamente com a comunidade local, o Museu possui um acervo de materiais que resgatam a história e valorizam a cultura italiana do município.

### 3.3 AGROECOLOGIA: AÇÕES E PRÁTICAS PARA UM NOVO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

O espaço rural do Rio Grande do Sul tem passado por notáveis transformações. Isto não pode ser dissociado do processo de modernização da agricultura que provocou inúmeros problemas ambientais e socioeconômicos. Este contexto impulsionou o surgimento de iniciativas relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável no estado, atreladas ao movimento em nível mundial de revisão das estratégias de desenvolvimento econômico e social.

Ressalta-se ainda, que as intensas desigualdades no acesso a terra no Brasil e a exclusão dos agricultores menos capitalizados das tecnologias difundidas no contexto da revolução verde, evocaram o surgimento de importantes organizações sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, e favoreceram a articulação da sociedade em associações e cooperativas de agricultores com o intuito de buscar estratégias para geração de renda no campo e inserção no mercado.

Participando da busca de estratégias para fortalecer a agricultura familiar e conseqüentemente da política de desenvolvimento rural nacional, o estado do Rio Grande do Sul vem se notabilizando pelas ações para promover a difusão de práticas com base na agroecologia.

Neste sentido, organizações governamentais e não governamentais como o Centro de Tecnologias Alternativas Populares - CETAP, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA e Centro de Agricultura Ecológica – CAE, entre outros - têm buscado, nos termos de Campos (2001, p.320), “experimentar inovações que conduzam ao estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento rural, que leve em consideração essa preocupação com a temática ecológico-ambientalista”. Sobre esta questão Costabeber (1998) destaca que,

[...] a nivel nacional Rio Grande do Sul ha sido uno de los estados pioneros en la denuncia y contestación de las consecuencias ecológicas y sociales perversas provocadas por la agricultura químico-mecánica. Ello ha contribuido al surgimiento de un movimiento ecológico-ambientalista en el estado que, desde el inicio de la década de los setenta, viene alimentando debates y propuestas conducentes a estilos

“alternativos” de agricultura (COSTABEBER, 1998, p. 14).

As conseqüências geradas pela modernização da agricultura impulsionaram a busca de alternativas de produção que permitissem minimizar o impacto ambiental das práticas agrícolas e possibilitassem maior inserção dos agricultores no mercado, contribuindo para a reversão do quadro de exclusão social. Diante disso, a produção de base agroecológica surgiu como alternativa para a agricultura familiar no estado.

No Rio Grande do Sul surgiram diversas iniciativas voltadas para o fomento da agroecologia. Com o passar do tempo, estas iniciativas foram se consolidando como associações ou cooperativas e conseguiram mobilizar agricultores e promover a agroecologia em algumas áreas.

As primeiras iniciativas sistematizadas surgiram em meados da década de 1980, mais precisamente, no ano de 1985 com a fundação do Centro de Agricultura Ecológica Ipê – CAE (quando então se denominava “Projeto Vacaria”) na serra gaúcha e, em 1986, com a criação Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP, no município de Passo Fundo. Estas experiências pioneiras no estado foram fundamentais para estimular a produção agroecológica no contexto estadual.

O Centro de Agricultura Ecológica Ipê foi fundado com o objetivo de demonstrar a viabilidade da produção orgânica numa propriedade de 70 hectares no atual município de Ipê, na Serra Gaúcha. Com a expansão das atividades e o êxito conquistado pelo projeto surgiram, posteriormente, diversos núcleos de agricultura orgânica no município. Diante disso, no ano de 1991, o Projeto Vacaria passou a denominar-se Centro de Agricultura Ecológica Ipê, buscando oferecer assessoria a estes grupos de produção orgânica que se formavam (CENTRO DE AGRICULTURA ECOLÓGICA IPÊ, 2009).

Atualmente, “através de visitas, reuniões, cursos e oficinas de capacitação e planejamento, o Centro Ecológico Ipê assessoria organizações de agricultores familiares na produção, processamento e comercialização de alimentos ecológicos” (CENTRO DE AGRICULTURA ECOLÓGICA IPÊ, 2009).

O Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP teve sua formação ligada aos movimentos sociais do Rio Grande do Sul, aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e às cooperativas e associações de agricultores familiares do planalto gaúcho. Este centro pode ser

caracterizado “como entidade sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública e com fins filantrópicos” (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES, 2009).

A situação gerada pela expressiva adesão dos agricultores ao pacote tecnológico da revolução verde no planalto gaúcho fomentou a discussão de propostas sobre agricultura alternativa. Dessa forma, o Centro formado por “profissionais das ciências sociais, agrárias e da educação, orienta as ações por uma visão sistêmica nas unidades de produção e pelo conjunto de aspectos (econômicos, sociais, culturais e ambientais)” (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES, 2009), promovendo transformações na base técnica da agricultura nos municípios em que atua.

Costa (2006) destaca ainda a criação da feira da Coolméia, realizada em Porto Alegre, a partir do ano 1989<sup>33</sup>. Considerada referência na articulação da comercialização dos produtos no estado, a Cooperativa Coolméia organizou vários grupos de agricultores em torno da produção agroecológica e sistematizou a comercialização de sua produção tanto no Rio Grande do Sul como para outros estados do país.

Outra importante entidade que também promove a articulação do movimento ecologista no estado é Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). Criado pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, “é uma organização-não-governamental, criada em 1978, que busca contribuir de forma decisiva para a prática social e de serviço junto a agricultores familiares e outros públicos ligados à área rural” (CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR, 2009). O CAPA possui abrangência nos três estados da região Sul do país e iniciou suas atividades no Rio Grande do Sul no ano de 1979 com a implantação do escritório no município de Santa Rosa/RS, núcleo que em 1988 foi transferido para Erechim/RS (BUCHWEITZ ; MENEZES, 2003).

O CAPA trabalha diretamente com os agricultores familiares abrangendo desde aspectos técnicos voltados para a extensão e auxílio na produção orgânica, como aspectos sociais, engajando os agricultores e fomentando sua formação política. Os princípios do CAPA estão vinculados aos ideais da sustentabilidade. Percebendo o potencial altamente favorável da agricultura familiar para a conversão dos

---

<sup>33</sup> A feira é realizada pela Cooperativa Coolméia, fundada no ano de 1978 em Porto Alegre. A cooperativa fundada para atender a um grupo de vegetarianos, expandiu suas atividades e se tornou fundamental para articular a produção e a comercialização dos produtos agroecológicos no estado.

agroecossistemas convencionais em agroecossistemas de base agroecológica, o centro sistematiza suas ações no desenvolvimento de estratégias que consolidem uma estrutura de produção e comercialização dos produtos orgânicos. Mesmo criado pela IECLB o CAPA “trabalha com agricultores familiares de todos os credos e raças, sem distinção político-ideológica” (BUCHWEITZ ; MENEZES, 2003, p. 192).

Destaca-se que estas diferentes iniciativas, na maioria dos casos, encontram-se articuladas em redes mais amplas de cooperação como a Rede Ecovida de Agroecologia, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de ONGs, entre outras, que permitem amparo para sua atuação e a certificação dos produtos orgânicos. Estas redes são importantes, pois possibilitam a

circulação mais ampla de práticas e conhecimentos, contato mais direto entre as diferentes experiências e ampliação da capacidade de resistência e auto-organização dos agricultores envolvidos nas distintas iniciativas locais (SCHMITT, 2009, p.07).

Caporal (2003), com base em dados da EMATER/ASCAR do Rio Grande do Sul do ano de 2002, conclui que cerca de 10% dos agricultores familiares do estado já aderiram à produção de base agroecológica. Este fato representa o significativo empenho dos agricultores em alterar a base técnica de sua produção e reflete o papel das políticas públicas adotadas para a agricultura familiar gaúcha.

Ressalta-se, entretanto, que o incentivo prestado à agricultura de base agroecológica pelas organizações governamentais - como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, do Rio Grande do Sul, sofrem significativas rupturas devido à sua intrínseca relação com as metas de gestão dos distintos governos estaduais. Nesse contexto, há uma perceptível dificuldade na manutenção de políticas públicas continuadas para fomentar a extensão rural e amparar os agricultores na adoção de práticas agroecológicas<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Pode-se citar como exemplo o Programa de Apoio à Agroindústria Familiar “Sabor Gaúcho”. O programa, criado pelo governo Olívio Dutra, funcionou de 1999 a 2002, mas sua divulgação foi praticamente inexistente nos governos posteriores. O selo “sabor gaúcho” identificava os produtos oriundos da agricultura ecológica e agroindustrializados pela agricultura familiar no Rio Grande do Sul. O referido programa oferecia uma série de benefícios aos agricultores envolvidos, buscando facilitar, sobretudo a comercialização dos produtos (CARUSO, 2008).

Estas iniciativas surgidas em diferentes regiões do Rio Grande do Sul proporcionaram condições para que a agroecologia avançasse e se firma-se como uma possibilidade para os agricultores familiares. No que se refere à relação destas iniciativas com a agroecologia em Pelotas deve-se destacar que, no início da década de 1990, houve uma aproximação entre a Pastoral Rural (responsável pelas iniciativas voltadas à agroecologia em Pelotas) e o Centro Ecológico Ipê. Com isso, segundo Costa (2006, p.42), “... os agricultores e técnicos tiveram a oportunidade de participar de curso de formação, visitar e conhecer a experiência que já estava sendo desenvolvida a alguns anos na serra gaúcha”.

Diante disso, a troca de experiências relacionada à organização e aos conhecimentos técnicos da produção agroecológica, contribuiu para o avanço da agroecologia no município de Pelotas e, conseqüentemente, na região sul do estado.

#### **4. EMERGÊNCIA E ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA DE PELOTAS/RS**

Neste capítulo será abordada a organização sócio-espacial da agricultura familiar de base agroecológica do município de Pelotas. Parte-se do pressuposto de que a organização espacial é “constituída pelo conjunto das inúmeras cristalizações criadas pelo trabalho social” (CORRÊA, 1990, p. 57). Por isso, a produção familiar de base agroecológica no município, assumiu formas e características específicas relacionadas à sua lógica de funcionamento, configurando arranjos espaciais próprios que a diferem de outras formas de fazer agricultura. Se “a sociedade concreta cria seu espaço geográfico para nele se realizar e reproduzir, para ela própria se repetir” (CORRÊA, 1990, p. 57) cabe identificar e analisar como este espaço é criado, quais os agentes e processos que, confluindo, permitem a cristalização de formas e a reprodução das técnicas agrícolas tendo como base a agroecologia.

Como “a acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial” (SANTOS, 1985, p.53), será resgatado o histórico recente das iniciativas voltadas à agroecologia em Pelotas, vinculado-as ao contexto histórico em que emergiram. Foi neste mesmo período, que surgiram contestações sobre a viabilidade do modelo da revolução verde para a agricultura brasileira em várias áreas do Rio Grande do Sul e do país.

A atual organização sócio-espacial da produção familiar de base agroecológica deve-se ao seu modo de produção específico (SANTOS, 2008b) que criou e, continua a reproduzir um espaço particular. Este espaço é marcado pelas formas de fazer agricultura iniciadas com o serviço das organizações religiosas, por meio de extensão rural direcionada e de trabalhos de referência entre os agricultores.

Assim, “as relações entre espaço e formação social [...] se fazem num espaço particular e não num espaço geral” (SANTOS, p.29, 2008b). O movimento da sociedade ao produzir o espaço cria desigualdades e arranjos espaciais diferenciados entre os lugares. Por isso, objetiva-se analisar como o espaço da produção agroecológica

surgiu e está organizado marcando o lugar pelas especificidades de seus arranjos e do seu modo de produção<sup>35</sup>.

Na década de 1980, o movimento de agentes ligados a associações, igrejas e organizações-não-governamentais, possibilitou a emergência das primeiras experiências de agroecologia em Pelotas. A partir disso, com o desenvolvimento das atividades e a criação de uma associação para organizar a produção, a agroecologia foi se firmando como uma alternativa para os agricultores familiares se inserirem no mercado e gerarem renda, contribuindo para a manutenção de suas unidades produtivas familiares.

#### 4.1 AGRICULTORES FAMILIARES: CARACTERÍSTICAS E CONCEPÇÕES EM RELAÇÃO À AGROECOLOGIA

Será apresentado aqui o resultado das entrevistas realizadas com os agricultores de base agroecológica do município. Espera-se, por meio da análise das informações deste grupo, aliada às contribuições fornecidas pelos informantes qualificados, demonstrar a diversidade e as formas de organização social dos agricultores em Pelotas.

Uma especificidade encontrada entre os produtores agroecológicos do município é o de uma dona-de-casa residente no meio urbano que, com o objetivo de ampliar a renda familiar, lançou-se no cultivo de brotos de alfafa (figura 03) para suprir uma demanda do mercado. A produção é realizada em um espaço da casa destinado especificamente para essa atividade o que demandou uma série de adaptações necessárias ao cultivo. Apenas uma pessoa cuida do processo produtivo - distribuição das sementes de alfafa nas bandejas, lavagem e embalagem dos brotos.

---

<sup>35</sup> Modo de produção entendido aqui em seu sentido mais específico ou, ao que Santos (2008b) denomina como produção propriamente dita, ou seja, a circulação, distribuição e consumo de mercadorias.



Figura 03: Brotos de alfafa em diferentes estágios de crescimento e, embalados para a comercialização na feira-livre de produtos ecológicos.

Fonte: pesquisa de campo, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto.

Em relação à composição do grupo familiar dos agricultores do município, pode-se considerar que as famílias são constituídas por poucos membros. Entre as famílias entrevistadas, 06 possuem 03 componentes; 02 famílias possuem 02; 01 família é composta somente pelo proprietário; 02 famílias possuem 04 membros e uma família é constituída por 06 pessoas.

Mesmo com a reduzida força de trabalho disponível a contratação de mão-de-obra (temporária ou permanente) não é significativa. Apenas um agricultor contrata trabalhador temporário (05 empregados), sendo o mesmo agricultor que possui a família com maior número de membros. Os demais utilizam exclusivamente mão-de-obra familiar na execução de todas as etapas do processo produtivo.

Quando indagados sobre o nível de escolaridade do proprietário, 11 agricultores declararam possuir o primeiro grau incompleto e, apenas 01 possui o primeiro grau completo. Esta característica pode ser relacionada à idade do grupo familiar, visto que, a maioria dos proprietários possui idade acima de 50 anos.

A idade elevada da maioria dos agricultores possibilita que muitos recebam aposentadoria rural. Com base no gráfico 02, pode-se perceber como a aposentadoria é uma importante fonte de renda ficando atrás apenas da produção olerícola de base agroecológica. A fruticultura e a produção de leite também são atividades expressivas na geração de renda.

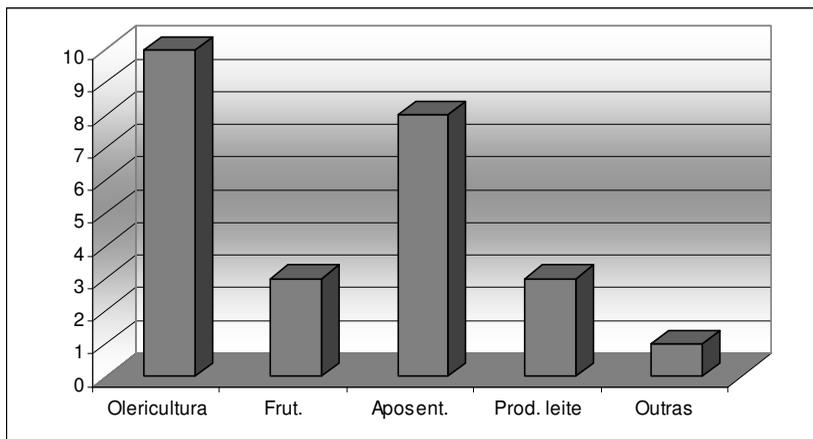


Gráfico 02: Principais fontes de renda das unidades de base agroecológica de Pelotas/RS.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto.

Neste contexto e diante da existência de outras fontes de renda, a produção de base agroecológica não é prioridade como atividade econômica para algumas famílias. No grupo analisado, 08 agricultores dedicam-se apenas a atividades de base agroecológicas, enquanto que, 04 realizam atividades convencionais em paralelo.

Muitos agricultores do município, mesmo desenvolvendo somente atividades agroecológicas não buscaram, ao longo dos anos, ampliar sua produção. Uma das causas para explicar essa situação pode ser o baixo retorno econômico obtido com a comercialização dos produtos<sup>36</sup>. Além disso, como na maioria dos casos, o número de membros na família e o tamanho da unidade produtiva são reduzidos, as despesas para sua manutenção não exigem uma receita significativa.

---

<sup>36</sup> Neste caso, o baixo retorno econômico deve-se mais a pouca quantidade de produtos produzidos na unidade, do que pelo preço dos produtos no mercado.

No grupo dos agricultores que executam tanto as atividades convencionais como as de base agroecológica, todos manifestaram interesse em tornarem-se apenas agricultores agroecológicos. Um entrevistado exemplifica essa situação ao afirmar:

eu quero que minha propriedade seja toda agroecológica. Eu to com um pouco de fumo, [...] porque eu tenho uma dívida pra pagar com a empresa, um contrato com a empresa que eu tenho que encerrar, quando terminar o contrato, terminar a dívida, [...] eu vou parar de plantar. Se parar agora aquilo lá é um prejuízo parado. Então têm que aproveitar aqueles canos, aquelas coisas lá até dizer “bom agora não dá mais” (Agricultor A, 2009).

O fumo é uma atividade agrícola que requer grande quantidade de agrotóxicos e exige muita mão-de-obra. Isso poderá contribuir para que esta atividade seja substituída por outras que utilizem insumos alternativos e, por isso, contribuem para uma melhor qualidade de vida.

O interesse em se dedicar às atividades agroecológicas deve-se a vários fatores. Assim, identificar a percepção dos agentes envolvidos com o processo de produção é importante para conhecer os motivos que os levaram a se inserir neste sistema agrícola, bem como, quais são suas perspectivas futuras.

Quando os entrevistados foram questionados sobre o que a agroecologia representa ou qual sua importância, as respostas foram heterogêneas. Para um entrevistado, a agroecologia “é uma coisa bem ampla, é alimentação, saúde, meio ambiente, são vários itens que a gente trabalha junto e, por isso, eu acho que é um modelo bom pra agricultura familiar. [...] Trabalha a alimentação das pessoas, saúde, econômico, meio ambiente, água” (Agricultor B, 2009).

Outro agricultor reforça a importância da agroecologia com a seguinte manifestação: “eu acho que é um dos caminhos que se tem para seguir é esse aí, não tem como tu entrar na outra linha né, pra quem quiser ter um pouco de ética, trabalhar um pouco pelo social, não tem outro caminho” (Agricultor C, 2009). Ou ainda, “a agroecologia pra mim é tudo [...]. Eu gosto de fazer isso pra gente poder trabalhar nessa diversidade, no respeito, nos produtos orgânicos, revendo todas essas questões, o social, o econômico, tem que está tudo ligado” (Informante A, 2009).

Um dos principais pontos identificados nas entrevistas foi a importância da preservação ambiental, sobretudo pelo uso das técnicas agrícolas baseadas em processos biológicos. Um informante assinala os benefícios que a agroecologia proporciona, ou seja,

não da pra ver ela só como uma alternativa econômica, mas também ela é uma forma de vida, é a relação com a natureza, com o meio, com questões sociais também, não é só uma questão de “ah eu vou produzir ecológico pra um nicho de mercado ou pra mim não estar me contaminando ou contaminando a minha propriedade”. [...] é uma forma de minimizar muitos problemas relacionados à questão econômica, mas mais ambiental (Informante B, 2009).

As práticas agroecológicas produzem benefícios diversos. Além de gerar renda, o produtor não se contamina com os agrotóxicos utilizados na agricultura convencional. Os motivos para incorporar as práticas agroecológicas devem-se principalmente à saúde do agricultor e de sua família. Todos os entrevistados manifestaram a preocupação com a saúde. Somados a este, contribuem para a permanência dos agricultores neste sistema de produção outros fatores, sobressaindo-se: ampliação da renda, menor impacto ambiental, o convívio solidário e o engajamento nas cooperativas e associação.

Um agricultor manifesta a percepção da agroecologia como uma estratégia de produção econômica ao afirmar: “é uma saída pro pequeno produtor e, além disso, protege a família, os alimentos são saudáveis, não envenena a propriedade, tem água limpa, protege o consumidor, isso aí é saúde [...]” (Agricultor G, 2009).

A importância econômica aparece também no seguinte comentário, “eu percebi que aquele não era o modelo de agricultura (*convencional*) que o pequeno agricultor precisava porque gastava muito com insumos. A agroecologia é uma forma de produzir mais barato, mais saudável, sem agredir o meio ambiente” (Agricultor B, 2009).

Os interesses para o engajamento na produção podem ser sintetizados nas seguintes respostas, “uns agricultores têm a visão do todo: a questão da saúde, alimentação, ambiente, esta história toda. Mas tem agricultor que tem a visão do econômico e, tem ainda, os que estão em dúvida se esse é o caminho ou não é” (Agricultor B, 2009). Outro entrevistado acrescenta que, “é por interesse econômico, mas a maioria

dos agricultores é pela questão do convívio, a maneira que se trabalha, o convívio entre os associados” (Agricultor C, 2009).

Um informante assinala que, mesmo que os agricultores não explicitem o interesse econômico como o principal motivo para trabalhar na agroecologia, é inquestionável que sem o retorno esperado os agricultores tendem a abandonar a produção. Segundo o entrevistado a inserção dos agricultores na agroecologia “é pela questão de qualidade de vida, só que hoje a realidade das propriedades também depende muito do econômico, a despesa de uma propriedade é mensal [...], não tem como fugir” (Informante B, 2009).

Diante desse contexto, pode-se considerar que, desde o começo da associação que uniu os agricultores, a agroecologia foi considerada uma estratégia para a geração de renda. Com o avanço das experiências, as cooperativas e a associação que atuam no município, têm buscado ampliar as possibilidades de comercialização dos produtos e demonstrar a viabilidade da agroecologia na agricultura familiar.

#### 4.2 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO: NOVAS PRÁTICAS SOCIAIS NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

O associativismo pode ser considerado uma estratégia a fim de unir esforços para o desenvolvimento de interesses comuns de um determinado grupo social. No caso brasileiro, mais especificamente no espaço rural, as ações voltadas às práticas associativas intensificaram-se a partir da década de 1980, sendo que, “os principais agentes envolvidos na fundação de associações foram os técnicos de extensão rural, assessores da pastoral e sindicalistas” (PINHEIRO, 2001, p. 344).

As associações foram consideradas como um “[...] tipo de organização ideal, pois combinavam a possibilidade de participação democrática de todos os membros com as vantagens de uma coletividade organizada, pensada em termos de uma maior capacidade de pressão por benefícios para o grupo” (PINHEIRO, 2001, p. 348). Aguiar (2007) ressalta que, embora sejam diagnosticados problemas relacionados principalmente à forma participativa na gestão, as práticas associativas, “[...] na maioria dos casos revelam-se economicamente viáveis, pois ampliam as oportunidades de trabalho, de produção agrícola e de renda, mercê a limitação das políticas que às estimulem” (AGUIAR, 2007, p. 89). Diante disso,

a expressão associativismo designa por um lado a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembléia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns (RICCIARDI; LEMOS, *apud* PEDROSO; CLEPS JUNIOR, 2008, p.180).

As associações representam um instrumento importante para a conquista de benefícios aos agricultores que, seriam impossíveis de serem adquiridos de forma isolada. Nesse sentido, a presença de capital social entre os agentes participantes das práticas associativas é fundamental para o êxito das propostas. É necessário que os associados sintam-se engajados mutuamente e compartilhem anseios em benefício do grupo.

As cooperativas também representam uma iniciativa importante para a promoção de objetivos comuns a um determinado grupo social. Com base na lei n. 5764 de 16/12/1971, Silva (2002) define as cooperativas como “entidades que cooperam ou operam junto a um grupo com a finalidade de melhorar, econômica e socialmente, a condição de seus integrantes, pela exploração de uma empresa de auxílio-mútuo” (SILVA, 2002, p. 34).

Silva (2002) ainda afirma que “as cooperativas são instrumentos vitais na concretização de um modelo socioeconômico menos injusto em sociedades marcadas por grandes contrastes internos” (SILVA, 2002, p. 34). Porém, ressalta que “arcaicas em seus objetivos e nas formas de atingi-los, ou inibidas em sua organização por estatutos heterônomos, as cooperativas tornam-se desacreditadas, ineficientes e autoritárias perante a sociedade atual” (SILVA, 2002, p. 34).

As formas de organização das cooperativas, bem como sua área de abrangência e infra-estrutura para organizar, armazenar e distribuir a produção agrícola se apresentam de maneira diversa no espaço geográfico brasileiro. A heterogeneidade das formas com que as cooperativas se configuraram reflete a estrutura agrária do país marcada pela concentração fundiária e pelo desigual acesso ao crédito pelos agricultores.

Diante disso, é possível encontrar cooperativas atuando como grandes empresas articulando redes de comércio internacional, com

exportação de *commodities*, oferecendo aos associados assistência técnica e uma série de produtos como insumos e maquinário agrícola a preços reduzidos. Neste caso, o agricultor torna-se dependente e se sujeita às orientações e normas da cooperativa.

Estas grandes cooperativas com ampla capacidade de influência econômica, dividem espaço com cooperativas de pequeno porte que, com menor infra-estrutura e precária inserção nos mercados possuem geralmente abrangência local ou regional.

As cooperativas de menor porte são fundamentais para permitirem a reprodução socioeconômica dos agricultores a elas vinculados. Além de facilitarem sua inserção no mercado, elas prestam assistência técnica e oportunizam a realização de cursos, contribuindo para a permanência dos agricultores no meio rural. Em muitos casos, estas organizações desenvolvem e incentivam a adesão dos associados para práticas de agricultura alternativa, como a agroecologia. Diante disso, se sua abrangência espacial é comparativamente menor em relação às grandes cooperativas, sua importância social e econômica no contexto em que atuam não deve ser desprezada.

Aguiar (2007, p.80) de maneira muito otimista salienta que “a participação consciente de todos é um poderoso instrumento frente aos compromissos de uma sociedade engajada, agente de transformação responsável pela valorização e igualdade entre os seres humanos”. Apesar de o empenho coletivo ser fundamental para a solução de problemas que afligem determinado grupo, sabe-se que inserir todos os indivíduos em espaços de debate, pode ser considerado um desafio utópico no contexto econômico e político contemporâneo. Os interesses particulares dos agentes envolvidos, muitas vezes, se sobrepõem aos coletivos, gerando pontos de tensão e prejudicando a articulação e coesão necessária para que o grupo solucione os problemas existentes.

Os conflitos entre os agricultores envolvidos com a agroecologia em Pelotas também se manifestaram com a evolução das primeiras organizações associativas. A primeira iniciativa de associativismo surgiu em 1995. Entretanto, para o surgimento desta iniciativa foi necessária a consolidação de ações desenvolvidas anteriormente dando visibilidade para a importância ambiental e econômica da produção de base agroecológica.

Nesse sentido, ainda na década de 1970 surgiram os primeiros questionamentos acerca da viabilidade do modelo agrícola difundido pela Revolução Verde em Pelotas. A partir disso, nos anos 1980 iniciaram trabalhos sistematizados objetivando a adesão dos agricultores

na agroecologia. As primeiras iniciativas surgiram por influência da Pastoral Rural - ligada à Diocese da Igreja Católica e do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA<sup>37</sup>, ligado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

A Pastoral Rural iniciou um trabalho de incentivo à agroecologia junto aos agricultores familiares no município e na região sul do estado abrangendo os municípios fisicamente próximos a Pelotas. Por meio de atividades diversas, como cursos de formação, visita a centros de agricultura ecológica, criação de trabalhos de referência em unidades familiares do município e incentivo de técnicas agrícolas alternativas<sup>38</sup> a Pastoral Rural formou os primeiros grupos de agricultores ecológicos.

Assim, difundiu-se a produção agroecológica no espaço rural do município e os primeiros produtos comercializados foram destinados para o mercado convencional. Com o avanço da experiência e o desenvolvimento da produção houve a necessidade da criação de uma entidade que articulasse os agricultores, visando, ainda, promover a comercialização adequada dos produtos de base agroecológica. Após um processo de discussão entre os agricultores, no ano de 1995, foi fundada a Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul – ARPA-SUL. De acordo com um agricultor entrevistado, a criação da associação tinha como principal objetivo “fornecer um meio do agricultor vender o seu produto diretamente para o consumidor, essa foi a finalidade e o princípio básico dela” (Agricultor B, 2009).

A feira-livre foi escolhida como espaço para comercializar os produtos. Em novembro de 1995, fundou-se a primeira feira de produtos orgânicos da Região Sul do estado, na cidade de Pelotas. Sobre este fato, um agricultor comenta, “tinha a produção e os agricultores viram que não era justo colocar esta produção no mercado convencional e aí naquele momento o que se achou melhor era um espaço de feira” (Agricultor B, 2009).

---

<sup>37</sup> O CAPA foi criado em 1978 no município de Santa Rosa/RS, porém suas atividades começaram em 1979 (BUCHWEITZ e MENEZES, 2003).

<sup>38</sup> “A suinocultura ao ar livre, o manejo rotativo de pastagens, o uso racional de resíduos agrícolas e agroindustriais, a adubação orgânica, a adubação verde, o uso de adubos químicos de baixa solubilidade, pomares e hortas conduzidos sob os princípios da trofobiose, são exemplos de alternativas que foram sendo introduzidas” (PASTORAL RURAL DA DIOCESE DE PELOTAS, 2008).

Os agricultores do município e da região de Pelotas<sup>39</sup> trabalhavam juntos na promoção da agroecologia, independente da Igreja à que pertenciam. As práticas agroecológicas se desenvolveram com o apoio das duas Igrejas. Como relembra um agricultor “[...] cada uma tinha um trabalho, mas se reuniram. Inclusive as duas pagaram os técnicos, isso funcionou por uns dois anos, três anos, no máximo” (Agricultor B, 2009).

A possibilidade de mercado garantido e os incentivos das Igrejas foi proporcionando a ampliação do número de agricultores envolvidos, o que, por sua vez, demandava maior espaço no mercado. Diante disso - e como já era esperado no momento da criação da associação - houve a necessidade de transformá-la em cooperativa para facilitar a comercialização dos produtos, principalmente por meio de programas do governo federal. Comércio este, inviável (por questões burocráticas) para uma entidade na condição de associação.

Costa (2006) destaca que, embora se tenha optado pela criação de uma associação que congregasse os agricultores de base agroecológica devido às facilidades no gerenciamento, ao invés de uma cooperativa, havia a perspectiva de evoluir “em termos de organização, produção e comércio, para a criação de uma cooperativa” (COSTA, 2006, p.50). De acordo com um entrevistado,

a associação é limitada, tinha muitos grupos que moravam longe, não tinham como fazer feira por causa do transporte, aí não compensava pagar frete, tinham que sair um dia antes pra chegar na feira aqui. Então, esse grupo de pessoas queria vender direto, e não tinha como fazer isso com a associação. [...] e aí, por exemplo, a pessoa se associa na cooperativa, então tem um grupo que gostaria de fazer feira, continuava na feira e aquele que não podia fazer feira por *a ou por b*, tinham onde vender (Agricultor G, 2009).

Entretanto, neste momento iniciaram-se as divergências e os conflitos internos entre os agricultores. Tudo indica que interesses

---

<sup>39</sup> O termo *região de Pelotas* busca delimitar geograficamente os municípios assistidos pelas cooperativas e associação com sede em Pelotas. Os municípios envolvidos são: Canguçu, Piratini, Morro Redondo, Turuçu, São Lourenço do Sul, Arroio do Padre, Cerrito, Capão do Leão e Herval.

pessoais se sobrepueram aos coletivos e, a necessidade de alteração normativa da entidade não se apresentou com o mesmo nível de necessidade para todos os envolvidos.

Cabe ressaltar que no aspecto normativo a diferença entre associação e cooperativa “está na geração de renda, ou seja, enquanto a associação não possui a finalidade de geração monetária, a cooperativa possui objetivos econômicos. Além desta, a cooperativa é uma empresa, ao passo que a associação é apenas uma reunião social” (PEDROSO; CLEPS JUNIOR, 2008, p. 181). Ambas, porém, necessitam do capital social dos grupos envolvidos para alcançarem seus objetos enquanto entidades promotoras do desenvolvimento rural.

De acordo com entrevistados, no caso de Pelotas, muitos agricultores não “queriam deixar a associação como associação, porque foi uma luta muito trabalhosa, e de preparação pra chegar até ali, [...] então eles acharam que ficariam só com a associação, não queriam a cooperativa” (Agricultor G, 2009). O mesmo agricultor afirma: “aí deu um racha. O pessoal não entendeu muito bem, as intenções eram muito boas, mas uns não entenderam” (Agricultor G, 2009).

Depois de várias discussões surgiram três entidades distintas. Surgiu, portanto, a Cooperativa de Pequenos Agricultores Agroecologistas da Região Sul Ltda. – ARPASUL; a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. e, ainda, manteve-se a Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul - ARPA-SUL.

Os conflitos iniciais que se faziam presentes foram sendo dissolvidos com a organização de cada uma das entidades. De acordo com um agricultor, “houve alguns desentendimentos, mas acho que hoje o pessoal superou isso está tranquilo, com o trabalho da cooperativa, por isso que o trabalho em si ele ampliou as vendas” (Agricultor B, 2009).

Um informante qualificado reforça, “hoje tem uma relação boa, mas na época tinha um pouco de divisão, era Igreja Católica e Luterana. Mas hoje a gente vê que melhorou isso, os agricultores entenderam o processo, que é mais amplo, [...] tem que estar junto, senão perde” (Informante qualificado A, 2009). Outros agricultores ingressaram nas entidades após este período, por isso, alguns entrevistados desconheciam o processo de criação das entidades e, também, os conflitos decorrentes.

Sobre a organização e funcionamento das entidades pode-se tecer algumas considerações particulares em relação a cada uma delas, muito embora, sua dinâmica de funcionamento seja similar.

A Associação ARPA-SUL possui 32 famílias associadas<sup>40</sup>, divididas em sete grupos nos municípios de Canguçu, Morro Redondo, Arroio do Padre, Turuçu e Pelotas. Os produtos cultivados pelos agricultores que integram a associação têm como único espaço de comercialização as feiras-livres, realizadas na cidade de Pelotas e Canguçu. Merece destaque o fato de ser a ARPA-SUL que mantém a feira ecológica, na Avenida Dom Joaquim, zona nobre da cidade de Pelotas. Este é o mesmo espaço em que foi realizada a primeira feira de produtos orgânicos no ano de 1995.

A cooperativa Sul-Ecológica é outra importante organização que trabalha com a produção de base agroecológica e a mais representativa em relação ao número de agricultores cooperados no município. Ela foi fundada em dezembro de 2001, possui 43 associados pertencentes ao município de Pelotas<sup>41</sup>, mas possui também associados dos municípios de Canguçu, Herval, São Lourenço do Sul, Turuçu, Capão do Leão, Arroio do Padre e Morro Redondo. Entre os associados, há um significativo número de assentados da reforma agrária e remanescentes de quilombolas.

A Sul-Ecológica busca fomentar a produção ecológica incentivando sua produção e sistematizando a comercialização por meio de programas institucionais, organiza feiras-livres e busca conseguir espaço para os produtos orgânicos nos mercados da cidade. A cooperativa possui um agrônomo, mas o CAPA continua prestando assistência técnica aos agricultores a ela vinculados.

A cooperativa ARPASUL, fundada em 2002, possui cerca de 50 famílias associadas residentes nos municípios de Canguçu, Pelotas, Morro Redondo e Capão do Leão. Os produtores cadastrados nesta cooperativa recebem a assessoria técnica do agrônomo da Pastoral Rural e a produção é destinada para as feiras-livres realizadas semanalmente na cidade e para os programas institucionais do governo federal.

Há agricultores que pertencem a duas instituições do município, principalmente à cooperativa Sul-Ecológica e à Associação ARPA-SUL. Entretanto, muitos agricultores são associados, mas não produzem para a comercialização<sup>42</sup>. Um entrevistado caracteriza a dinâmica dos

---

<sup>40</sup> Não foi possível quantificar o número de agricultores residentes somente no município de Pelotas vinculados à Associação ARPA-SUL e à Cooperativa ARPASUL.

<sup>41</sup> Dados do ano de 2007/08 indicavam a presença de 67 associados na Sul-Ecológica.

<sup>42</sup> Há dificuldade na definição do número total de produtores do município de Pelotas. Os dados cadastrais das cooperativas e associação encontram-se desatualizados e ocorre

agricultores junto às associações da seguinte forma: “desde o início da associação até agora que é cooperativa, [...] quanta gente passou, entrou, saiu depois voltou, depois foi pra outra organização, então é um processo lento também pra organizar o caminho” (Informante B, 2009).

Ainda, no que se refere ao apoio à agroecologia no município de Pelotas, pode-se citar a atuação de grupos de pesquisa vinculados à Universidade Federal de Pelotas - UFPel (tanto das ciências agrárias quanto das ciências humanas/sociais) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Clima Temperado. Estes grupos desenvolvem pesquisas voltadas para a produção agroecológica e atividades de extensão com os agricultores.

#### 4.3 ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICO

A produção de base agroecológica do município ocorre somente em unidades de produção familiar. Esta característica remete, de imediato, a menores áreas de produção agrícola. Com base no gráfico 03, pode-se perceber que a maioria das unidades não ultrapassa os 15 hectares de área total.

Não é possível efetuar relação entre a área total e a área destinada apenas para a produção de base agroecológica, existem propriedades menores que apresentam áreas de produção agroecológicas maiores do que aquelas detentoras de grandes áreas. O número de anos destinados às atividades também não se vincula ao indicador de maiores áreas cultivadas. Isso mostra que, apesar de algumas unidades terem incorporado a prática agroecológica há mais tempo, nem sempre ocorre a ampliação significativa do sistema de produção.

Em Pelotas, a unidade produtiva que tem maior área possui 32 ha, mas somente 04 destinados para a agroecologia (no gráfico a unidade é representada pelo nº. 04). Já a unidade com menor dimensão territorial possui 02 ha - sendo 01 ha destinado para os cultivos de base agroecológica (no gráfico a unidade é representada pelo nº. 01).

---

continuamente a entrada e/ou saída de agricultores nas entidades. Com base nos trabalhos de campo, estima-se de 70 a 90 o número de famílias envolvidas na produção de base agroecológica no município.

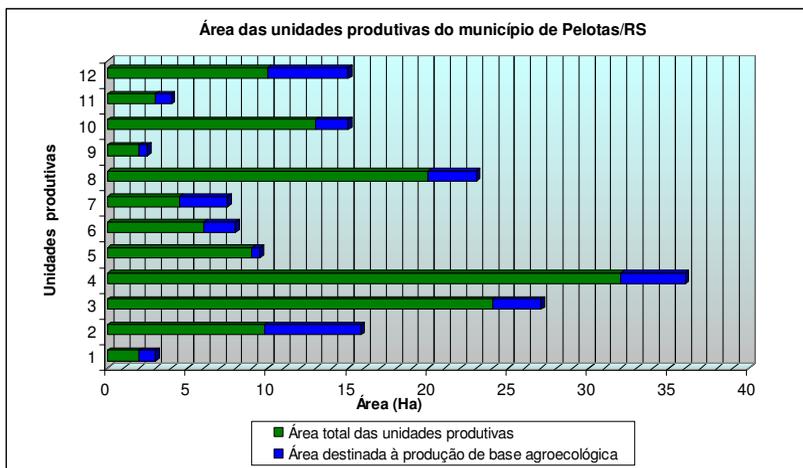


Gráfico 03: Área das unidades produtivas no município de Pelotas  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto.

Diante disso, pode-se considerar que as características específicas da agricultura familiar, ou seja, menor dimensão territorial, comportar-se como uma unidade de produção e consumo, ter disponibilidade da mão-de-obra e flexibilidade na orientação das atividades produtivas, qualificam este segmento para desenvolver a produção agrícola de base agroecológica. “As características intrínsecas da produção familiar podem ser associadas às principais necessidades de base para o estabelecimento de uma agricultura sustentável” (SALAMONI, 2000, p.189).

Entre as vantagens da adoção do sistema orgânico pelos agricultores familiares, Hespagnol (2008) assinala: menor escala de produção, diversificação produtiva, envolvimento direto da família na gestão da unidade e na produção dos alimentos, menor dependência de insumos externos, possibilidade de eliminar o uso de agrotóxicos acarretando a redução de custos com a produção.

A “[...] propriedade rural familiar, com a prática de uma gestão patrimonial dos recursos naturais, se mostra assim capaz de tomar em consideração os principais imperativos ecológicos, o que não poderão fazer os demais modos de produção produtivistas ou capitalistas” (JEAN, 1994, p.74). Assim, a agricultura familiar

“comporta melhor os princípios da sustentabilidade por permitir o manejo dos

recursos agrícolas sem agredir o meio ambiente, conservando os recursos naturais, mantendo a habilidade produtiva para satisfazer as necessidades humanas” (PIES, 2006, p.124).

A agricultura familiar de Pelotas apresenta-se como um importante *locus* para o desenvolvimento da agroecologia. A produção agroecológica é marcada pela diversidade de cultivos, sobressaindo-se os hortifrutigranjeiros (figura 04 e figura 05). Merece destaque a produção de cebola, repolho, couve, beterraba, cenoura, alface e morango. Estes produtos são cultivados pois não exigem grandes áreas, o manejo é simples e há facilidade na comercialização.

Os cultivos anuais como o feijão, abóbora e mandioca também são encontrados. A mandioca e a abóbora são comercializadas de forma *in natura* e cortadas/descascadas, agregando valor ao produto e atendendo a demanda de consumidores específicos.

Produtos como suco natural, geléias e conservas também podem ser encontrados em menor quantidade. Isso se deve ao fato de que as agroindústrias familiares são rudimentares e possuem baixa capacidade produtiva. Esta afirmação pode ser exemplificada na situação de um agricultor que trabalha com a produção de leite (figura 06) e está estruturando a propriedade para a produção de iogurte e queijo agroecológico.



Figura 04: Paisagem das áreas de produção de base agroecológica em Pelotas.  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto.



Figura 05: Principais produtos comercializados nas feiras-livres do município de Pelotas/RS.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto.



Figura 06: Instalações e animais para produção de leite agroecológico em uma unidade produtiva.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto.

A comercialização de frutas como laranja, pêsego, bergamota, entre outras, ocorre quando há excedentes na produção. Pomar com produção de frutas destinadas especificamente para abastecer o mercado só foi encontrado em uma unidade produtiva visitada, o que indica sua pequena relevância no contexto da produção.

As técnicas agroecológicas utilizadas na produção buscam reaproveitar os resíduos gerados na própria unidade produtiva. De acordo com um agricultor, “a gente procura aproveitar os resíduos de dentro da propriedade fazendo compostagem, adubação verde. Alguns insumos nós somos obrigados a comprar porque o solo exige uma adubação boa, nós não temos o solo recuperado [...]” (Agricultor B, 2009).

Outro agricultor ao ser perguntado sobre qual a principal técnica utilizada fala, “é questão de recuperação de solo, adubação verde, direto, o ano inteiro, solo descoberto é muito difícil” (Agricultor C, 2009). Outro entrevistado complementa, “eu tenho o húmus, uso esterco de peru, cama de aviário é o que mais uso” (Agricultor F, 2009).

Entretanto, ao mesmo tempo em que existem os agricultores que se dedicam à produção dos insumos alternativos, outros preferem comprar estes produtos. Um informante fala, “têm alguns que usam o que tem na propriedade, fazem os chás... Mas têm outros que vão ali e que gostam de pegar o tubinho pronto [...]” (Informante A, 2009). O

mesmo entrevistado demonstra preocupação ao comentar sobre a questão da compra dos insumos para a agricultura alternativa, manifestando-se da seguinte forma: “daqui a pouco a gente tá trocando um pacote, por um pacote ecológico, mas eu vejo que os agricultores que estão aproveitando melhor o que têm na sua propriedade eles estão tendo um retorno maior” (Informante A, 2009).

Apesar de existentes, muitos insumos para a agricultura agroecológica nem sempre são encontrados com facilidade nos estabelecimentos agropecuários responsáveis por sua comercialização. Um entrevistado além de salientar este problema, ainda fez referência às dificuldades enfrentadas para desenvolver as práticas agroecológicas da seguinte forma:

a própria agroecologia acho que falta avançar muita coisa, por exemplo, porque aplicar biofertilizantes de pulverizador costal? Não tem outras formas de trabalhar isso? Outro sistema? Acho que tem esses desafios aí que tem que avançar. A gente fala: ah o agricultor deve formular seu próprio adubo. Mas ele tem que ter uma estrutura que não seja cansativa pra ele, que não seja insalubre pra trabalhar, que ele tenha facilidade, ele necessita disso, a agroecologia tem que passar a ser, tem que se modernizar (Informante qualificado B, 2009).

A produção agroecológica no município de Pelotas encontra-se fortemente atrelada ao uso da força humana e animal para a execução das etapas do processo produtivo. Os principais instrumentos utilizados pelos agricultores são de tração animal (figura 07). A presença de maquinário foi constatada em apenas alguns casos visitados. Segundo Teixeira et. al. (2009, p. 170), “devido à baixa renda mensal aliada à pouca oferta por parte dos fabricantes de máquinas agrícolas, os agricultores agroecológicos têm dificuldades em adquirir máquinas e implementos adaptados às suas necessidades específicas”.

A base técnica das unidades de produção encontra-se, assim, atrelada às formas tradicionais da agricultura, apenas uma unidade apresenta-se, de acordo com o próprio proprietário, totalmente estruturada para o desenvolvimento das atividades voltadas a agroecologia. De acordo com este proprietário, em sua unidade produtiva “[...] não falta nada, desde solo, pomares, coisas que não tinha, hoje têm, os pomares que estão em atividade, alguns começando a

produzir, [...] as áreas de preservação a gente tinha que plantar tudo, áreas de água, irrigação, então o que tinha que fazer [...]” (Agricultor C, 2009).

Entretanto nas demais unidades visitadas ou cujos proprietários foram entrevistados há uma série de restrições relacionadas à falta de estrutura técnica que inviabilizam ou dificultam a produção em determinadas áreas ou épocas do ano. Esta afirmação pode ser exemplificada na baixa utilização de equipamentos de irrigação (figura 08) utilizados pelos agricultores, e principalmente, no interesse dos mesmos, em adquirir ou melhorar sua estrutura técnica de irrigação, já que, diante de secas prolongadas ocorrem significativas perdas na produção.

Os produtos agrícolas são sensíveis às variações climáticas e como as unidades produtivas não possuem estrutura técnica adequada, há dificuldades para manter um ritmo constante de produção. Este fato impede a realização de contratos de comercialização, principalmente com os supermercados, que exigem uma quantidade mínima de produtos a serem comercializados.



Figura 07: Equipamentos de tração animal utilizados na produção agroecológica.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto.



Figura 08: Paisagem de uma área de produção de base agroecológica com destaque para os equipamentos de irrigação.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto.

#### 4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E CONVERSÃO AGROECOLÓGICA

O principal incentivo por parte das políticas públicas para a agroecologia advém do PRONAF por meio de uma linha de financiamento voltada à conversão produtiva. Esta modalidade de financiamento destina-se “[...] ao investimento em sistemas de produção agroecológico, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento” (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2007). O PRONAF Agroecologia busca,

estabelecer mecanismos de apoio e estratégias para ações que propiciem a transição agroecológica e o fortalecimento da agricultura e da pecuária familiar de base ecológica, assim como da pesca artesanal, da aquíicultura e do extrativismo, estimulando experiências bem

sucedidas e novas iniciativas ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis, através da articulação e implementação de políticas, programas e projetos no âmbito do SAF/MDA e em parceria com outros ministérios (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009).

Apesar da existência do crédito para os agricultores interessados em realizar a conversão de seus sistemas de produção, a dificuldade de acesso é muito grande. Isto fica claramente evidenciado no comentário de um produtor:

O PRONAF agroecologia é uma linha específica de financiamento pra trabalhar a agroecologia nas propriedades, mas não é fácil conseguir. Por exemplo, tu chega nos agentes financiadores, nos bancos, e eles dizem: “desconheço, não tem, nós não temos nada aqui”. Como não tem nada? Ta aqui, tu entra no site do MDA ta ali, como não tem nada? (Informante B, 2009).

A dificuldade no acesso aos financiamentos em vista do despreparo de algumas agências bancárias compromete o desenvolvimento e a expansão das práticas agroecológicas. O acesso aos financiamentos é fundamental pra incentivar e dar condição aos agricultores realizarem a conversão de seus sistemas produtivos. Para Assis (2006), “faz-se necessário o estabelecimento de mecanismos de crédito (custeio e investimento), associados à assistência técnica habilitada em agroecologia e à viabilização de canais de comercialização para uma produção agrícola diversificada [...]” (ASSIS, 2006, p.83).

Os agricultores também manifestaram a falta de incentivos por parte do poder público municipal ao afirmarem que “infelizmente a agricultura é esquecida no município, não é prioridade e a agroecologia menos ainda. A gente tem muita dificuldade de ter esse entendimento” (Agricultor B, 2009). Outro agricultor reforça, “quando a gente faz um projeto que vai pra Brasília, é aprovado, chega no município tranca. A contrapartida eles não dão [...]” (Agricultor G, 2009).

Entretanto, um entrevistado ressalta que, em alguns aspectos, o poder público tem atendido as demandas. Ele afirma: “a gente tem uma abertura muito grande do poder executivo na questão do espaço de feira, espaço pra trabalhar, isso não se tinha no início...” (Agricultor C, 2009).

Essa constatação é feita com base nas dificuldades enfrentadas para a abertura da primeira feira ecológica no município. Tal iniciativa não teve apoio e foi criticada por muitos feirantes convencionais que, certamente previam concorrência nas vendas.

Diante da pouca participação do poder público em suas diferentes instâncias, os agricultores do município recebem assistência técnica, principalmente do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e da Pastoral Rural. A cooperativa Sul-Ecológica conta ainda com um engenheiro agrônomo próprio que trabalha diretamente na instituição e com os agricultores a ela vinculados.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural não possuem trabalhos significativos voltados para a produção agroecológica do município.

Cabe ressaltar que o acompanhamento técnico na conversão e no manejo dos agroecossistemas voltados à produção agroecológica é de fundamental importância, pois os agricultores necessitam de orientação na preparação dos insumos alternativos e no desenvolvimento das técnicas agrícolas.

A conversão dos sistemas de produção agrícola envolve uma série de atividades com o objetivo de eliminar os resíduos dos insumos artificiais presentes, principalmente no solo, e (re)ativar processos biológicos naturais. Diante disso, “o processo de conversão pode ser complexo, exigindo mudanças nas práticas de campo, na gestão da unidade de produção agrícola em seu dia-a-dia, no planejamento, *marketing* e filosofia” (GLIESSMAN, 2005, p. 572).

Gliessman (2005) destaca que o tempo para completar a conversão depende do tipo de cultura produzida anteriormente, da ecologia do local e, das formas de manejo praticadas<sup>43</sup>. Assim, para culturas anuais “o prazo pode ser de três anos; para culturas perenes e sistemas de produção animal, provavelmente, o período de tempo é de, no mínimo, cinco anos ou mais” (GLIESSMAN, 2005, p. 576).

A figura dos técnicos e engenheiros agrônomos representa um fundamental elo entre as demandas dos agricultores e as técnicas destinadas à produção agroecológica. Acerca da importância da extensão rural, Assis (2006) afirma que as mudanças não devem ocorrer

---

<sup>43</sup> Com base em conhecimentos específicos da ecologia (ou em parâmetros ecológicos quantificáveis), Gliessman (2005) apresenta um método para a quantificação dos níveis de sustentabilidade de determinados agroecossistemas.

apenas em nível institucional, mas também, nas atitudes dos técnicos envolvidos com a pesquisa e extensão nas instituições públicas.

Caporal e Costabeber<sup>44</sup> (2004) ao analisarem a importância da extensão rural agroecológica<sup>45</sup> afirmam que:

a nova extensão rural mais que simplesmente ensinar algo a alguém, como sempre se fez, será um processo conjunto de “aprendizagem sobre o mundo”, capaz de contribuir à transformação profunda de umas relações sociais que fazem com que o modo de realizar a agricultura afete de forma negativa e incontrolável a natureza (CAPORAL e COSTABEBER, p.63, 2004).

Neste contexto, o agricultor é considerado um elemento fundamental no processo produtivo, como aquele detentor de conhecimentos que devem ser inseridos no manejo de agroecossistemas sustentáveis. Os técnicos da extensão rural devem, portanto, resgatar estes saberes tradicionais e integrá-los aos conhecimentos científicos, “buscando a construção social de conhecimentos adequados para o desenvolvimento dos potenciais agrícolas de cada agroecossistema e dos potenciais de desenvolvimento sustentável presentes em cada comunidade” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p.94).

Embora se deva reconhecer a importância fundamental da extensão rural no contexto apresentado, percebe-se que Caporal e Costabeber incumbem à extensão rural uma função quase revolucionária no espaço rural (e para além dele). Entretanto, mudanças nas propostas de desenvolvimento rural devem ser criadas em conjunto, entre os vários níveis (local, regional, estadual e nacional), proporcionando um trabalho

---

<sup>44</sup> Os referidos autores já assumiram cargos na EMATER/RS – ASCAR. Durante este período, foram realizadas importantes iniciativas para fomentar a produção agroecológica no Rio Grande do Sul.

<sup>45</sup> Caporal e Costabeber (2004) definem a *extensão rural agroecológica* como “um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p.64).

sistêmico e continuado junto aos agricultores interessados em desenvolver sistemas produtivos agroecológicos.

Em Pelotas, a maior parte dos agricultores já passaram pelo período de transição. Esta etapa teve o acompanhamento e assistência técnica do CAPA e da Pastoral Rural. Mesmo assim, em alguns casos onde a agricultura convencional ainda está presente os agricultores possuem em sua unidade produtiva áreas que estão em processo de conversão.

Os agricultores sentem dificuldade neste período inicial da produção, pois o ambiente agrícola precisa adaptar-se às novas condições, restituindo os processos biológicos. Em relação a isso, um agricultor afirma que “o período de transição é bastante difícil” (Agricultor C, 2009).

Diante disso, deve-se destacar que tanto os técnicos que atuam no meio rural, como os pequenos produtores, precisam do apoio institucional público para que sejam implementadas formas de exploração que valorizem a biodiversidade dos ecossistemas e sejam adequadas ao perfil dos agricultores.

#### 4.5 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA: ESTRATÉGIAS E ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO

A permanência dos agricultores no sistema de produção agroecológica está relacionada com a viabilidade de comercialização dos produtos. Em grande parte dos casos de desistência ou retorno para o sistema de produção convencional, o principal motivo, é a dificuldade em vender os produtos. Esta afirmação é compartilhada por muitos agricultores, técnicos e representantes das organizações do município. Como reforça um entrevistado, “uma das coisas fundamentais para o agricultor é a comercialização, e hoje a gente enxerga que os grupos que estão na cooperativa e que têm acompanhamento técnico, conseguem chegar mais fácil ao mercado” (Informante A, 2009).

O mercado para os produtos orgânicos encontra-se em crescente expansão em nível mundial. De acordo com Campanhola e Valarini (2001) existem cinco razões para o aumento da demanda por estes produtos: 1) a preocupação dos consumidores com a saúde e a importância da alimentação saudável; 2) influência do movimento ambientalista organizado em ONGs que criam espaços e incentivam a produção e consumo; 3) a influência de seitas religiosas, que defendem

o equilíbrio espiritual do homem por meio do consumo de alimentos saudáveis que sejam produzidos em harmonia com a natureza; 4) a importância das ações executadas por grupos organizados contra a moderna agricultura e, finalmente, 5) o uso de ferramentas de “marketing” pelas grandes redes de supermercados, por influência dos países desenvolvidos, que teriam induzido demandas por produtos orgânicos em determinados grupos de consumidores.

A ampliação da demanda por produtos de base agroecológica é de fundamental importância, pois é por meio da comercialização que o agricultor viabiliza a geração de renda para manutenção da unidade produtiva.

Diante disso, o mercado tem importância fundamental para o agricultor e é “justamente o mercado que contribui para reorganizar o sistema produtivo e acena com a perspectiva de maior espaço para os produtos orgânicos” (BRANDENBURG, 2004, p. 273). Atualmente, constata-se a tendência à popularização do mercado de orgânicos. Se inicialmente, ele visava atender aos interesses de uma classe de maior poder aquisitivo, os locais de comercialização e os preços estão ficando cada vez mais acessíveis para a população de menor renda.

As cooperativas e as associações, por sua vez, desempenham papel fundamental para facilitar o processo de comercialização da produção agroecológica. Na visão dos próprios agricultores, “se hoje a agricultura familiar não se organiza em forma de grupo, associação, cooperativa é muito difícil conseguir sobreviver [...]” (Agricultor B, 2009). Ou ainda, “a grande dificuldade é organizar essa rede de comercialização [...]. Então a gente vê que se tivesse onde vender seu produto, se o mercado fosse garantido o produtor plantaria sem medo” (Informante B, 2009).

As opções de comercialização no município de Pelotas restringem-se a mercados locais e específicos. A produção tem como principais destinos o Programa de aquisição de Alimentos – PAA do governo federal (07 entrevistados) e as feiras-livres do município (05 agricultores). A entrega em restaurante e em domicílio é praticada por apenas 01 produtor.

O Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal foi criado pela Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003 (regulamentado pelo Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008). Este programa tem a “finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques

estratégicos” (CONAB, 2009). O PAA é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e conta com o apoio de vários ministérios e diversos órgãos institucionais que operam no plano estadual e municipal. De acordo com informações da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB<sup>6</sup>, “o PAA apóia o agricultor familiar com dificuldades de participar do mercado, auxiliando-o numa das etapas mais difíceis do processo produtivo: a comercialização” (CONAB, 2009).

O referido programa representa o principal meio de comercialização dos produtos de base agroecológica, não apenas do município de Pelotas, mas também dos demais municípios do Rio Grande do Sul assistidos pelas entidades que têm sede em Pelotas. Na tabela 02, pode-se observar o valor total (em reais) dos produtos de base agroecológica vendidos pelas duas cooperativas de Pelotas para o programa PAA.

**Tabela 02 – Valor total (em reais) dos produtos de base agroecológica comercializados pelas cooperativas de Pelotas para o programa PAA.**

Entidades	Ano 2004/05	Ano 2005/06	Ano 2007/08
	Valores(R\$)	Valores(R\$)	Valores(R\$)
Coop. Sul-Ecológica	806.200,00	637.356,52	606.482,00
Coop. ARPASUL	26.754,06	100.409,00	80.000,00
<b>Totais</b>	<b>832.954,06</b>	<b>737.765,52</b>	<b>686.482,00</b>

Fonte: Adaptado de Reichert et al. (2009)

Entretanto, apesar da importância do PAA, é notável a preocupação dos agricultores e técnicos sobre a instabilidade deste mercado. Como destaca um entrevistado “o PAA [...] é uma política do governo, se troca, sai fora, isso é um medo que a gente tem. Então, é preciso buscar e aprender com outros mercados, com outras exigências, outros preços, é tudo diferente” (Informante A, 2009). Com a possibilidade de término do contrato com o Programa de Aquisição de Alimentos, muitos agricultores terão dificuldades para comercializar sua produção. A demora ou atraso nas renovações contratuais pode ocasionar a perda da produção ou a venda dos produtos no mercado convencional. Um entrevistado sintetiza essa situação ao afirmar, “[...]”

agora terminou o projeto Fome Zero com a CONAB, então o pessoal comercializa como pode, o pessoal produz alface orgânica e vende como convencional e pra quem paga mais [...]” (Informante B, 2009).

As feiras-livres (figura 09) representam outra fundamental forma de comercialização da produção. O objetivo da criação da feira foi garantir um mercado específico para os produtos de base agroecológica, diminuir a distância entre os agricultores e os consumidores e assegurar retorno financeiro para os agricultores, já que, sem a figura do atravessador a remuneração pelo produto tende a ser maior.



Figura 09: Feiras-livres de produtos de base agroecológica do município de Pelotas/RS.

Foto 01 - feira realizada aos sábados de manhã na Av. Dom Joaquim (zona norte da cidade); Foto 02 - feira realizada as terças-feiras de manhã na Av. Bento Gonçalves (centro); Foto 03 - feira aos sábados de manhã no Bairro Fragata (zona leste); Foto 04 - feira ao entardecer realizada no centro da cidade as quintas-feiras à tarde.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto.

Quanto ao número de feiras-livres realizadas em Pelotas, houve uma expansão considerável. Atualmente constatamos a existência de quatro pontos de feiras realizadas semanalmente em diferentes pontos da cidade (apêndice D). Estas feiras representam um importante espaço de

comercialização também para os produtores de municípios geograficamente próximos a Pelotas.

Ao comparar o número de agricultores feirantes de produtos de base agroecológica de Pelotas e aqueles oriundos de municípios como Morro Redondo, Arroio do Padre, Canguçu e Turuçu, percebe-se que, Pelotas possui numerário menor. Em duas, das quatro feiras realizadas, não havia nenhum agricultor do município em análise.

As feiras são organizadas pelos próprios agricultores, eles são responsáveis pelo transporte dos produtos e montagem das bancas. Sobre a logística do transporte um agricultor esclarece: “[...] de cada município parte um caminhão, ou um outro carro, que vai fazendo a coleta nas propriedades até chegar na feira, de cada localidade, de cada grupo vem um carro trazendo a produção” (Agricultor C, 2009).

Entretanto, apesar do aumento da produção de base agroecológica, ainda é difícil estabelecer comparações entre as vendas de produtos convencionais com os de base agroecológica diante da superioridade quantitativa da produção convencional. Sobre a concorrência, Darolt (2001) destaca que, os preços da agricultura orgânica e convencional é injusta, pois esta última não contabiliza os custos ambientais na formação do preço dos produtos, enquanto que, a agricultura orgânica interioriza estes custos. Além disso, o sistema agrícola é guiado pela agricultura convencional, obrigando a agricultura ecológica a se adaptar ao sistema predominante.

Mesmo diante desta *concorrência injusta*, a agricultura orgânica tem conseguido importantes mercados, seja para exportação ou em mercados locais e regionais. Entre os principais produtos orgânicos brasileiros exportados, pode-se citar o café, o cacau, castanha de caju, o azeite de dendê, óleo de palma e palmito, guaraná, arroz, soja e as frutas cítricas (CAMARGO FILHO W. P. et al. 2004). Quanto à produção para o mercado interno, ela é diversificada e tem como principais destinos “[...] os grandes e pequenos varejistas (lojas de produtos naturais, restaurantes e supermercados), associações ou unidades processadoras e distribuidoras, e venda direta (feiras livres e cestas em domicílio)” (CAMARGO FILHO W. P. et al. 2004, p. 59 e 60).

No que se refere ao preço cobrado pelos produtos na feira-livre ecológica em Pelotas, de acordo com o gráfico 04, pode-se perceber que é praticamente o mesmo daquele encontrado na feira convencional, favorecendo o acesso da população com menor poder aquisitivo. Merece destaque, a estabilidade dos preços dos produtos na feira ecológica, enquanto que, os produtos convencionais sofrem oscilações constantes,

motivados principalmente pela concorrência. Assim, “se os feirantes das feiras convencionais atuam sob uma lógica tipicamente concorrencial [...], cada qual com seus equipamentos e utensílios, os feirantes ecológicos trabalham com base em princípios associativos” (SACCO DOS ANJOS et al., 2005, p.145).

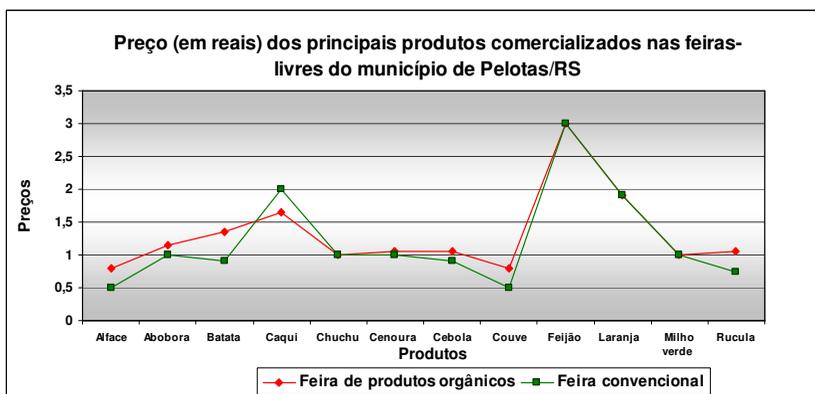


Gráfico 04: Preço (em reais) dos produtos comercializados nas feiras-livres de Pelotas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto.

A realização da feira-livre favorece o maior envolvimento dos agricultores com a produção orgânica e o comprometimento de oferecer um produto de qualidade para o consumidor, a fim de atender seus interesses enquanto cliente. Como assinala um entrevistado, “as pessoas que estão na feira têm mais compromisso com a cooperativa, a questão da organização da produção, planejamento” (Informante qualificado A, 2009).

Além das feiras-livres e do PAA, os produtos agroecológicos de Pelotas e dos municípios atendidos pelas entidades com sede no município são comercializados na sede da cooperativa Sul-Ecológica (figura 10) e na cooperativa de consumidores Teia Ecológica (figura 11), ambas localizadas no centro da cidade. A cooperativa ARPASUL também possuía um ponto de comercialização específico (figura 12), entretanto, a localização periférica do ponto de venda, a baixa diversidade de produtos disponíveis e alguns problemas burocráticos inviabilizaram a manutenção do mesmo.

Em virtude de eventuais dificuldades encontradas para a comercialização nas feiras-livres e nos programas institucionais, há agricultores que utilizam outros meios. Uma das estratégias é evidenciada no depoimento de um agricultor ao fazer seguinte afirmação: “produto ecológico eu estou entregando como convencional, num restaurante [...] pra não estragar. Todo mundo leva, o produto é bom, tem qualidade, não perco pra ninguém” (Agricultor A, 2009). Essa situação reflete a necessidade de melhor articulação entre os agricultores familiares e o mercado de produtos de base agroecológica.

Os supermercados representam um importante espaço de venda de produtos de base agroecológica. Diante disso, tenderiam a ser um meio para os agricultores familiares comercializarem seus produtos. Entretanto, o processo de comercialização em supermercados é complexo, pois eles “exigem garantia de entrega de produtos predeterminados, e em quantidades estipuladas, durante a vigência do contrato” (CAMPANHOLA E VALARINI, 2001, p.83).

Estas exigências acabam dificultando a permanência ou excluindo o agricultor familiar daquele mercado. De acordo com um entrevistado, “[...] a gente já tentou trabalhar com os supermercados, mas como se trabalha direto com o clima, fica suscetível à geada, à chuva, à estiagem e, por isso, não tem uma constância de produção, não tem uma estabilidade” (Agricultor C, 2009). Outro agricultor reforça, “[...] de repente dá um contratempo e como a gente não tem aonde buscar pra abastecer... [...]. Se dá um contratempo [...] tu fica sem produto, aí só pro mês que vem ou no outro” (Agricultor G, 2009). Este contexto demonstra também a falta de estrutura técnica que poderia minimizar os efeitos adversos para a agricultura de base agroecológica.

Sendo assim, os produtos cultivados pelos agricultores do município não estão disponíveis em nenhum supermercado da cidade. Os produtos comercializados nestes locais são oriundos de outros municípios ou outras unidades da federação. Os preços cobrados nos supermercados são muito superiores aos encontrados nas feiras-livres. Alguns produtos, como o milho verde, possui o preço três vezes maior no supermercado comparativamente à feira.



Figura 10: Sede da cooperativa Sul-Ecológica e principais produtos comercializados em seu ponto de venda.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto.



Figura 11: Sede da Cooperativa de consumidores Teia Ecológica e principais produtos comercializados em seu ponto de venda.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto.



Figura 12: Antigo ponto de comercialização de produtos de base agroecológica da Cooperativa ARPASUL.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto.

#### 4.6 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PRODUÇÃO DE BASE AGROECOLÓGICA

No decorrer da pesquisa ficaram evidentes algumas dificuldades que impedem o desenvolvimento da produção de base agroecológica em Pelotas. De acordo com os agricultores, a principal dificuldade (gráfico 05) está relacionada à insuficiente disponibilidade de insumos específicos para esta forma de produção. Mesmo diante das alternativas técnicas já existentes, percebe-se que, alguns agricultores, não têm acesso às mesmas ou encontram dificuldades no processo de produção dos próprios insumos.

As dificuldades no acesso ao crédito, já examinadas anteriormente, também aparecem como um entrave à produção.

Os limitantes naturais relacionam-se à ocorrência de eventos de ordem natural, como enchentes, geadas, secas prolongadas ou a baixa

disponibilidade de recursos hídricos na área da unidade produtiva que prejudica, principalmente, a etapa da produção.

A falta de mão-de-obra da família foi citada por um agricultor, e outro, salientou a dificuldade da existência para contratação de mão-de-obra especializada na produção de base agroecológica. Ou seja, quando existente, a mão-de-obra está orientada para o manejo convencional dos cultivos, exigindo um período para se adaptar e aprender a executar as atividades voltadas à produção de base agroecológica.

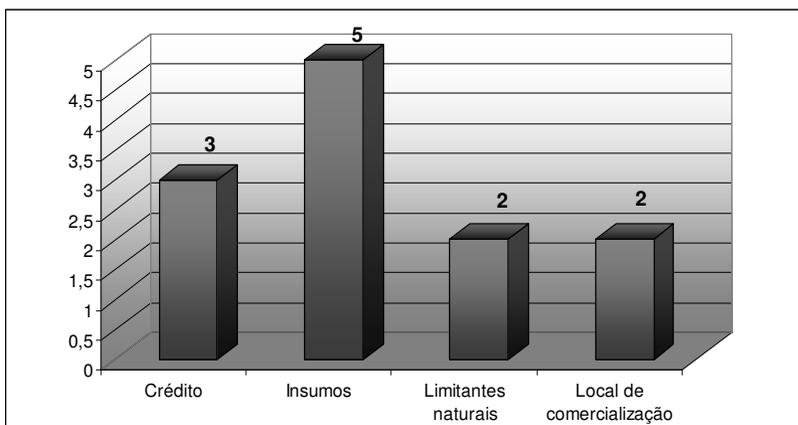


Gráfico 05: Principais dificuldades encontradas na produção e comercialização dos produtos na opinião dos agricultores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Organizado por: Roberto A. Finatto

Apesar das dificuldades apresentadas, quando questionados sobre o nível de satisfação com a produção orgânica, a maior parte dos agricultores (11 entrevistados) declarou estar *satisfeito* e, 02 afirmaram estar *muito satisfeitos*. Diante disso e do que foi exposto, constata-se que há um significativo potencial para o avanço da produção no município.

Ao comentar os avanços da agroecologia um informante lembra do respeito conquistado ao longo do tempo. Muitos agricultores e representantes políticos não acreditavam na viabilidade da produção de base agroecológica. Segundo ele, as organizações juntamente com os agricultores conseguiram “mostrar que produz e tem mercado, tem mercado diferenciado, que o pessoal procura e tem um compromisso, vem de longe buscar. Nem tem o selo de certificação, mas o pessoal acredita no trabalho que é feito” (Informante A, 2009).

A certificação da produção ainda não aparece como um problema no município, o selo das cooperativas e da associação nos produtos respalda o trabalho dos agricultores fazendo com que não haja problemas significativos neste aspecto. Há uma comissão específica que se destina a vistoriar as unidades e certificar o correto uso das técnicas desenvolvidas.

Mesmo diante desse contexto, algumas ações precisam ser executadas objetivando facilitar o acesso aos mercados pelos agricultores e, ampliar a quantidade de produtos comercializados. Um agricultor fala,

o que falta pra coisa “deslanchar” mais é ter mercado garantido, o preço, a gente já tem. Alguns programas do governo federal que acho que são bons, o PAA, por exemplo, a dificuldade muitas vezes é a questão burocrática, prestação de contas, mais os intervalos de um projeto pro outro, já que os projetos tem validade de um ano (Agricultor B, 2009).

Embora necessárias, as exigências burocráticas dificultam e atrasam a execução dos programas institucionais, prejudicam a fluidez das vendas e, muitas vezes, inviabilizam a aquisição de financiamentos. Além destas, somam-se as dificuldades oriundas da própria dinâmica produtiva da agricultura familiar, como a de “ter uma produção contínua, manter um ritmo para poder assumir um compromisso com algum restaurante, com um supermercado. [...]” (Agricultor G, 2009). Muitos agricultores não estão dispostos a comprometer-se com os mercados e assumir a produção de uma quantidade mínima exigida para a firmação de contratos.

Mesmo assim, ressalta-se a importância do comprometimento dos agricultores com a cooperativa e a associação. Isso certamente favorecerá a manutenção no ritmo da produção ajustado às demandas do mercado consumidor, sempre considerando as limitações da unidade produtiva, como as condições do solo, tamanho de área, mão-de-obra disponível e disponibilidade de insumos alternativos.

No que se refere à disponibilidade de força de trabalho para ser alocada nas atividades agrícolas, cabe destacar que as famílias apresentam um número reduzido de pessoas e, os filhos mais jovens estão estudando. Assim, na maioria dos casos não há perspectivas de sucessão profissional. Um informante ressalta esta questão ao afirmar: “a gente nota assim por parte dos jovens que não tem aquela expectativa

da continuação como agricultor [...]” (Agricultor B, 2009). Esta situação pode, futuramente, dificultar a continuidade das iniciativas com base na agroecologia no município.

Por parte dos agricultores algumas dificuldades contribuem para impedir o avanço da agroecologia como: o pouco envolvimento com as organizações a que pertencem, a insuficiente quantidade de alimentos produzidos para o estabelecimento de contratos com o mercado e, a falta de iniciativa para buscar novos espaços de comercialização. Estas constatações evidenciam que a mudança na atitude dos agricultores poderia contribuir para o fortalecimento da agroecologia.

Entretanto, estas características refletem os traços do modo camponês de fazer agricultura. A busca constante de autonomia faz com que muitos agricultores não se submetam às exigências do mercado, e não alterem sua lógica de produção, visto que a prioridade é a unidade de produção. Um informante entrevistado faz a seguinte observação: “os agricultores não têm uma visão empresarial, ele vai pensar no adubo pra botar na cultura, na hora de botar o adubo na cultura, ele vai muito pelo imediato, naquele momento [...]” (Informante B, 2009).

Essa certamente é outra característica marcante das formas familiares camponesas de produção na agricultura, onde as decisões são tomadas no momento. O mesmo informante reforça, “falta esse lance de planejar mais a propriedade e aí eu vejo que as equipes técnicas têm entrado, a função é ser, vamos dizer assim, é animador, provocar para essas coisas [...]” (Informante B, 2009).

Em relação a organização dos agricultores um agricultor entrevistado tece o seguinte comentário:

o agricultor tem que se organizar. Por exemplo, ta faltando produto lá, por quê? Porque hoje só tem alface, o preço ta bom, todo mundo planta alface, mas de repente tá tudo cheio e não sai mais alface. Mas vamos supor que tem uns vinte produtores ecológicos, então um grupo planta alface, outro planta couve, outro planta beterraba... Um não atrapalha o outro e não vai faltar. [...]. Se vão plantar só o que dá dinheiro, todos vão plantar a mesma coisa... (Agricultor G, 2009)

Esta afirmação remonta à conhecida expressão marxista do “saco de batatas” devido à baixa coesão entre os agricultores, ao que o entrevistado denominou de “falta de organização”. Neste caso, as

cooperativas são fundamentais para sistematizar e orientar a plantação de determinados produtos em detrimento de outros, tentando intervir na própria organização da unidade produtiva, orientando suas ações para o mercado.

Mesmo assim, em muitos casos, o agricultor mostra-se autônomo em sua tomada de decisão, sendo necessária melhor articulação entre os próprios agricultores e, destes com as entidades a que estão vinculados. Há de se considerar as divergências presentes entre os agricultores e técnicos que dificulta o consenso no direcionamento das metas planejadas. Um informante assim fala,

o agricultor nem sempre tem a visão que os técnicos têm, [...] o agricultor tá muito presente na propriedade, a propriedade é importante pra ele, a família é importante pra ele. Então, se ele sair pra passar uma semana atrás de reuniões, encontros, articular mercado, quem toca a produção? E as propriedades hoje são limitadas, geralmente poucas pessoas (Informante B, 2009).

Com base no que foi apresentado pode-se constatar que a maior parte dos agricultores agroecológicos do município não pretendem tornarem-se empresários familiares. Ao contrário, a produção de base agroecológica vai ao encontro de suas necessidades, pois, ao mesmo tempo em que eles podem produzir sem impactar consideravelmente o ambiente e sem prejudicar sua saúde, conseguem manter relativa autonomia no processo de produção. Dessa postura, muitas vezes decorrem problemas na comercialização que dificultam a própria atuação das organizações a que os agricultores estão vinculados.

Esta situação só é possível pela existência de outras fontes de renda, possibilitando aos agricultores organizarem sua produção de acordo com suas necessidades. No município de Pelotas, a produção agroecológica é uma importante fonte complementar de renda na maior parte dos casos, servindo como uma estratégia de reprodução econômica e social para os produtores.

Ao ser interrogado sobre a viabilidade da produção agroecológica no município, um entrevistado responde “eu conheço experiências de agricultores que trabalharam com fumo, pararam com fumo e, hoje, com a agroecologia, estão em situação bem melhor em todos os aspectos, inclusive economicamente” (Agricultor B, 2009). Mesmo esta afirmação elucidando um caso específico, ela revela a

significativa importância que a produção adquiriu com as atuais condições de organização e infra-estrutura no município.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar brasileira assumiu uma diversidade de formas organizacionais. Isso permite constatar os limites das análises clássicas marxistas, ou mesmo daquelas de Chayanov e de seus “seguidores”, para explicar a reprodução das formas familiares de produção na agricultura. As análises marxistas, principalmente, trabalhavam com a eliminação do modo camponês na agricultura. Certamente o modelo camponês clássico encontra-se transformado e o agricultor familiar está cada vez mais inserido no mercado e, por isso, menos autônomo na sua tomada de decisões.

Entretanto, essa dependência nem sempre exclui traços da agricultura camponesa que, em diferentes contextos, ainda se reproduzem. Assim como afirma Van der Ploeg (2008, p.34), “a maioria grupos agrários de hoje são constituídos por uma “mistura” confusa e altamente diversificada de diferentes modos de fazer agricultura. Alguns desses modos são semelhantes ao modo camponês; outros praticam uma lógica completamente diferente”.

No Brasil, mesmo sem dispor dos privilégios das políticas públicas pós 1970, uma parcela da agricultura familiar se modernizou parcialmente e, este segmento vem conseguindo se reproduzir em meio ao jogo político e as dificuldades econômicas que permearam os diferentes momentos históricos. Dada a heterogeneidade de características do segmento familiar, há no território nacional uma multiplicidade de formas de agricultura com práticas diferenciadas.

As iniciativas agroecológicas surgidas no Rio Grande do Sul por interesse, sobretudo de cooperativas e associações, permitiram a consolidação de um contexto favorável ao desenvolvimento da produção no estado, contribuindo para o seu desenvolvimento também em Pelotas.

É importante lembrar que o espaço rural do município de Pelotas vem passando, ao longo das últimas décadas, por um processo de transformação marcado pela emergência de novas atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas. Mesmo incipientes, as iniciativas ligadas a agroecologia, agroindustrialização familiar e ao turismo rural (cultural, religioso e de lazer) evidenciam metamorfoses e novas funções atribuídas àquele espaço.

Assim, o espaço da produção de base agroecológica em Pelotas, emergiu aliando diversos interesses como resultado de um processo global concretizando-se naquele espaço particular. As iniciativas de produção agroecológica resgataram e valorizaram traços da agricultura

tradicional, mas inseriram a produção num contexto econômico globalizado marcado pela (re)valorização deste tipo de produto.

Como assevera Santos (2008a, p.339) “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local convivendo dialeticamente”. Essa idéia sintetiza o contínuo e dialético movimento de produção do espaço com base da agroecologia em Pelotas. Mesmo a produção sendo destinada ao mercado local e regional, a gênese e o desenvolvimento das práticas agroecológicas não podem ser desvinculadas do contexto global de transformação da sociedade.

No município de Pelotas, o quadro geral da agricultura é marcado pelo predomínio do sistema de produção convencional, o sistema de base agroecológico ainda é quantitativamente inexpressivo. Entretanto, esta forma de produção adquire importância fundamental para os agricultores envolvidos, não apenas no aspecto econômico, mas também para valorizar traços socioculturais, podendo trazer benefícios para a saúde e para o ambiente.

No grupo analisado, a geração de renda obtida pela comercialização da produção de base agroecológica é importante para viabilizar a reprodução de diversas famílias. Contudo, muitos agricultores são aposentados ou dedicam-se a outras atividades produtivas como o leite e o fumo. Cabe destacar que, o desejo de todos os agricultores é ter na produção de base agroecológica sua principal fonte de renda e garantir, através dela, a manutenção da unidade produtiva. Esse contexto sugere que há concretas possibilidades e potencial para a expansão da agroecologia no município.

Outro traço marcante é que, mesmo os agricultores sendo representados por entidades com dinâmicas organizacionais similares e dispondo, praticamente dos mesmos recursos (políticas públicas, assistência técnica, auxílio na comercialização, etc.), é perceptível a heterogeneidade de características entre os mesmos.

Em relação aos desafios da comercialização dos produtos de base agroecológica, buscou-se evidenciar os problemas que afligem os agricultores familiares, bem como, as contradições encontradas no processo. Pois, se o mercado para estes produtos encontra-se em expansão, cabem questionamentos sobre as dificuldades que os agricultores familiares enfrentam para se inserirem nos circuitos de comercialização.

Neste sentido, poderão ser formuladas algumas perguntas: para facilitar o acesso ao mercado tenderia a agricultura familiar a especializar-se em determinados produtos de base agroecológica? Ou

ainda, alguns agricultores poderiam tomar o espaço de outros, tornando-se especializados e competitivos, enquanto que outros seriam excluídos do sistema de produção agroecológico? Como possibilitar maior inserção nos mercados sem alterar a lógica familiar da produção? Questões como essas ainda permanecem sem respostas, sugerindo os muitos desafios a serem superados.

Não obstante os aspectos que favorecem a produção de base agroecológica em pequena escala, há inúmeros desafios a serem enfrentados na produção e na comercialização dos produtos e, no presente momento, estes são de três ordens: *técnicos*, *socioeconômicos* e *políticos*.

No plano *técnico*, a principal dificuldade é encontrar insumos específicos para a produção de base agroecológica, visto que, o sistema agrícola é orientado para a agricultura convencional. As técnicas de cultivo e de manejo na prática alternativa demandam conhecimentos específicos que nem sempre estão ao alcance dos agricultores. Deve-se notar que a infra-estrutura tradicional das unidades produtivas demanda elevada quantidade de mão-de-obra e força animal para a execução das atividades agrícolas. Isso impede a aceleração e o maior controle do processo produtivo que ainda está fortemente atrelado aos recursos naturais disponíveis na unidade de produção.

No que diz respeito aos problemas *socioeconômicos*, observa-se que em determinadas situações existem dificuldades para manter a unidade produtiva com base na agroecologia. Isto se explica em face do tamanho reduzido do grupo familiar, do envelhecimento dos agricultores e da falta de sucessores, questões fundamentais para (in)viabilizar a produção.

No plano *político* destacam-se as dificuldades relacionadas no acesso ao crédito, tanto àquele destinado para sistemas em conversão, como outras linhas de financiamento (PRONAF custeio, investimento, etc.). A falta de apoio por parte do poder público municipal é evidente e certamente se reflete nas dificuldades apresentadas. A falta de incentivos políticos para as cooperativas e para a associação não é menos importante.

Deve-se reconhecer a importância da atuação das cooperativas na inserção dos produtos da agricultura familiar em determinados mercados. Entretanto, elas não eliminam problemas na produção e na comercialização. Mesmo assim, a certeza de que as características da agricultura familiar se apresentam compatíveis com a produção de base agroecológica reforça a necessidade da intervenção de políticas públicas

visando agregar os interesses comuns dos agricultores e, amparar a criação de uma rede de comercialização, que considere as especificidades do modo de produção agrícola familiar.

Cabe destacar, portanto, assim como afirma Santos (2008b), que os modos de produção (entendidos como as formas de produzir, circular e consumir mercadorias) ao se expandirem sobre os distintos espaços não conseguem impor-se em sua plenitude sobre os modos de produção antigos. Existindo, assim dialeticamente no espaço, selecionando lugares e criando diferenciação entre eles.

Considerando-se a forma de produzir com base na agroecologia como um novo modo de produção que busca impor-se sobre o “velho” modelo agrícola convencional, conclui-se que seu desenvolvimento ocorre apenas em determinados pontos do território. A agroecologia como uma estratégia produtiva capaz de promover mudanças estruturais na sociedade, tal como se propaga no discurso do desenvolvimento sustentável é utópica. Muitas vezes, a convivência do “novo” com o “velho” ocorre internamente nas próprias unidades produtivas que cultivam, em paralelo, culturas em moldes agroecológicos e outras convencionais.

Em “[...] cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente” (SANTOS, 2008b, p.146). Neste sentido, a agroecologia e as formas de organizar a produção são marcas de um novo período. Neste contexto, a globalização abre novas possibilidades não só para a reprodução da agricultura familiar, mas também do capital.

Por fim, percebe-se que a crescente valorização da produção de alimentos saudáveis e as cobranças da sociedade em relação à preservação ambiental, fizeram do sistema de produção agroecológico uma alternativa viável à agricultura familiar. Entretanto, os desafios apresentados só serão superados se houver maior apoio e comprometimento institucional.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**. Rio Claro/SP, vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007. 296p.

ABRAMOVAY, Ricardo O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2003, p. 83-100.

AGOSTINETTO, Dirceu et. al. Caracterização da fumicultura no município de Pelotas-RS. **Rev. Bras. de Agrociência**, v.6 n. 2, 171-175, mai/ago, 2000.

AGUIAR, A. M. L. **O Desafio do Associativismo na Agricultura Familiar – O caso dos produtores rurais feirantes do município de Pato Branco/PR**. Ponta Grossa/UEPG (Dissertação de Mestrado), 2007. 154p.

ALMEIDA, Jalcione. **Pesquisa agrícola, agricultura familiar e sustentabilidade**. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/576.pdf> Acesso em 20 de outubro de 2009.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção - luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 377p.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. 110p.

ALVES, Alda Judith. A “Revisão da Bibliografia” em Teses e Dissertações: Meus Tipos Inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 81, p. 53-60, maio 1992.

ANDRADE, Manuel Correia de. Estado, sociedade e produção do espaço. In. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Ed. Massangana, 2985, p. 13-21.

ASSIS, R. L. de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Econ. Aplic.**, 10(1): 75-89, Jan/Mar, 2006.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, Quantidade e Interesses do Conhecimento – Evitando Confusões. In. BAUER, M. W. e GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 17-36.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em <[www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/pronaf.asp](http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/pronaf.asp)> Acesso em 08 dez. 2007.

BECKER, Cláudio; CALDAS, Nádia Velleda; SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agroecologia, agricultura familiar e cooperação**: a experiência da Cooperativa Sul Ecológica. Anais do XVI Congresso de Iniciação Científica e IX Encontro de Pós-Graduação, Pelotas/RS, 2007.

BEGNIS, H. S. M.; ZERBIELLI, J. Aspectos institucionais e organizacionais da agroindústria de doces de pêssego de Pelotas-RS. **Revista de Economia e Agronegócio**, vol.2, nº 1. 2004. p. 115-134.

BEGNIS, H. S. M. et al. Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 311-322, 2007. Disponível em <[www.scielo.br/pdf/gp/v14n2/08.pdf](http://www.scielo.br/pdf/gp/v14n2/08.pdf)>. Acesso em 06 de julho de 2009.

BIANCHINI, Valter. Políticas públicas para a agricultura familiar. In. CONTI, I. L.; PIES, M.; CECCONELLO, R. (Org.) **Agricultura familiar – caminhos e transições**. Passo Fundo: IFIBE, 2006. p. 236-245.

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 85-111.

BRANDENBURG, Alfio. Sócio-ambientalismo e novos atores na agricultura. In. CALZAVARA, O.; LIMA, R. de O. (Orgs.). **Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina: Eduel, 2004. p. 253-277.

BRASIL. **Legislação Federal do Brasil**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 09 de setembro de 2009.

BRUMER, Anita. **Qual a “vocação” produtiva da agricultura familiar? Globaliza o, produ o familiar e trabalho na agricultura gaúcha**. In. TEDESCO, J. C. (Org.) Agricultura Familiar – realidades e perspectivas. Passo Fundo/RS: UPF, 2001. p. 223 - 254.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Modelo e principais instrumentos de regula o setorial: uma nota didática. In: RAMOS, Pedro et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, institui es e perspectivas**. Brasília-DF, MDA, 2007,p. 53-102.

BUCHWEITZ, Suzanne; MENEZES, Paulino. **O tempo compartilhado: 25 anos do CAPA**. Porto Alegre/RS, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2003. 200p.

CAMARGO FILHO, W. P.; CAMARGO, F. P. de; CAMARGO, A. M. M. P. de; ALVES, H. S. Algumas considera es sobre a constru o da cadeia de produtos orgânicos. **Rev. Informa es Econ micas**. São Paulo/SP, v.34, n.2, p. 55-68, 2004.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília/DF. v.18, n.03, p. 69-101, 2001.

CAMPOS, Ginez Leopoldo R. de. Agricultura Familiar, Gerenciamento Ambiental e Agroecologia: Algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In. **Agricultura Familiar: Realidades e perspectivas**. Passo Fundo/RS: UPF, p. 317-333, 2001.

CANUTO, J. C.; SILVEIRA, M. A. da; MARQUES, J. F. Sentido da Agricultura Familiar para o Futuro da Agroecologia. **Ciência & Ambiente**. Santa Maria. Vol. 1 n.1 (jul. 1990), p. 57-63, 1994.

CANUTO, João Carlos. A Pesquisa e os Desafios da Transição Agroecológica. **Ciência & Ambiente**. Santa Maria. Vol. 1, n. 1 (jul. 1990), p. 133-140, 2003.

CAPORAL Francisco Roberto. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Una aproximación histórico-crítica a la evolución y enfoques teóricos del extensionismo rural y contribuciones para el paso del paradigma dominante.** (Tese de Doutorado) Universidad de Córdoba/Espana, 1998, 532p.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Superando a Revolução Verde: A transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.** 2003. Disponível em <[www.agroecologia.uema.br](http://www.agroecologia.uema.br)> acesso em 20 de fevereiro de 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In. CONTI, I. L.; PIES, M.; CECCONELLO, R. (Org.) **Agricultura familiar – caminhos e transições.** Passo Fundo: IFIBE, 2006. p. 174-208.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia:** Alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24p.

CARUSO, Cíntia de Oliveira. **A Agroindústria Familiar no Extremo Sul Gaúcho:** limites e possibilidades de uma estratégia de reprodução social. (Dissertação) Universidade Federal de Pelotas. Pelotas/RS, 2008. 120p.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In. \_\_ **A aventura antropológica – teoria e pesquisa.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1986. p.95-105.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura.** n.8, abril 1997. p.70-82. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil>>. Acesso em 08 de outubro de 2009.

CAUME, David José. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **Redes**. Santa Cruz do Sul/RS, v. 14, n. 1, 2009, p. 26-44.

CAZELLA, A. A. Utopie et réalité du développement local. In. \_\_\_\_ **Développement local et agriculture familiale: îls enjeux territoriaux dans île département de l'Aude**. Thierval-Grignon, INRA, Mémoires et Thèses, n° 36, 2002, 395 p.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais**. Florianópolis, texto para discussão, 2002.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR – CAPA. Disponível em <<http://www.capa.org.br/>> Acesso em 12 de fevereiro de 2009.

CENTRO ECOLÓGICO IPÊ. Disponível em <<http://www.centroecologico.org.br/>> Acesso em 13 de fevereiro de 2009.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES – CETAP. Disponível em <<http://cetap.org.br/>> Acesso em 13 de fevereiro de 2009.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 338p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conabweb>> Acesso em 01 de outubro de 2009.

COSTABEBER, José Antônio. **Acción Colectiva y Procesos de Transición Agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. (Tese de Doutorado) Universidad de Córdoba/Espana, 1998, 422p.

COSTA, Janete Basso. **Processos participativos na construção da agroecologia – estudo de caso da ARPASUL**. Pelotas/UFPel (Dissertação de Mestrado), 2006. 102p.

COSTA NETO, Canrobert. Agricultura Sustentável, Tecnologia e Sociedade. In. COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. J. (Orgs.) **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.p. 300-321.

\_\_\_\_\_. Agricultura não-convencional, biodiversidade e sustentabilidade: a alternativa agroecológica. In. FROEHLICH, José M.; DIESEL, Vivien (Orgs.) **Desenvolvimento rural: tendências e debates**. Ijuí/RS. Ed. Unijuí, 2006, p.113-138.

CORRÊA, R. L. Organização espacial. In.\_\_\_\_**Região e organização espacial**. São Paulo/SP: Ed. Ática, 1990, p.51-84.

CUNHA, L. A. G. Território, desenvolvimento territorial e o “novo mundo rural”. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa/PR, Ed. da UEPG, 7(1), 2007. p.165-176.

DAROLT, M. R. **Por que os alimentos orgânicos são mais caros?** (Publicado em 15/06/2001). Acesso em 06 de julho de 2009. Online. Disponível em <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdarmais.htm>>.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v.15 (43), 2001. p. 157-172.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178p.

ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura no Brasil. Revista **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, n. 12, 2002, p. 23-32.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In. ELIAS, D.; PEQUENO, R. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, p. 25-82.

\_\_\_\_\_. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In. MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: eduerj, 2007, p. 49-66.

ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL 2008. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília: MDA: DIEESE, 2008. 280p.

ETGES, V. E. O espaço rural no contexto da acumulação flexível. In: ETGES, V. E. (Org). **Desenvolvimento Rural: Potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul:Edunisc, 2001. p. 131-139.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Agrária**. São Paulo/SP, n.01, 2004, p.16-36.

FERRAZ, J. M. G.; SILVEIRA, M. A. Multifuncionalidade da agricultura e agroecologia: gestão integrativa socioambiental da produção familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia** (Resumos do I Congresso Brasileiro de Agroecologia). Porto Alegre/RS, v.01, n.01, nov.2006, p.811-814.

FAUTH, E. M. Agricultura Familiar: evolução favorável em anos recentes. **Revista Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre/RS, v.35, n. 4, 2008, p. 51-60.

FÜRSTENAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. **Revista Ensaios FEE**, v.08, n.01, 1987, p.139-154.

FINATTO, Roberto Antônio; SALAMONI, Giancarla. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Revista Sociedade & Natureza**. Uberlândia/MG, v.20, n.02, dez/2008, p. 199-217.

FOME ZERO. Disponível em <<http://www.fomezero.gov.br/noticias>>. Acesso em 24 de agosto de 2009.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e grupais. In. BAUER, W. B.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 64-89.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. **As múltiplas facetas do espaço agrário contemporâneo no Brasil**. Anais do Seminário O ensino da geografia de 1 e 2 graus frente as transformações globais. Rio de Janeiro/RJ, 1995.

GARCIA, D. C.; SANTOS, L. A. Análise-diagnóstico da agricultura de Pelotas. In. NETO, B. S.; BASSO, D. (Org.) **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul – análise e recomendação de políticas públicas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 241-247.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653 p.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo:HUCITEC, 1997, p.141-225.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2003. 238 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. Complexos agroindustriais e outros complexos. In: GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas/SP: UNICAMP, 1998, p. 61-104.

GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena agricultura em crise – o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1989. 209p.

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Guaramond, 2001, p. 15-112.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização – do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ**. Revista do departamento de geografia/UERJ. Rio de Janeiro, 1999. p. 07-19.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In. MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: eduerj, 2007, p. 179-198.

HESPANHOL, R. A. de M. Agroecologia – limites e perspectivas. In. ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 117-136.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira – 5 ed. 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 03 de fevereiro de 2009.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre. P. 51-75, 1994.

KAUTSKY, Karl. O Camponês e a Indústria. In: **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. p. 29-35.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura familiar: Comparação Internacional**. Campinas/SP: Ed: UNICAMP, 1993. 336p.

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar: do mito à realidade**. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1998. 348 p.

MARAFON, Gláucio. Permanências e mudanças no campo: uma leitura sobre as transformações recentes no espaço rural fluminense. In. MENDONÇA, F.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. da (Org.) **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba/PR: ADEMADAN, 2009, p. 329-347.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da economia política. São Paulo – Nova Cultural, livro I, t.2, 1985.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da economia política. São Paulo – Nova Cultural, livro III, t.2, 1986.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas/RS: EdUFPel/ Co-edição Livraria Mundial, 1993, 312p.

MAGALHÃES, Mário Osório. **História e Tradições da Cidade de Pelotas**. Pelotas, Ed. Armazém Literário, 3. ed., 1999. 76p.

MEDEIROS, R. M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In. MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007, p. 169-178.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editores, 1978. 265p.

MENEZES, A. V. C. Sociedade sustentável: em busca de um caminho. In. MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: eduerj, 2007, p. 199-206.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Disponível em <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em 26 de outubro de 2009.

MONTIBELLER Fº, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3ª. Ed. rev. e atual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. 316p.

MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In. **Identities sociais – ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro/RJ: DP&A, 2005. p. 15-40.

MULLER, Geraldo. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. **Revista de Economia Política**. Vol. 02/02, n. 06, abril/junho, 1982, p. 47- 77.

NAVARRO, Zander. “Nunca cruzaremos este rio” - A estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a “sociologia militante”, e o ocaso da reforma agrária no Brasil. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, mai/ago. 2008, p. 5-51.

NARDI, O.; MIORIN, V. M. F. Turismo no meio rural (TMR). In. MARAFON, G. J.; PÊSSOA, V. L. S. **Agricultura, desenvolvimento e transformações sócioespaciais** – reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Uberlândia/MG: Assis Editora, 2008, p. 249-278.

OLIVEIRA, A. U. de. Questões teóricas sobre a agricultura camponesa no Brasil. In.\_\_\_\_ **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, p. 45-72.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In. OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.) **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec/Ed. UNESP, 2001. p. 17-28.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1993.

ROSA, Mário. **Geografia de Pelotas**. Pelotas: Ed. UFPel, 1985. 333 p.

PANIS, Marcelo. **O patrimônio cultural e as novas territorialidades turísticas em comunidades rurais: uma realidade emergente no Distrito de Rincão da Cruz – município de Pelotas/RS**. In. I Encontro Internacional sobre Gestão em Turismo. Ouro Preto/MG. 2008.

PANIS, Marcelo. **Turismo, patrimônio cultural e desenvolvimento local** – O Distrito de Rincão da Cruz no Município de Pelotas/RS. (Dissertação) UNICAMP, Campinas/SP, 2009.

PASTORAL RURAL DA DIOCESE DE PELOTAS. **Agricultura Ecológica** – insumos alternativos. Pelotas, 1998. (Subsídio n°. 1).

PECQUEUR, Bernard. **O desenvolvimento territorial:** Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. Revista Raízes, vol. 24, n°s 01 e 02, p. 10-22, jan/dez. 2005.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia mundial. **Revista Eisforia** (ed. especial). Florianópolis, 2006, p. 81-103.

PEDROSO, Ízula L. P. B.; CLEPS JÚNIOR, João. Produção familiar e associativismo: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande - Palmas (TO). **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.3, n. 5, p. 162-194, fev. 2008.

PINHEIRO, Diógenes. A Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In. TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura Familiar** – realidades e perspectivas. Passo Fundo/RS: UPF, 2001. p. 337-365.

PIES, Marcelino. Desafios à agricultura familiar na construção de um desenvolvimento sustentável. In. TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura Familiar – realidades e perspectivas**. Passo Fundo/RS: UPF, 2006. p. 101-129.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Disponível em <<http://www.pelotas.com.br>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2009.

PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL. Disponível em <<http://www.biodiesel.gov.br/>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2009.

PUTNAM, R. D. Capital social e desempenho institucional.. In.\_\_\_\_ **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, FGV, 1996, p. 173-194.

REICHERT, Lírio José; GOMES, Mário Conill; SCHWENGBER, José Ernani. **A Importância Socioeconômica da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Territorial da Zona Sul do Rio Grande do Sul.** Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre/RS. Julho/2009.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádya Velleda. **As Feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências.** Pelotas/RS: Editora e Gráfica Universitária, 2005. 195 p.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil.** Pelotas: EGUPEL, 2003. 374 p.

SACHS I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel, 1993. 103 p.

SALAMONI, Giancarla. **Produção Familiar Integrada ao CAI Brasileiro** – A produção de pêssego no município de Pelotas/RS. (Dissertação de mestrado) UNESP/Rio Claro, 1993, 290p.

SALAMONI, Giancarla. **Produção familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS.** (Tese de doutorado) UNESP/Rio Claro, 2000.

SANTOS, M. Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico. In **\_\_Espaço & Método.** São Paulo: Nobel, 1985, p. 49-59.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ªed. São Paulo: Edusp, 2008a. 367p.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo/SP:Edusp, 2008b. 170p.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2007. 174 p.

\_\_\_\_\_. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos do IPPUR.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, v.13, n.02, ago/dez. 1999. p. 15-26.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In. ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31.

SAQUET, A. A. Reflexões sobre a agroecologia no Brasil. In. ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 137-153.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In. SCHNEIDER, S.; SILVA, M. k.; MARQUES, P. E. M. (Org.) **Políticas públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2004, p. 21-49.

SCHMECHEL, Ronivon Swensson. **O Comércio e o Consumo de Produtos Agroecológicos**: Um estudo de caso na cidade de Pelotas – RS. (Trabalho de Conclusão de Curso – Geografia/UFPel). Pelotas/RS, 2008, 58 p.

SCHMITT, C. J. **Transição para a agroecologia na região sul**. Disponível em <<http://www.centroecologico.org.br/>> Acesso em 20 de fevereiro de 2009.

SILVA, Augusto César Pinheiro da. Cooperativismo e autonomia: pela transformação das práticas e dos objetivos associativistas no espaço rural brasileiro. **Rev. Geo UERJ**. Rio de Janeiro, n. 12, 2002, p.33-45.

SIMON, A. L. H. **A Dinâmica do Uso da Terra e sua Interferência na Morfohidrografia da Bacia do Arroio Santa Bárbara - Pelotas (RS)**. (Dissertação). UNESP. Rio Claro/SP. 2007.185f.

STORCH, Gustavo, et. al. Caracterização dos consumidores de produtos da agricultura orgânica na região de Pelotas – RS. **Revista Brasileira Agrociência**. Pelotas/RS, v. 9, n. 1, jan-mar, 2003, p. 71-74.

STORCH, Gustavo, et. al. Caracterização de um grupo de produtores agroecológicos do sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira Agrociência**. Pelotas/RS, v.10, n. 3, jul-set, 2004, p. 357-362.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedades e Agricultura**. Rio de Janeiro, n° 15, UFRRJ/CPDA, p. 87-146. 2000.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro/RJ, v. 21, p. 42-61, 2003.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato no Brasil. In. TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura Familiar – realidades e perspectivas**. Passo Fundo/RS: UPF, 2001. p. 337-365.

\_\_\_\_\_. **Em Busca da Modernidade Social. Uma Homenagem a Alexander V. Chayanov**. Campinas: UNICAMP, 1989. 33p.

WOLF, E. R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editores, 1976. 150p.

TEIXEIRA, M. A.; LAGES, V. N. Transformações no espaço rural e a geografia rural: idéias para discussão. **Revista de Geografia**. São Paulo/SP, 1997.14, p. 9-33, 1997.

TEIXEIRA, S. S.; MACHADO, A. L. T.; REIS, A. V. dos; OLDONI, A. Caracterização da produção agroecológica do sul do Rio Grande do Sul e sua relação com a mecanização agrícola. **Rev. Engenharia Agrícola**, v. 29, p. 162-171, 2009.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

VEIGA, José Eli. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 24, n°. especial, 1994. p. 9-24.

APÊNDICES A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS  
INFORMANTES QUALIFICADOS

**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia**  
*Roteiro para Entrevista com informantes qualificados do Município  
de Pelotas/RS*

1. Qual a função que desenvolve no contexto da produção de base agroecológica em Pelotas?
2. Há quanto tempo desenvolve trabalhos voltados à agroecologia?
3. O que pensa sobre a agroecologia?
4. Quem foram os responsáveis por articular/estimular a produção no município?
5. Fale sobre o histórico da agroecologia no município. O que sabe sobre seu surgimento?
6. Qual sua opinião sobre a agroecologia no município de Pelotas atualmente?
7. Como caracteriza a organização da produção em relação às associações e cooperativas? O que pensa sobre seu funcionamento?
8. Acredita que a agroecologia pode ser uma alternativa viável para a agricultura familiar no município?
9. Quais são as principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento da agroecologia no município?
10. Qual sua opinião sobre as políticas públicas e o papel do estado relacionado à produção de base agroecológica?
11. Acredita que o mercado para a agroecologia está em expansão? Como analisa as possibilidades de comercialização dos produtos no município?
12. Como analisa o envolvimento dos agricultores na agroecologia? É apenas por interesse econômico?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA  
COM OS AGRICULTORES DE BASE AGROECOLÓGICA

**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia**  
*Roteiro para Entrevista com os Agricultores de Base Agroecológica do*  
*Município de Pelotas/RS*

**Nome do Agricultor:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**Fone:** \_\_\_\_\_

**Cooperativa/Associação:** \_\_\_\_\_

**I – O grupo familiar**

**01. Número de pessoas da família (            )**

**02. Número de pessoas envolvidas na produção:**

**Da família (        )**

**Empregados(s) (        )      Temporário(s): (        ) Sim    (        ) Não**

**03. Grau de instrução do grupo familiar (que reside na propriedade) e dos empregados:**

	<b>Idade</b>	<b>Instrução</b>
<b>Proprietário(a)</b>		
<b>Esposo(a)</b>		
<b>Filhos</b>		
<b>Empregados</b>		

**04. Qual a fonte principal da receita da propriedade:**

Fruticultura ( ) Olericultura ( ) Aposentadoria ( )

Produção de leite ( )

Outra (qual) \_\_\_\_\_

## II - Estrutura produtiva

**05. É um produtor:**

( ) Exclusivamente agroecológico ( ) Convencional e agroecológico

**06. Número de anos dedicados**

às atividades de base agroecológica ( )

**07. Área total da unidade produtiva (ha):** ( )

Área própria(ha) ( ) Área arrendada(ha) ( )

**08. Área destinada para a PBA<sup>46</sup>(ha):** ( )

**09. Atividades Agropecuárias:**

**Cultivos**

Cultivo	Área	PBA	
		Sim	Não
Cebola			
Fumo			
Milho			
Batata			
Feijão			
Morango			
Outros			

<sup>46</sup> Produção Agrícola de Base Agroecológica

## Rebanho

Tipo	Criação Convencional		Criação Agroecológica	
	Sim	Não	Sim	Não
Bovino				
Eqüinos				
Aves				
Suínos				
Ovinos				

### 10. Quais os principais equipamentos disponíveis para a produção:

Equipamentos		
( ) Trator	( ) Pulverizador	( ) Motosserra
( ) Arado	( ) Grade	( ) Roçadeira
Outros:		

11. Utiliza força de trabalho animal? ( ) Sim ( ) Não

Tipo: \_\_\_\_\_

12. Possui equipamento de irrigação? ( ) Sim ( ) Não

Quais cultivos \_\_\_\_\_

### III – Crédito e assistência técnica

13. Utiliza financiamentos? Sim (    ) Não (    )

PRONAF (    )

PRONAF/AGROECOLOGIA (    )

Outro/qual \_\_\_\_\_

14. Recebe assistência técnica? (    ) Sim (    ) Não

Responsável pela assistência: \_\_\_\_\_

16. Participou de quantos cursos, palestras/atualizações técnicas no último ano?

Nenhum (    ) Um (    ) Dois a cinco (    ) Mais de cinco (    )

### IV – Comercialização e mercado

17. Principal destino da PBA:

PAA<sup>47</sup> (    ) Feira-Livre (    ) Comércio (    ) Entregas à domicílio (    )

Caso realize entregas, que veículo usa: \_\_\_\_\_

As entregas são realizadas:

Diariamente. (    ) Seman. (    ) Quinz. (    )

Mensalmente(    )

18. A produção é certificada? (    ) Sim (    ) Não

19. Quem fornece a certificação? \_\_\_\_\_

---

<sup>47</sup> Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal

## V – Outros Aspectos

### 20. Maiores dificuldades encontradas:

<input type="checkbox"/> Crédito	<input type="checkbox"/> Mão-de-obra	<input type="checkbox"/> Assist. técnica
<input type="checkbox"/> Insumos	<input type="checkbox"/> Transporte	<input type="checkbox"/> Local de comercialização

### 21. A Família consome os alimentos que produz?

Sim     Não

### 22. Nível de satisfação com a PBA:

Insatisfeito     Satisfeito     Muito satisfeito

### Questões Complementares

23. Quem incentivou o Senhor(a) a produzir de forma agroecológica?

24. Acredita que a cooperativa/associação é importante para o produtor? Em que aspecto? Quais são os principais problemas encontrados?

25. Quais foram as razões que levaram o Sr.(a) a produzir de forma agroecológica?

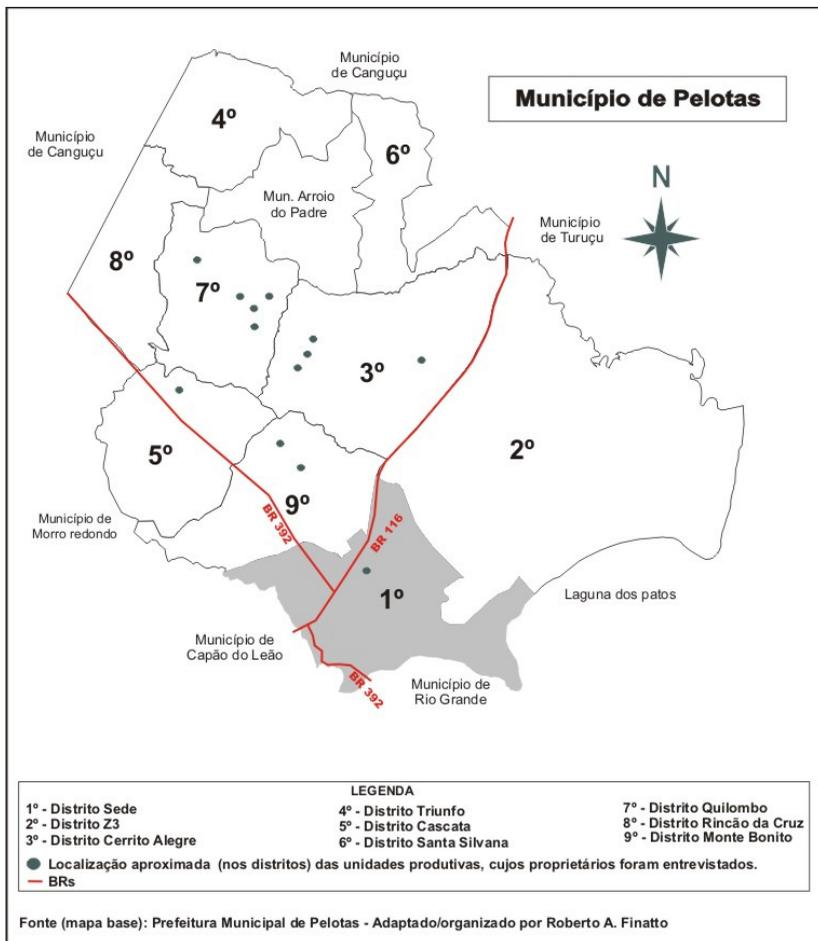
26. Quais são as principais técnicas/insumos (agro)ecológicos utilizados na produção?

27. Pretende tornar-se exclusivamente produtor de base agroecológica? Por quê?

28. Qual a sua percepção sobre o desenvolvimento da agroecologia no município? Houve avanços? Quais?

29. Voltaria a produzir de forma convencional?

APÊNDICE C - REPRESENTAÇÃO COM LOCALIZAÇÃO  
APROXIMADA DAS UNIDADES PRODUTIVAS CUJOS  
PROPRIETÁRIOS FORAM ENTREVISTADOS.



APÊNDICE D – LOCALIZAÇÃO ESPACIAL DAS FEIRAS-LIVRES  
DE PRODUTOS DE BASE AGROECOLÓGICA NA CIDADE DE  
PELOTAS/RS.



Fonte: Imagens do Google Earth e da pesquisa de campo, 2009.  
Organizado por: Roberto A. Finatto.